

SÉRIE SOCIOLOGIA

A concórdia do sucesso

O sentido da ação para pessoas
do meio empreendedor – ensejos
de uma inscrição moral

Aloizio Lima Barbosa



A CONCÓRDIA DO SUCESSO

**O sentido da ação para pessoas
do meio empreendedor – ensejos
de uma inscrição moral**

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Série Sociologia

Aloizio Lima Barbosa

A CONCÓRDIA DO SUCESSO

**O sentido da ação para pessoas
do meio empreendedor – ensejos
de uma inscrição moral**



Recife 2019

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedadas a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

Catálogo na fonte:
Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

B238c	Barbosa, Aloizio Lima. A concórdia do sucesso [recurso eletrônico] : o sentido da ação para pessoas do meio empreendedor : ensejos de uma inscrição moral / Aloizio Lima Barbosa. – Recife : Ed. UFPE, 2019. (Série Sociologia). Originalmente apresentada como dissertação do autor (mestrado) – UFPE. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2016) sob o mesmo título. Inclui referências. ISBN 978-85-415-1156-8 (online) 1. Sociologia. 2. Empreendedorismo. 3. Empreendedores. 4. Valores. 5. Valores sociais. 6. pragmatismo. I. Título. II. Título da série.
301	CDD (23.ed.) UFPE (BC2019-081)



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea
Recife, PE | CEP: 50.740-530
Fone: (81) 2126.8397 | Fax: (81) 2126.8395
www.ufpe.br/edufpe | livraria@edufpe.com.br

AGRADECIMENTOS

A tentativa de agradecer

À pessoa que estiver lendo, quero deixar os meus mais sinceros agradecimentos, além de fazer um pequeno convite. Gostaria de usar esse reduzido espaço para contar uma história que se inscreve no terreno da trajetória, no lugar em que a consciência e a expectativa são uma coisa só. Aqui, estarão contidas algumas pessoas, alguns subentendidos, algumas alegrias e algumas tristezas alegres. Acho que também é importante ressaltar; também estarão algumas presenças, algumas ausências e muitas lembranças que fazem parte de uma denominação ainda não conhecida, ou mesmo de um paradoxo inominável. Por fim, não escreverei nenhum nome. Os nomes identificam, fazem parte da própria percepção de cada ser humano, mas também machucam e responsabilizam quem os “invoca”. Escreverei apenas histórias, linhas que cruzam a narrativa e a alegoria, o fragmento e a unidade, o início e o fim.

Oficialmente, essa trajetória começa nos procedimentos dos órgãos de fomento à pesquisa. Entre uma seleção e outra, entre a incerteza e a obrigação, posso dizer que tive uma trajetória financiada. Agradecer ao impessoal e ao incomunicável é difícil, mas importante. Dentre as grandes incongruências do processo de aprendizado e de pesquisa, a sobrevivência não é uma virtude, é algo cruelmente selecionável e injusto. Deixo aqui, como registro, o meu agradecimento ao vil metal mensal provido pelo CNPq, sem ele, não saberia como montar essa trajetória e não tentaria escrever essa narrativa. Como parte da oficialidade, além de ser derivada dela, fecho a história oficial.

Entre os acasos ávidos por acontecer, o nascimento sempre é permeado tanto pelo mistério, quanto por uma grande dose de emoção, o nascimento é um quadro. Como dizem as grandes narrativas épicas, tudo começa, efetivamente, em um ponto comum que une, entre outras coisas, emoção e acaso. O acaso fica por conta da origem, vinda de uma cidade que mistura, de um jeito um tanto particular, alegria e melancolia. A emoção é derivada das pessoas que garantiram a existência. Mãe e Pai como congruências de um caminho que vê a primeira luz, ao nascer, e a descobre como fonte de sentido, ao longo dos anos. Desde o momento em que, em vinte e oito de janeiro de mil novecentos e oitenta e nove, os olhos abriram pela primeira vez, embora só os tenha percebido muito posteriormente, senti que a junção, quase que perfeita, entre acaso e emoção é o grande segredo da vida, além de ser um dos modos mais sinceros de percepção da relação entre pai, mãe e filhos, independentemente do tipo de configuração que isso possa tomar. Embora tenha problemas com a determinação familiar, confesso que sua importância transcende as minhas aspirações valorativas. Assim, tomando o amor como agradecimento, deixo aqui registrado o meu amor.

Outra parte do quadro do nascimento, também permeada pelo acaso e pela emoção, tem uma característica peculiar, o aprendizado. Dentre milhares de coisas que se aprende durante a vida, dentre os vários e possíveis percursos que se têm notícia, o sentimento também é aprendido, o sentimento também muda e se reafirma. O sentimento de fraternidade está inserido no quadro, não como complemento, não como forma adjacente, mas sim como elemento inicial. À minha irmã, que tanto faz parte da trajetória recente como, por outros meios, da antiga. Aqui os agradecimentos poderiam se tornar desculpas, o amor poderia se tornar uma sensação de nostalgia, mas nada disso faz jus ao ponto central, embora não faça a menor ideia da importância efetiva que ela tem, como amor fraterno, transgredindo e muito a obrigatoriedade da relação, eu a amo, obrigado.

Se for colocado em um mapa, o agradecimento pode ser localizado em diferentes pontos, em diferentes cidades. Fazendo dois pontos de ligação afetiva, juntando duas memórias afetivas distintas,

o sentimento de gratidão começa em sua origem, no “portal do sertão”, como metáfora, e vai até a capital pernambucana, como destino escolhido. Existe uma “mística cética” no quadro que é o interior de Pernambuco. Ela é mística por evocar todos os tipos de sensações, todos os tipos de lembranças, sem necessariamente apontar o momento, ou mesmo em que etapa da vida elas aconteceram. Ela é mística por deixar, em um mesmo momento, a mente inundada de alegrias, alegrias das quais a origem é apenas sugerida, e melancolia, uma certa tristeza que percorre o terreno dos arrependimentos e das consequências. Ela é mística. Mas ela também é cética. Ela aponta lugares que desdobram formas e produzem sons que entregam um passado e escancaram um presente. Ela é cética pelo fato de que, como parte da memória, os lugares não são lugares, os lugares não são uma praça no diminutivo, uma *lan-house*, uma dezena de locadoras de videogame, uma festa no meio do ano, um bar, sinucas e casas, todos esses lugares são pessoas, ou seja, todos esses lugares não seriam nada se não fossem as pessoas que os compuseram. Existe um acordo múltiplo dentro do “portal”, um acordo que faz com que o que é místico se torne cético, e o que é cético se torne místico. O que poderia ser visto como uma contradição, a “mística cética”, aqui se torna muito mais um complemento.

Dentre os frutos desse pacto não dito, o quadro do “portal do sertão” é pintado com as mesmas cores que a aquarela mística-cética pintou sua própria relação. A linha da vida, talvez, possa ser pontilhada por momentos de amizade, por momentos em que pessoas específicas fazem parte da sua vida e deixam, em maior ou menor grau, coisas que permanecerão ali por muito tempo. Nas pinceladas do “portal” isso está em todos os cantos, as pessoas coloreem as lembranças como se essas mesmas lembranças não fossem nada mais que uma pequena tela, um lapso de imagem que ganha ou perde nitidez de acordo como a distância de quem a pinta. O contato, assim, torna-se relativo, pois, depois que a imagem foi pintada, ela pode até borrar, mas nunca apagar. Aqui, deixo meus agradecimentos por todas essas amizades, feitas e desfeitas, perdidas e reencontradas, que tornam as cores algo muito mais além do que a visão pode configurar. Deixo aqui também um agradecimento

específico, colorido com melancolia, ao amor que se concretizou e se refez por outros termos, à vida que, em determinado momento, quis fazer dois caminhos, ao acaso que se tornou místico e, depois, acaso de novo. Obrigado e, como não poderia deixar de ser, o mote do amor, em todas suas formas, é o que importa.

O outro ponto do mapa, o outro lado do quadro pintado, é a capital de Pernambuco, que tem seis anos de peso sobre a trajetória. Ela é a fonte do que se pode chamar de passado recente, a pintura que tem as tintas mais frescas. Assim, como o quadro interiorano é uma pintura “mística cética”, a capital tem ares de “destino do acaso”, o acaso sempre tem um grande peso. Ela é destino pelo fato de, entre outras coisas, a escolha da mudança, do caminho na Universidade, dos rumos tomados na incerteza constante que são as ciências sociais, não existir explicação palpável mais sustentável que a do destino, um destino, digamos assim, criado. Ela é destino, também, por ter concentrado uma série de eventos, de pessoas, de alegrias e de tristezas que também carecem de explicações, mas nunca de emoções. No fundo, o destino seria uma palavra de refúgio, um ponto seguro no qual se pode firmar. Mas ela, a capital, também é acaso, também é falta e é risco. Tudo que aconteceu poderia não acontecer, tudo que foi vivido poderia não ter sido experienciado. O acaso, assim, é a parte fundamental da ação de agradecer, ele é a parte mais elementar do sentimento que solidifica a gratidão, afinal de contas, gratidão é amor.

Só que, do mesmo modo que o “portal”, a capital, em si, é vazia, ela é nada mais que um amontoado desordenado e caótico de pedras. Quem faz da capital um quadro são as pessoas e é na direção delas que se aponta a gratidão, o amor. Muitos nomes precisariam ser ditos, muitas imagens precisariam ser descritas, muitas palavras, frases e risadas precisariam ser replicadas, mas não farei nada disso. Em seis anos, muitas pessoas passaram, muitas pessoas foram embora, muitas pessoas se distanciaram e muitas pessoas se aproximaram. Em seis anos, a trajetória foi ganhando cada vez mais ares de cultivo do que acaso, e o sentido de cada contato, de cada conversa e de cada momento compartilhado foi sendo delineado por uma intensidade tão grande que é

impossível descrever, simplesmente não dá. Desde os bares perto da UFPE, passando pelas ruas do centro, pelas ruas da zona Norte e Zona sul da cidade, pelas lembranças, pelos amores e desamores, pelos carinhos e faces da lua, não é possível colocar em palavras todas as pessoas, também não seria justo. O que importa, portanto, é deixar o registro: amo cada memória, cada lembrança e cada pessoa que está associada a mim, assim, por isso mesmo, deixo o agradecimento. Obrigado.

Para finalizar esse pequeno trajeto, chego ao momento da orientação. É muito difícil sinalizar um modo como esse processo se dá. É muito difícil colocar em um quadro as formas que essa relação assume. Desde uma pequena ideia, pouco executável, até uma defesa de projeto complicada, passando por ações concretas de embriaguez, a única forma de agradecer pela ajuda, compreensão e incentivo é com um singelo obrigado, cultivado com doses generosas de amizade, que depois precisam ser regadas à álcool. Muito obrigado.

À banca que aceitou esse convite, que leu cada ponto do texto, também um sincero obrigado. De alguma forma, o texto que é apresentado mais adiante é resultado de um conjunto de pedaços, pedaços esses que são resultados, também, das pessoas que estão compondo essa banca. Muito obrigado mesmo.

Esse é um mosaico textual de uma vida, uma tentativa de alegorizar uma experiência. Eu termino da mesma forma que comecei; agradecendo à pessoa que estiver lendo...

Obrigado.

SUMÁRIO

Prefácio	13
Introdução	21
Capítulo 1. A concórdia: a formação de um espírito empreendedor 45	
1.1. Pragmatismo, justificação e espírito.....	47
1.2. O espírito empreendedor dentro da formação da sociedade brasileira.....	59
1.3. Os possíveis desdobramentos do espírito empreendedor	67
Capítulo 2. o sucesso: a geração de valor (sentido)	85
2.1. O individualismo como valor	87
2.2. Valor e ação individual	97
2.3. O modelo de ação empreendedora	109
Capítulo 3. Espírito e ação: ensejos de uma inscrição moral	137
3.1. O conteúdo do espírito empreendedor: autonomia, inovação e progresso	142
3.1.1. A autonomia.....	143

3.1.2. A inovação	148
3.1.3. O progresso	153
3.2. O conteúdo do modelo de ação empreendedora: liberdade, criatividade e emoção.....	154
3.2.1. A liberdade	155
3.2.2. A criatividade.....	158
3.2.3 A emoção	162
3.3. <i>Cité</i> por projetos: ensejos de uma inscrição moral	164
Conclusão - Moral da estória: de uma sociologia da moral a uma sociologia política	167
Referências.....	175
Apêndices.....	185

PREFÁCIO

Ainda me lembro de quando Aloizio Barbosa procurou-me, um tanto cabisbaixo, querendo discutir sobre determinado assunto: assistia ao programa de João Doria na televisão. Naquela época, iniciava a pesquisa da dissertação, agora publicada neste livro. Fora decisão de pesquisa, tomada conscientemente e com alguma comisseração. Ele pensava que o dito programa ajudaria, inicialmente, sua pesquisa sobre o éthos do empreendedorismo. Estava cansado, pois o propalado “tipo ideal” do empreendedor brasileiro só aparecia, na telinha, bem tarde da noite. Meneava a cabeça e, após longo suspiro, disse-me que assistira à reapresentação do Show Business em plena madrugada do domingo! Aprendia, a duras penas, o quanto é difícil o trabalho de pesquisa nas ciências sociais. Como evitar, por exemplo, a projeção de valor e não jogar a televisão, com Doria e tudo, no chão? Como evitar o tédio e a impaciência? Quem sabe, produzindo inovadora sociologia da chatice? O pesquisador, quase lhe digo, antes de tudo, é disciplinado. Respira fundo, anota; respira fundo, anota. Mas, para o bem de Aloizio, houve acordo na orientação da pesquisa, e ele ficou livre do futuro prefeito da maior cidade da América Latina – naquele momento, nossa inocência política não nos permitia a previsão de distopias inverossímeis. O leitor, portanto, não encontrará referência, no livro, a Doria e ao seu programa – já seu tipo de empreendedorismo, talvez, apareça de forma sintomática nas discussões sobre modelos de ação empreendedora.

Porém, ali, insone e dormindo tarde, Aloizio parece ter tido alguma catarse fenomenológica. O leitor notará como é metódico na discussão metodológica. Não me refiro, propriamente, à análise das técnicas de pesquisa – inclusive, Aloizio contempla tal questão. Na verdade, Aloizio refletiu sobre, digamos assim, (suas) “posturas metodológicas”. Relacionou suas teorizações com seus procedimentos no campo da pesquisa. Vinculou, nesse sentido, as estratégias metodológicas às teorias sociológicas. Não digo que Aloizio deduza, diretamente, a metodologia da teoria; mas, sim, que sua teorização (ou o uso que faz da teoria escolhida) implica o uso ou a adequação de uma dada estratégia metodológica. Talvez porque, para Aloizio, a teoria do conhecimento, implícita em toda teoria sociológica, possua algum tipo de afinidade eletiva com determinada metodologia.

Por isso, além das análises sobre o empreendedorismo, o livro de Aloizio serve como discussão geral sobre as relações entre teoria e metodologia. Para quem faz pesquisa, é um prato cheio, principalmente em relação à metodologia qualitativa e, em particular, ao uso das entrevistas. O leitor não encontrará, propriamente, uma resenha sobre o assunto, embora o estilo agradável e claro de Aloizio permita a leitura de seu livro até mesmo como introdução à questão. No caso, seria teorização, no fazer mesmo da pesquisa, sobre as relações entre teoria sociológica e estratégia metodológica. Mostra os encaminhamentos lógicos entre a teoria e a metodologia. E não só lógicos, mas também normativos, que influenciam as tomadas de decisão de pesquisa. Pode-se dizer que boa parte das teorias sociológicas têm pontos de partidas epistemológicos, analíticos e de conteúdo que podem ser teorizadas para adequação metodológica. Aloizio faz justamente isso, principalmente a partir da teoria weberiana e dos aportes da sociologia pragmática francesa, em especial a teorização de Boltanski. No fundo, o problema teórico-metodológico de Aloizio seria como visualizar empiricamente, por exemplo, a ação empreendedora a partir de uma sociologia (pragmática) da ação. Por isso, será útil recapitular seus passos analíticos, até mesmo para entender como Aloizio aborda seu objeto de estudo, o empreendedorismo.

Aloizio parte do tema clássico sobre as relações entre sentido e ação. O sentido permite reconstruir, analiticamente, a própria ação. Seria sentido da ação, isto é, sentido que seria parte constituinte da ação. Por ser simbolizada, do exame da ação social pode-se estabelecer, do ponto de vista analítico, sua “lógica” ou sua “racionalidade”. Para tal, seria fundamental discernir o contexto da ação, inclusive para inferir seu sentido – daí toda a simpatia de Aloizio pelos aportes pragmáticos. Contudo, o sentido da ação não se esgota no contexto. Eis questão profunda e controversa, assinalada constantemente por Aloizio. Pois os sentidos da ação estão (podem estar) vinculados a significações mais amplas – por exemplo, o que chama, junto com Boltanski, de “espírito”, no caso, “espírito do empreendedorismo” (constructo analítico e não ontológico). Pode-se chamar tal “espírito” de conjunto articulado de valores – no fundo, a sociologia weberiana da ação aproxima-se de uma sociologia dos valores. Boa parte dos questionamentos de Aloizio parte da necessidade de se encontrar mediações analíticas para vincular sentido, ação, contexto e valores. Como a captação de sentido constitui o núcleo duro de sua estratégia metodológica, Aloizio defende a entrevista como técnica privilegiada para tal objetivo. Dessa forma, o desafio passa a ser a construção de intermediações de sentido para construir “pontes” entre as representações captadas nas entrevistas e o contexto de ação, além de vínculos pragmáticos entre tais representações e o “espírito do empreendedorismo”. Com isso, Aloizio pôde construir, analiticamente, “modelos de ação” (no caso, ação empreendedora) calcados em valores (autonomia, por exemplo).

Há, aqui, a premissa de que a entrevista condensa sentidos que permitem a construção analítica de lógicas de ação, bem como vínculos com representações sociais mais amplas, relacionadas ao próprio ordenamento de valores da cultura. O pano de fundo é uma concepção antropológica da “pessoa”. Existem algumas pressuposições fenomenológicas na defesa da dita entrevista compreensiva (KAUFMANN, 2013) por Aloizio. Faço, nesse momento, minha interpretação. A “pessoa” condensa mundos superpostos por mundos. A “pessoa” não se esgota na individualidade, mesmo no mais reles dos seres humanos. Na verdade,

“pessoa” seria a junção entre individualidade e subjetividade. Na “pessoa”, a subjetividade funcionaria como uma transcendência na imanência (RENAUT, 1989) da individualidade. Noutras palavras, a subjetividade realizaria, para a individualidade, a “abertura” ao Outro. A subjetividade garante, sociologicamente, a construção social da individualidade – por isso, só existem indivíduos socializados e não mônadas separadas entre si. Tal condição significa que a individualidade (ou o indivíduo concreto e socializado) só pode se constituir a partir de um processo de subjetivação. Com isso, Aloizio pôde dialogar com autores que ajudam a pensar uma “sociologia do indivíduo” (VELHO, 1997a; TAYLOR, 2013; SIMMEL, 2005; SENNETT, 2014; RENAUT, 1989; MAUSS, 2003a; MARTUCCELLI, 2012; KAUFMANN, 1997; ELIAS, 1994; EHRENBERG, 2010)

Assim, da entrevista, Aloizio pôde inferir representações e modelos de ação (nalguns casos, pode-se deduzir práticas sociais) que interligam outras representações e modelos de ações mais amplos. São caminhos dedutivos e indutivos, ao mesmo tempo: a) o “espírito empreendedor” enquadra normativamente os modelos de ação empreendedora (o “espírito” mobiliza os elementos gerais do contexto de ação) inferidos das entrevistas, e b) as entrevistas permitem religar os sentidos e as lógicas de ação aos sentidos e às lógicas de ação mais amplas que caracterizam o “espírito empreendedor”. A “pessoa” insere-se em mundos regidos por saberes fundamentalmente práticos, tendo como cenário uma reserva de conhecimento “espalhada” de forma sistêmica. Como tal, esse estoque de conhecimento atualiza-se na reprodução social e no contexto de ação, mas não se esgota nem na “pessoa”, nem na situação social.

Nessa acepção, o entrevistado adota uma atitude natural diante do que seja “ação empreendedora”. Seus modelos de ação e suas representações sobre “empreendedorismo” já se encontram mais ou menos estruturados, pois seu mundo prático já possui alguns sentidos para aqueles que atuam em tais contextos de ação. O entrevistado tem “experiência”. E sua experiência constrói-se por dentro de um horizonte cognitivo-cultural. Sua individualidade, como realidade empírica, seria enquadrada axiologicamente pelos processos de subjetivação. Mas, se aceitarmos tais premissas, haveria certa quantidade de posturas

metodológicas que podem se adequar ou não. No caso, diria que Aloizio adota uma postura dialógica diante de seus entrevistados. Não os julga como vetores das estruturas sociais, daí o “mais ou menos estruturados”, nem agente coprodutor de sua situação social. O entrevistado interpreta sua situação, diante das perguntas; o pesquisador faz o mesmo – dois níveis diferentes de categorização social. A fala do entrevistado aparece, assim, como produtora de categorias. E a pesquisa (logo, o pesquisador) como sistematizadora de categorias de categorias.

Creio que tais premissas ficam mais nítidas quando Aloizio utiliza os aportes da sociologia pragmática – sem se valer, é verdade, da noção de controvérsia, geralmente acoplada a de justificação, como o faz habitualmente Boltanski. Tal sociologia é situacional, mas incorpora análise de sentido de longo alcance, por meio, por exemplo, da noção de “espírito”. Da análise das entrevistas, logo, dos sentidos da ação, Aloizio deduz o modo como as pessoas engajam-se nos contextos. No processo mesmo de atualização do contexto de ação, as pessoas mobilizam justificativas, justamente para gerar sentido e clarividência de seus objetivos. A noção de “justificação”, apropriada de Boltanski e Thévenot (1991), serve como mediação analítica para vincular o contexto de ação a determinados agenciamentos morais mais amplos e sistêmicos. A noção de “espírito” trabalha e operacionaliza analiticamente a de “justificação”. A justificação da ação empreendedora, nessa perspectiva, coloca o empreendedorismo num plano de longo alcance, porque contém elementos que interpelam valores – o ato de empreender torna-se também ato moral, em que cabem justificativas diversas, até porque estaria inserido num campo axiológico que transcende o contexto da ação. O que existe, nesse sentido, são regimes de justificação. O empreendedorismo, enquanto “espírito”, interpela moralmente o indivíduo, e produz, ao mesmo tempo, por ser também ação e prática, subjetivação. O empreendedorismo, como tipificação moral, posiciona as narrativas e as trajetórias do indivíduo.

E, por interpelar o indivíduo, num sentido monadológico, logo por meio de uma forma de individuação, o empreendedorismo possui afinidade eletiva com o individualismo, essa configuração ideológica

típica do mundo ocidental (DUMONT, 1993). Por isso, inclusive, a relação profunda do empreendedorismo com determinados valores caros à constelação axiológica do individualismo (autonomia, independência, meritocracia, performance, igualitarismo...). Aloizio, ademais, relacionará essa relação entre empreendedorismo e individualismo a partir dos valores que giram em torno do capitalismo, principalmente os valores ditos do mercado capitalista (acumulação, crescimento, consumo, geração de valor) e do desempenho individual (criatividade, flexibilidade, realização, motivação, adaptação...). Sendo o neoliberalismo, talvez, o novo “espírito” do capitalismo, foi inevitável inferir o empreendedorismo como seu senso comum – o seu *éthos*. Como ação moral, constituiria a base de certo estilo de vida no capitalismo tardio, sendo socializado a partir da educação de massas – seus focos: o mercado de trabalho, a competição e a qualificação profissional. Não causa surpresa a supervalorização da competição, logo, a justiça vista como produto da concorrência e do esforço individual. A seleção converte-se no raciocínio privilegiado de classificação moral. Seleciona-se porque se escolhe. A escolha torna-se fundamento da liberdade. O sucesso, logo, a vontade de vencer, torna-se norma de conduta e encontra sua justa avaliação na competição – a vontade é uma espécie de “energia” do indivíduo empreendedor. A vontade seria, em relação ao valor tão enfatizado por Aloizio, a “carne” da liberdade. Ao vincular liberdade a valores provenientes do mercado capitalista, ficou fácil inferir sobre as relações, do ponto de vista de uma filosofia política, entre empreendedorismo e várias formas de liberalismo, especialmente o neoliberalismo. E, ao enfatizar tanto o empreendedorismo como ordenamento moral, resultou inevitável deduzir o vínculo entre a ação empreendedora e uma concepção de Bem. Por isso, a ligação do empreendedorismo com outro valor compulsivo da modernidade: a felicidade – sua busca virou empreendimento, o que não deixa de ser irônico. E vale ressaltar, mais uma vez, a conexão umbilical da ação empreendedora com certa lógica de individuação, pois a busca pela felicidade seria estritamente individual, dependendo do esforço, do mérito, do desempenho e do sucesso do indivíduo.

Aparentemente, o empreendedorismo virou senso comum no capitalismo contemporâneo. Até a década de 60, era constelação de representações e de ações um tanto restrita aos executivos e aos donos de grandes empresas. Na reconfiguração do capitalismo, principalmente via o neoliberalismo, o empreendedorismo difundiu-se como norma de conduta bem além do grande capital. A ação empreendedora tornou-se comportamento balizador no mercado capitalista. Determinados valores, antes associados à grande empresa, deslocou-se para a esfera individual. Virou critério de engajamento, gerando sentido e legitimidade para as ações. E foi mais além, segundo Aloizio: muitas vezes, o espírito do empreendedorismo utiliza-se do “heroísmo”, como narrativa e retórica legitimadoras, para justificar suas ações. Seria justamente o herói da autonomia, daquele que conquistou a liberdade de escolha e aproveitou, por meio de seu mérito e desempenho, as oportunidades. Seu sucesso é a demonstração de seu heroísmo.

Ao inferir que várias formas de empreendedorismo tornaram-se senso comum nos países centrais do capitalismo, Aloizio indaga se aconteceu o mesmo no Brasil. Afinal, fica a questão de pesquisa em saber quais seriam os valores que norteiam o capitalismo brasileiro. Aloizio, numa bela imagem, coloca o empreendedorismo “quase como uma característica anunciada” do capitalismo tupiniquim. Aparentemente, a anúncio se realizou, pois já é um valor que mobiliza as ações das pessoas. Digamos que a eleição de um “empreendedor” para prefeito de São Paulo diga alguma coisa, principalmente porque os valores da campanha eleitoral do “João Trabalhador” foram calcados também nalguns motes do empreendedorismo. Como isso reverberou nas periferias paulistanas, eis uma boa questão. Virou senso comum? Pode ser...

A pretensão inicial de Aloizio era aplicar, ao empreendedorismo, uma sociologia da moral. Mas queria ir além, mostrando que era possível a passagem para uma sociologia política. Dos valores à política, pareceu seu desejo no final do livro. E tem toda razão. Afinal, na atualidade, a política é a política que discute e defende valores, não só no campo da economia, mas também no campo mesmo da... política. Ora, o empreendedorismo, nesse sentido, poderia ser considerado como a

junção entre uma economia moral e uma política de valores. E é política de valores que o aponta como base volitiva do sucesso. Sua promessa é o acesso universal à ação empreendedora, logo, aos seus valores (liberdade, independência, progresso...). Como política, o empreendedorismo é a mais nova forma de voluntarismo na contemporaneidade.

Pois o que está em jogo aqui, além da querela dos valores, parece ser o surgimento de novos regimes de exercício do poder. Em suma, talvez estejamos diante de nova configuração do motor político da individuação, a vontade.

Artur Perrusi

Recife, 28 de julho de 2017

INTRODUÇÃO

À guisa de introdução - ossos do ofício e a construção de um desafio metodológico.

“Eu gosto muito da frase... do termo... 'nadando com tubarões', eu acho que o cara que é empreendedor, ele tem sempre que estar procurando nadar com tubarões. A pior coisa que existe para quem empreende é zona de conforto, a zona de conforto é a tragédia do ser humano (...)"

Maxuel, 28 anos – Comerciante e publicitário

Ao responder uma indagação sobre a forma como lida com a concorrência, Maxuel¹ articula, de maneira sintética, uma série de percepções sobre o empreendedorismo que são, de algum modo, recorrentes nas pessoas que exercem essa atividade. “Nadar com tubarões”, na sua fala, não é nada mais que estar sempre preparado para os maiores desafios, procurar esses desafios e sempre lidar com as adversidades como se essas adversidades fossem constitutivas da atividade que se exerce. O ponto interessante no modo como ele expressa sua percepção da atividade empreendedora é que “desafio”, “procura do desafio” e “dinamismo” são questões recorrentes, seja na fala de Maxuel, seja nos programas televisivos voltados para empreendedores.

¹ Maxuel é um dos entrevistados desse trabalho. Ele será melhor apresentado no capítulo dois.

O que fica subjacente quando se coloca o empreendedorismo dentro dessa dimensão mais ampla, ou seja, como elemento que carrega valores e sentidos nos quais as pessoas justificam suas ações, é que o ato de empreender pode, ou não, conter questões morais diversas e demandar justificativas diversas. Seria, então, o empreendedorismo um novo tipo de moral que mobiliza determinadas práticas? Essa pergunta tem uma importância muito grande por tentar sinalizar um tipo de ação que pode ser a grande expressão moral no mundo contemporâneo. No intuito de tentar entender as condições de possibilidade de formação dos elementos morais presentes no empreendedorismo, mais especificamente, essas condições e a formação de um *ethos* empreendedor no Brasil, o estudo dos modos como esses valores se apresentam para as pessoas parece ser de fundamental importância. Assim, a reflexão que desenvolverei aqui se dará no campo de uma sociologia da moral na qual os valores que circundam o empreendedorismo são os objetos imediatos.

De uma forma geral, a moralidade, assim como outras dimensões da subjetividade, faz referência à formação social em que está localizada, variando não só em termos de tempo, como também de espaço. Nesse sentido, um estudo sobre as percepções das questões morais tem que se concentrar em seus elementos constitutivos mais contextuais, portanto, sua representação mais geral. E é nesse ponto que os valores que circundam o empreendedorismo tornam-se objetos de reflexão. O objetivo imediato do trabalho foi analisar os elementos morais presentes nos sentidos dados ao empreendedorismo para as pessoas desse meio. Com essa questão, o escopo do trabalho diminui e, em termos práticos, torna-se aplicável.

Tendo em mente o problema a ser investigado, dois aspectos fundamentais se destacam e fazem referência ao caminho da metodologia e da construção dos dados. O primeiro deles, que na verdade seria um aspecto mais amplo, é o mapeamento desse elemento moral vinculado ao empreendedorismo; isso, não custa nada lembrar, relacionado ao contexto brasileiro. O segundo aspecto, esse sim voltado para dimensões mais específicas da realidade social, é a maneira como

essas questões morais são percebidas pelas pessoas, ou seja, como essas questões interferem, ou não, na compenetração de suas ações. Dessa forma, a possibilidade de investigação do tema e do problema está circunscrita a partir desses dois aspectos. De uma maneira mais direta, essa possibilidade define a construção de ensejos do elemento moral e não sua manifestação generalizável e categórica, portanto, o caminho metodológico vai em direção à construção desses ensejos e não à sua generalização.

Para que tudo isso fique mais claro, essa introdução seguirá uma montagem mais abrangente, na tentativa de lidar, ao mesmo tempo, com a familiarização do tema e, como consequência, com os desafios metodológicos presentes nele, problematizando não apenas os métodos, as técnicas, as estratégias e os pressupostos, como também a construção do caminho de investigação. Aqui, já estando com o problema inicial delineado, um bom começo é colocar essa investigação dentro dos pressupostos do pragmatismo francês².

O elemento da ordem pragmática é justamente o modo como as pessoas se engajam nas suas ações, mobilizam determinadas justificativas e produzem um sentido para elas. Essas justificativas se localizam em um ambiente moral mais geral. Dessa forma, duas características são importantes: (I) o entendimento das ações localizadas em contextos específicos, fazendo referência à forma como essas ações mobilizam algum sentido imediato; (II) os elementos gerais desse contexto a partir da noção de *espírito*. Com o intuito de voltar a esse debate mais adiante, seja nesse tópico, seja na estrutura normal dos capítulos, vale a pena definir,

2 A posição pragmática, circunscrita no debate francês, remete às formulações desenvolvidas por Boltanski e Thévenot (1991). Evidentemente que, afastando-me da ideia de uma sociologia da controvérsia, que é reivindicada pelos autores, minha questão com o pragmatismo é a possibilidade de colocar a forma como as pessoas entendem suas ações dentro de um contexto específico. Assim, fico muito mais próximo de outra operacionalização desse pragmatismo, presente em Boltanski & Chiapello (2009). Todas essas questões serão debatidas mais à frente, dentro dos capítulos da dissertação.

minimamente, o que seria essa noção de *espírito*. Boltanski e Chiapello (2009) lidam com a noção de *espírito do capitalismo*, recuperando, ou ao menos fazendo alusão, às análises weberianas. Eles mostram como, desde o seu surgimento enquanto ideologia, no sentido dado por Dumont ao termo ideologia³, o capitalismo precisa de um conjunto de significações que o ligue ao ideário da boa vida, da justiça e do bem comum. O espírito aponta, em termos morais, para processos gerais que podem dar sentido às ações das pessoas. Tendo essa dimensão em mente, pode-se trocar *espírito do capitalismo* por *espírito empreendedor*, na tentativa de formular um critério de investigação. Em termos conceituais, tentando focar nas ações das pessoas, o espírito empreendedor se torna um *modelo de ação*, um tipo ideal. O que justifica esse entendimento de *espírito empreendedor*? A forma como o empreendedorismo pode, ou não, ser o mote para as pessoas se engajarem em determinadas atividades.

E como o abordá-lo empiricamente? O primeiro passo para isso é tomar a entrevista como processo mais elementar de construção dos dados. Para que se possa entender o sentido das ações das pessoas, elas precisam falar⁴. O passo posterior é o mapeamento dos aspectos mais gerais desse *espírito*. Para tanto, é necessária uma reflexão sobre a formação do Brasil contemporâneo e a análise de alguns registros básicos que apontem para essa dimensão moral.

3 A ideologia, em Dumont, é formulada em termos de *ethos*, ou seja, na sua relação efetiva com valores e aspectos culturais de uma dada sociedade. O que Dumont entende por ideologia, portanto, é o aspecto mais amplo da cultura. Em outras palavras, a ideologia estrutura, em termos de referências básicas, a forma como as pessoas se pensam e se colocam no mundo (DUMMONT, 1983: 273).

4 No capítulo 1, refletirei sobre o tipo de compreensão que farei da sociologia pragmática francesa, principalmente a partir de Boltanski e Chiapello. Tanto o recorte dos dados como a sua análise posterior fazem parte do modo como o pragmatismo pode abordar os sentidos das ações. No que tange às entrevistas propriamente ditas, a questão central é conduzir um diálogo entre essa abordagem e os pressupostos mais gerais de Charles Taylor. Esse procedimento só é possível via a entrevista compreensiva desenvolvida por Kaufmann; falarei dela no segundo tópico.

I

Primeiramente, em termos de abordagem, é importante lembrar a definição weberiana de “sentido”, que efetivamente não é a melhor, mas que ajuda bastante a entender a produção de valores dentro de um quadro geral de referências, na verdade é o ponto de partida para a compreensão do pragmatismo francês. O sentido que é sempre visado subjetivamente na realidade ou em um caso puro; relações dadas na história, produzidas pelos agentes⁵, ou construídas por uma quantidade dada de casos (WEBER, 2009: 30). De toda forma, essa definição de sentido aponta para a formação subjetiva de uma dada época e nesse ponto é importante ser lembrada. Voltando ao debate pragmático, a maneira como as pessoas mobilizam as suas ações tem seu terreno relacionado a essa definição, ou seja, ao modo como a própria ação carrega elementos subjetivos que apontam para o seu *sentido*, agora *subjetivamente visado*. Em outras palavras, a ideia de ação para o pragmatismo é, ou pode ser, uma leitura específica da ideia de *sentido* da ação, em Weber, embora seja insuficiente como tentarei mostrar no capítulo 2.

Stephen Kalberg (2010) argumenta, ao “remontar” o pensamento weberiano a partir de três obras fundamentais - *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, *Economia e sociedade* e *A ética econômica das religiões mundiais* -, que Weber busca compreender, com sua sociologia, como as pessoas veem seu próprio comportamento e como o justificam, pensando a própria maneira que essa justificativa é localizada (KALBERG, 2010: 144). Esse aspecto, concordando com a interpretação do autor, fica claro quando se olha, por exemplo,

5 Weber lida com a palavra agente. Conceitualmente falando, agente é aquele que conduz ação, e tem um sentido visado, seja um agente coletivamente dado, ou individualmente determinado. Não tratarei aqui do debate sobre o individualismo metodológico de Weber, mas que essa relação com o agente faz parte da polêmica ao lidar com o “sentido” weberiano.

a maneira que o ascetismo é descrito na *Ética*⁶, como a forma de justificação para o trabalho que perde seu elemento religioso e ganha contornos racionais. Embora muda, o sentido subjetivo das ações é sempre entendido em termos de uma justificativa mínima (WEBER, 2004: 148-150). Penso que, para entender a produção de sentido a partir das ações das pessoas em um dado momento histórico, é crucial dar espaço para a maneira como elas as narram, elucidando o modo como essas ações são percebidas. Do ponto de vista metodológico, como abordar essas narrativas?

A estratégia de investigação que pode contribuir para esse tipo de objetivo, a produção do sentido na narrativa das pessoas, parece-me ser a entrevista. Evidentemente, das mais variadas formas, o termo entrevista tem vários significados e usos possíveis⁷, o que quero me referir aqui é a entrevista semiestruturada que toma como foco esse relato. A entrevista, como estratégia e como método, tem suas vantagens e seus elementos que podem evidenciar como, a partir da reflexividade do relato, as pessoas narram aspectos fundamentais de suas vidas. Nesse sentido, na entrevista, como forma metodológica, a interação entre entrevistado e entrevistador é de suma importância. A entrevista, vista sob esse aspecto, torna-se ela mesma um fenômeno social, sendo passível de interpretação, reinterpretação e crítica. Essas características, que de uma forma ou de outra tornam a entrevista uma estratégia em si, e não apenas uma técnica, são fundamentais para o entendimento da ação empreendedora.

De uma forma geral, ao se pensar a ação empreendedora dentro de um contexto mais característico, ou mesmo de uma forma ideal,

6 Coloquei *Ética* para me referir ao livro *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo* (WEBER, 2004).

7 Jennifer Platt (2012) faz uma recuperação da evolução da entrevista enquanto estratégia de investigação e enquanto método de pesquisa. No trabalho, é muito interessante a forma que a autora toma a história da entrevista como objeto de análise e faz, a partir de textos já consolidados sobre a técnica, a passagem para deixar a entrevista como elemento rigoroso de análise.

ou seja, a ação empreendedora a partir das pessoas que efetivam o ato de empreender, a entrevista deve ter como base mais direta a forma como essas pessoas entendem sua própria atividade, tentando relacionar as ações com a maneira que elas produzem algum sentido na narrativa mais direta. Esse procedimento, que tem algo de antropológico sem efetivamente o ser, pode ser caracterizado como entrevista compreensiva (KAUFMANN, 2013). Assim, a entrevista compreensiva tenta dar conta da forma como as pessoas produzem um sentido específico das suas ações a partir do momento em que falam e pensam sobre elas. De uma certa maneira, toda entrevista tem um elemento como esse, a diferença é que, na visão de Kaufmann, as práticas em especial, mas também as formas como as ações se desdobram, precisam estar em primeiro plano (Ibid.: 35).

Um comentário que precisa ser feito, como uma consequência ao fazer referência à abordagem de Kaufmann, é a forma como esse procedimento tem implicações teóricas importantes. Em termos de definição do conceito de indivíduo, Kaufmann tem um entendimento das ações muito voltado para suas práticas, a forma como o sentido aparece concretamente no cotidiano de cada pessoa⁸. Isso implica dizer que, mesmo que o pano de fundo seja teoricamente pensado, o que vai dar o veredito, não somente aos dados, mas também a teoria, será a narrativa concreta da pessoa entrevistada (Ibid.: 75). Kaufmann coloca esse procedimento lado a lado com a *Grounded Theory*, embora faça alguns distanciamentos. O projeto do autor é ligar a entrevista com uma percepção quase etnográfica, tendo preocupações diretas com

8 Parte de uma crítica da teoria do *habitus* em Bourdieu – mostrando suas variantes com pouco espaço para criatividade do indivíduo – e tenta remontá-la a partir da noção de hábito. Kaufmann fala de uma divergência fundamental entre a teoria do *habitus* e o conceito de hábito que ele está tentando fundamentar. Essa divergência é entendida muito mais como uma diferença de foco, ou de interesse. Kaufmann estaria preocupado com a dimensão vinda da própria vida das pessoas, como elas montam seus esquemas de ação cotidianamente. Ele afirma que essa preocupação não está presente na teoria do *habitus* (KAUFMANN, 2009: 165).

a “observação” das ações das pessoas. Esse elemento fica claro numa obra como *Le Cœur à l'ouvrage* (1997), na qual o autor explora o modo como as dinâmicas do ambiente doméstico, as negociações, o trabalho e muitas outras coisas, dependem da maneira como cada pessoa entende essas atividades e as organiza com algum sentido (KAUFMANN, 1997: 36-39). Evidentemente, sem a pretensão etnográfica nem o intuito de “remontar” as ações das pessoas, o meu uso da entrevista compreensiva foi restrito ao modo como cada pessoa entrevistada mobilizou um conjunto de justificativas e modos de entendimento para suas ações. Assim, tornando o elemento do *sentido* mais forte, a própria entrevista compreensiva foi reorganizada *pragmaticamente*⁹.

Em termos de construção do roteiro¹⁰, um objetivo singular deve ser explicitado. Dito isso, a questão central que guiou a construção do roteiro, tendo como base uma análise teórica mais ou menos coerente, é: como, ao narrar suas trajetórias¹¹ e suas ações, as pessoas dão sentido ao ato de empreender?

Deslocando a questão do roteiro, colocando-a em paralelo com o problema de pesquisa mais geral, o objetivo das entrevistas passa a

9 Isso significa, entre outras coisas, que os sentidos das entrevistas foram colocados em um quadro mais geral de justificações e, a partir do modo como essas justificativas entram e interferem nas percepções das ações para as pessoas, condicionam alguns elementos morais que podem, ou não, ser elementos mobilizadores. No fim, a questão pragmática, de fato, será a análise desenvolvida no capítulo três.

10 O roteiro, que é muito mais um guia de entrevistas, é um conjunto de temas, montado em cima de tópicos mais gerais, que precisam ser abordados e desenvolvidos durante cada entrevista. No caso, o que fiz não tinha nenhuma pergunta predefinida, apenas assuntos que deveriam ser abordados. A estrutura dele está no APÊNDICE I.

11 Esse é outro elemento importante. Durante as entrevistas, não foram feitas análises de trajetórias, muito menos uma recuperação da vida das pessoas. O sentido de trajetória, aqui, é muito mais voltado ao modo como as próprias pessoas se posicionaram em relação a suas trajetórias, sendo diferente, portanto, de pesquisas que se concentram na trajetória em si.

ser a maneira como essas pessoas, todas elas com algum envolvimento no “mundo dos negócios”, podem relacionar sua trajetória, suas escolhas, suas referências mais básicas, ao elemento moral mais geral que as mobiliza nessa direção.

Feitas as considerações, que efetivamente dão sentido a construção do roteiro, é necessária a explicitação dos tópicos, explicando seus desdobramentos. O primeiro ponto, *O sentido específico da trajetória*, é um elemento exploratório. A função desse primeiro grande tema é entender como a pessoa relaciona suas escolhas, como ela se vê envolvida em uma atividade específica, tentando dar uma primeira forma ao conceito de trajetória, na verdade a maneira como a própria pessoa narra sua trajetória. A ideia central, portanto, é colocar perguntas e fatos que possam mobilizar esse sentido específico. O segundo ponto, *o elemento do progresso*, é o momento de caracterização efetiva da ação empreendedora, ao menos em termos conceituais. De uma certa forma, o ponto central aqui é a maneira como, ao narrar escolhas e trajetória, as aspirações futuras aparecem no horizonte das falas e produzem algum sentido mobilizador. Essa dimensão é importante por estar diretamente associada a questão moral desse tipo de ação. O terceiro ponto, *O lugar da competição*, diz respeito ao contexto de relação com outras pessoas. Aqui, o objetivo é mais específico, ou seja, tenta dar conta da maneira como o relacionamento com outras pessoas entra no ideário mais geral e se o signo da competição aparece de algum modo. Sendo mais esquemático:

1. *O sentido específico da trajetória*

O ponto central desse primeiro tema é entender como a pessoa relaciona suas escolhas, assim como sua atuação profissional, a partir de uma dimensão individual do esforço. Em termos mais concretos, o ideal seria apontar como a vida é mobilizada, ao menos minimamente, pela questão das conquistas, do sucesso e de coisas assim. O foco, assim, é como essas escolhas dão sentido à trajetória narrada.

2. *O elemento do progresso*

O progresso, ou o crescimento em termos mais genéricos, pode ser posto, ainda relacionado ao sentido dado às ações, como a forma que a pessoa coloca suas projeções de ganho ou investimento sempre associada ao futuro, mesmo tratando-se de ações presentes. Em termos de justificativa, esse ponto pode ser fundamental por carregar, mesmo que indiretamente, a questão moral mais ampla: o ganho, ou a falta dele, associado ao esforço individual

3. *O lugar da competição*

Como desdobramento dessa questão mais ampla relacionada ao esforço individual, inclusive tendo em mente como esses ideais orbitam difusamente no termo “progresso”, a competição pode representar o aspecto relacional mais concreto no esforço de caracterizar o ato de empreender. Existem lugares específicos para competir? Qual o lugar da competição no ambiente de trabalho? Qual o lugar da competição na vida de uma forma geral? Questões como essas podem lançar luz sobre o modo como a relação com as outras pessoas é vista e, em decorrência disto, se a competição tem algum sentido organizativo das ações, ao menos das formas como elas são narradas.

Mas, então, quem são essas pessoas? Como lembra Gaskell (2014: 67-70), os critérios de definição para o recorte em uma pesquisa qualitativa, algo que se poderia chamar de “amostra”, estão muito mais submetidos aos elementos da pesquisa, à arbitrariedade do tema, do que em uma pesquisa quantitativa. Retomando, o ponto não é a generalização, o importante é a densidade e a profundidade na construção dos dados. Nesse sentido, o primeiro passo é entender, minimamente, quem seriam essas pessoas que efetivam, ao menos em princípio, o *modelo de ação empreendedora*.

Como forma inicial, pequenos e microempresários foram as pessoas escolhidas dentro da disponibilidade do acesso, isso pelo fato de serem esses os setores colocados como setores mais propícios ao

empreendedorismo¹². Logo, o primeiro acesso foi com pessoas próximas que conheciam alguém que realizava, ou tinha algum envolvimento, com atividades empreendedoras. Igualmente, como critério de aproximação, foram contatadas algumas pessoas, intermediadas por alguém, que tinham esse perfil. Efetivamente esse foi o grosso das pessoas entrevistadas, visto que o desenvolvimento e o esgotamento do tema ficaram submetidos ao modo como as entrevistas foram conduzidas. Outra estratégia de aproximação foi o contato direto. Dentro de algumas possibilidades, contatei pessoas que não fossem próximas a mim, mas que, de algum modo, desempenhassem algum papel empreendedor. Isso foi necessário em duas ocasiões, quando os contatos começaram a ficar escassos. Para tentar manter a dinâmica, formando um conjunto diverso para a realização da entrevista, pedi a cada pessoa um ou dois contatos, usando o que se conhece como estratégia bola-de-neve. Embora não tenha funcionado bem, visto que muitas pessoas não deram continuidade às conversas iniciais, isso foi importante para um vislumbre inicial do modo como essas pessoas estão conectadas mediante suas atividades.

Chegando ao segundo momento da escolha das pessoas entrevistadas, o número de pessoas variou bastante. Inicialmente, a pretensão eram 20 entrevistas, levando em consideração os aspectos apontados por Gaskell (Ibid.: 70-71) sobre a diversidade da seleção dos entrevistados, a multiplicidade de pontos de vista, etc. Mas, como o próprio autor afirma, esse número depende bastante. Chegou-se a um ponto em que, mesmo prezando pela diversidade da escolha das pessoas, os temas começaram a apresentar um certo esgotamento, ou seja, que as respostas

12 No sítio eletrônico do SEBRAE, mais especificamente no espaço reservado para a biblioteca, existem vários guias que definem e recomendam os pequenos setores empresariais como foco do que eles chamam de “empreendedorismo criativo”, ou seja, onde o grau de inovação no investimento se dá de forma pequena e cadenciada. Obviamente, esse tema está inserido no debate mais geral sobre economia criativa. Fonte: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/Guia-de-empreendedorismo-criativo-apresenta-informa%C3%A7%C3%B5es-sobre-o-setor> Acesso em: 03/11/2015.

e as narrativas já não apresentariam tanta diferença. Como o tempo de cada entrevista variou bastante¹³ e o corpus teve, além das transcrições, outros registros, achei melhor parar em 9 entrevistas. Nesse sentido, a parte inicial da pesquisa, a construção dos dados via entrevista, ficou sintetizada com o diagrama abaixo:

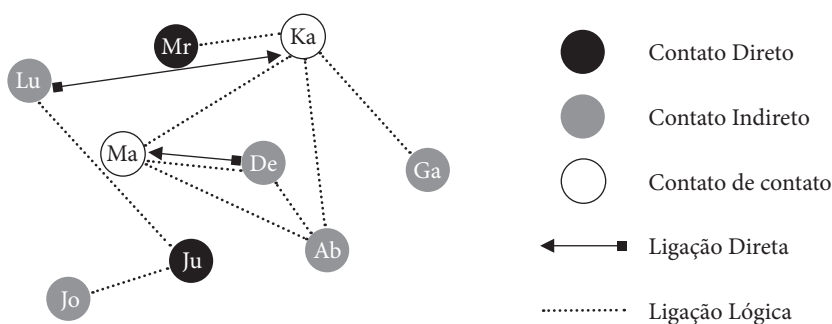


Diagrama 1: Escolha e conexão das entrevistas

No diagrama, os círculos pretos indicam as pessoas que foram contatadas diretamente por mim, ou seja, que eu as procurei mediante suas atividades. Os círculos cinzas indicam as pessoas que foram contatadas pela intermediação de outras pessoas, na maioria dos casos conhecidas ou próximas a mim. Esse tipo de contato, que foi feito na maioria dos casos, foi importante para não deixar a seleção das entrevistas tão concentrada, visto que as indicações partiram de vários lugares. Os círculos brancos indicam as pessoas que foram selecionadas pela estratégia bola-de-neve e que a entrevista foi realizada. Essas pessoas, por estarem próximas às outras entrevistas, tiveram uma ligação direta com alguma

¹³ O anexo II apresenta um resumo de cada entrevista com o esquema dos nomes fictícios, a idade e o local de cada entrevista, assim como o seu tempo total.

entrevista realizada. A seta indica exatamente essa ligação muito mais relacionada à proximidade das pessoas. Já a seta pontilhada indica uma ligação lógica, ou seja, indica que as falas e narrativas estão próximas, sem necessariamente as pessoas se conhecerem¹⁴. Com o primeiro passo da pesquisa realizado, no sentido da construção dos dados, o segundo ponto é o mapeamento dessa dimensão moral mais ampla, realizado pela análise e seleção de vários registros.

II

O segundo tópico, como sistematização da pesquisa de uma forma mais geral, pode ser chamado de tópico do *corpus*¹⁵. O que farei nesse momento é tentar organizar, do ponto de vista da argumentação, o material mais amplo recolhido pelas estratégias metodológicas. Como dito anteriormente, as entrevistas, sua seleção e construção dos dados iniciais, foram os primeiros passos no delineamento da pesquisa. O material produzido por elas tem uma importância fundamental por colocar em cheque o problema inicial da pesquisa e, de uma forma ou de outra, apontar o caminho para o decorrer do processo. Assim, em termos de construção do *corpus*, esse tópico sistematizará esse material e apontará os caminhos posteriores às entrevistas.

14 O fundamental, aqui, não é a forma como as pessoas estão separadas em “grupos”, e sim o modo como suas falas, interligadas pelo roteiro, são próximas ou não. No capítulo dois, quando explorar essas entrevistas, falarei sobre isso mais diretamente.

15 Bauer e Arts (2014) tratam a ideia de *corpus* como um procedimento alternativo entre a amostragem probabilística e a seleção arbitrária do material de pesquisa. De uma forma geral, esse entendimento é importante quando todos os dados da pesquisa estão sendo construídos. O entendimento de *corpus*, aqui, concordando com os autores, é que esse procedimento implica tanto na seleção como na organização dos dados a serem analisados.

Um primeiro conjunto de dados, derivados diretamente das entrevistas, é o volume bruto das transcrições. Cada entrevista teve como elemento comum, a partir da transcrição, um grande número de textos, ou seja, a passagem do registro de áudio para o registro textual é a primeira conexão analítica do conjunto dos dados (FLICK, 2009). Com esse material, e é importante vê-lo dessa forma¹⁶, o objetivo mais básico foi formar as categorias de análise que deram substrato para todo o *corpus*. Essas categorias passam por, de uma forma ampla, o entendimento básico sobre o que é empreendedorismo, a forma como esse aspecto diz respeito a elementos morais mais básicos e, concluindo, como esses elementos podem estar relacionados com a formação do Brasil contemporâneo, no sentido de apontar para ensejos mais gerais que perpassam alguns valores na sociedade brasileira. Com os dados brutos, as transcrições se transformaram em resumos amplos, feitos por uma linha lógica no desenvolvimento das entrevistas¹⁷, que serviram tanto textualmente, na escrita mesma dos capítulos, como analiticamente, na conexão e divisão por grupos e categorias.

Um segundo conjunto de dados, também muito importante, é o que chamei de *revisão de literatura temática*. Basicamente, ainda no intuito de caracterizar o contexto mais amplo onde as ações das pessoas estão localizadas, a partir de um entendimento amplo de empreendedorismo, o objetivo nesse ponto é, de fato, elencar os elementos morais presentes em determinados aspectos da sociedade brasileira. Para isso, a revisão de literatura se concentrou em dois aspectos fundamentais. O

16 No próximo tópico desenvolverei uma estrutura de análise que dê conta tanto dos elementos dos dados brutos das entrevistas, como do restante do material produzido pelo corpus como um todo. De uma forma geral, esse procedimento levará em conta as questões pragmáticas mais básicas, assim como os aspectos mais amplos associados às análises weberianas. Basicamente, o movimento de análise vai da catalogação ao conteúdo dessa catalogação.

17 Como lembra Copi (1978), em termos de argumento e de coerência discursiva, as premissas e as conclusões precisam ser consistentes e não se auto excluírem. Como elemento de análise, esse resumo a partir da linha lógica seguirá esse aspecto.

primeiro deles é sobre o empreendedorismo enquanto instância social, ou seja, enquanto elemento organizativo. O que foi feito como procedimento, tendo em mente que a ideia é mapear ensejos de todos esses pormenores, foi uma pesquisa no portal de periódicos CAPES¹⁸ a partir da palavra *empreendedorismo*. Os artigos, oriundos de periódicos especializados e de áreas diversas, foram selecionados pelo conteúdo, ou seja, pela forma de tratamento do empreendedorismo. Esse tratamento se refere ao modo como alguns aspectos valorativos apareceram, mobilização, estratégias subjetivas etc., e como esses aspectos se relacionam com questões mais gerais, estratégias, dados estruturais e coisas assim. Depois, como desdobramento, essa mesma pesquisa foi feita na Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações (BDTD)¹⁹, dados que entraram efetivamente no texto. Assim, essa caracterização do empreendedorismo enquanto valor pôde ser feita e confrontada com os dados construídos pelas entrevistas.

O segundo aspecto dessa revisão, agora mais voltado para a dimensão mais geral da realidade brasileira, ao mesmo tempo que essa localização no contexto do Brasil a torna, também, específica, foi uma revisão de literatura que eu chamo de *contextual*. O ponto central aqui, em termos de levantamento de dados e argumentos, é entender como todos os elementos que apareceram na pesquisa sobre o empreendedorismo enquanto valor têm alguma relação com a formação contemporânea do Brasil. Para isso, foi importante uma pesquisa centrada em trabalhos clássicos e contemporâneos sobre a realidade brasileira. Passando em vista aos clássicos do pensamento social no Brasil, que tomaram a formação do Brasil como questão central, até o mesmo tipo de busca nos bancos de dados que foram apresentados a partir das palavras *Brasil contemporâneo* e *sociedade brasileira*. Dessa pesquisa, o elemento mais importante é a formação de um quadro amplo que possa

18 <http://periodicos.capes.gov.br/>

19 <http://bdtd.ibict.br/vufind/>

ser entendido como “contexto” específico no entendimento das formas como as pessoas narraram suas ações e a partir de suas mobilizações morais. Nesse sentido, o *espírito empreendedor* foi caracterizado por esses elementos das duas buscas temáticas.

Basicamente são esses os conjuntos de dados que foram trabalhados na dissertação. A pergunta que se impõe, como consequência desse processo, é: como analisar esse volume de dados? Como dar inteligibilidade ao volume de informações geradas por essas duas outras formas de revisão de literatura? Em termos de continuação do *corpus*, que efetivamente não se restringe ao volume de dados e informações, para que a análise pudesse ser efetivada foi preciso uma terceira revisão de literatura, uma revisão de literatura *teórica*. E o objetivo dessa revisão foi bem simples, entender os pressupostos teóricos, as conexões lógicas, as problematizações e os modos de entendimento do pragmatismo francês. Esse aspecto tem uma importância também crucial. Depois dos dados construídos, depois do mapeamento de alguns ensejos morais mais amplos ligados ao empreendedorismo, é necessário confrontar os pressupostos teóricos e entender se, como forma de análise, esse referencial dá elementos para a análise do material trabalhado.

A revisão teórica foi conduzida em três etapas. A primeira etapa foi a revisão sobre o pragmatismo enquanto forma de análise. O objeto desse primeiro momento foi montar um entendimento mais amplo dos marcos conceituais e analíticos presentes nas obras dos seus expoentes. Depois dessa assimilação, o procedimento posterior foi a investigação, de uma forma mais genérica, dos pressupostos subjacente às obras e aos trabalhos estudados.

A partir daí, com uma compreensão conceitual relativamente ampla, a etapa final foi a sistematização desses conceitos e o confronto com o material do *corpus* já presente. De uma forma geral, esse procedimento foi capaz de dinamizar as ideias centrais para a pesquisa, desde a noção mais abrangente de *espírito empreendedor*, até o modo como esse espírito reverbera, ou não, na forma como as pessoas entendem

suas ações; a ideia de *modelo de ação empreendedora*²⁰. Aqui também é o momento de buscar, na construção desses dois conceitos específicos, críticas e revisões dentro do debate pesquisado. Assim, na análise de esferas morais presentes na narrativa das pessoas, esses tipos ideias se tornam subjugados ao modo como o conjunto de dados produz conteúdo e o coloca em movimento.

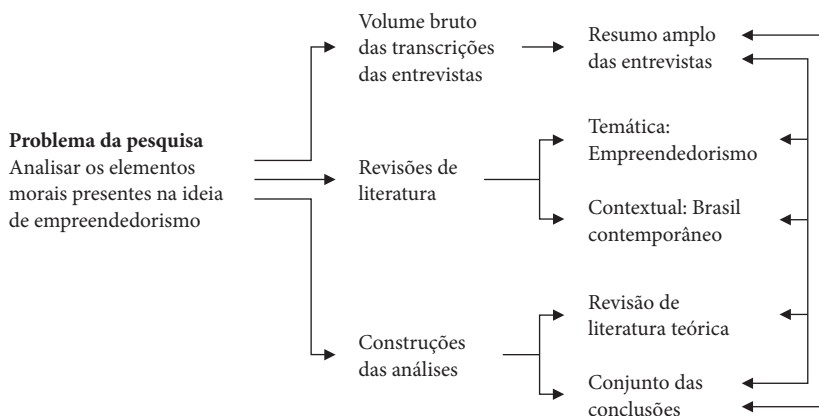


Diagrama II - Corpus de pesquisa

A parte final do *corpus*, também a parte final da pesquisa, são as conclusões geradas e a maneira como, no lugar de responder à pergunta inicial da dissertação, elas acabam colocando outras perguntas. Dessa forma, o quadro geral das conclusões também se torna parte do *corpus*. Na tentativa de deixar esses passos visualizáveis, o diagrama II ilustra o modo como o *corpus* da pesquisa se desenvolveu.

20 O tópico três terá a função de deixar mais clara essa conexão, no sentido de torná-la um procedimento de análise. O que estou tentando desenvolver nesse momento é, de uma forma geral, o modo como a própria construção dos dados e as várias revisões de literatura se tornam partes constitutivas do corpus como um todo.

Do problema inicial da pesquisa, da pergunta que guiou toda a investigação, as entrevistas foram feitas, seus registros gravados e, posteriormente, transformados em dados de texto. Com o texto bruto das transcrições, foram feitos resumos amplos, onde cada entrevista ganhou uma narrativa lógica de acordo com tudo que foi dito por cada pessoa. Esses dados apontaram o caminho para as duas revisões de literatura. A primeira, temática, com a função de caracterizar de maneira mais integral a ideia de empreendedorismo. A segunda, contextual, teve a função de colocar esse ideal empreendedor dentro do quadro de formação da realidade social brasileira. Com esses aspectos levantados, o ponto seguinte era a montagem do “terreno analítico”. Primeiramente, foi feita uma revisão de literatura teórica, dentro dos pressupostos e conceitos do pragmatismo francês e, com isso em mente, foram elencados alguns conjuntos de conclusões a partir do conceito de *modelo de ação empreendedora*. O passo final foi o confronto direto com os dados das entrevistas, a dimensão propriamente analítica da pesquisa, na tentativa de responder de forma mais direta a pergunta do trabalho.

III

Qual seria, então, a melhor estratégia para dar coerência analítica a todo esse processo? Talvez, pensando a metodologia de uma forma mais ampla, esse seja um grande desafio, no sentido de relacionar não só o volume de dados e de material produzido pelo *corpus*, como também levar em consideração elementos teóricos importantes. O tipo de entrevista adotada, uma adaptação específica da *entrevista compreensiva*, junto com os pontos ligados ao pragmatismo francês, aponta para um entendimento muito específico da atividade da entrevista e da forma que esses dados construídos podem ser analisados. Somando com o material que dará conteúdo às dimensões mais amplas dessas entrevistas, a estratégia de análise se torna indispensável, inclusive como forma de reflexão mais geral.

O primeiro passo é tentar entender o elemento pragmático como questão analítica e como estratégia de análise. Para tanto, é de extrema importância justificar, do ponto de vista lógico, essa conexão. De uma forma geral, com o foco nos argumentos que justificam as maneiras como as pessoas narram as suas ações, a dimensão moral aparece nesse momento, no meio como, ao dar sentido a determinada ação, as pessoas exprimem determinados valores e os colocam no plano da fala. A fonte moral, como argumentação e como justificativa, faz parte do modo como cada valor é entendido dentro de um quadro amplo de representações sobre a vida e sobre nossa posição nela. É assim que, por exemplo, Taylor (2013) entende a formação de uma identidade moderna a partir do *self*. No arranjo de determinados valores que orbitam a formação do Ocidente moderno, as justificativas morais aparecem como critérios fundamentais de formação de uma interioridade que carrega algumas demandas; dignidade do humano, respeito ao outro e a plenitude da vida (TAYLOR, 2013: 29). Embora seja uma análise muito concentrada no fundamento filosófico do humano, esse diagnóstico de Taylor ajuda a pensar metodologicamente como as entrevistas podem ser analisadas.

Cada fala, ao menos sobre determinados assuntos, carrega um entendimento específico sobre a ação e sobre o modo como essa ação se justifica. Assim, o sentido da ação é, ou pode ser, a própria forma como ela é moralmente justificada. Com esse aspecto em mente, a maneira como, pragmaticamente, o sentido pode ser analisado, explorando os conteúdos de cada entrevista a partir dos valores que forem aparecendo em cada momento e em cada tópico apresentado, no momento em que se explora os conteúdos específicos de cada fala, sistematizando e tipificando cada elemento. Esse procedimento é semelhante à análise de conversação (MAYERS, 2014: 271), mas se distancia dela no momento em que, mesmo com a interação entre quem entrevista e quem é entrevistado sendo importante, o foco dessa, digamos, *conversação pragmática*, é a justificativa pensada no processo reflexivo da entrevista. Vale a pena lembrar que, tentando dar substrato ao argumento e justificando a ferramenta analítica, esse tipo de concepção sobre os dados construídos na atividade da entrevista é parte fundamental do conhecimento

nas ciências sociais. Isso fica evidente quando, partindo de um texto clássico de Florestan Fernandes (1997), o processo analítico passa a ser entendido como uma reconstrução da realidade, no sentido em que a tentativa de tornar o fenômeno inteligível é também um processo de montagem e remontagem desse mesmo fenômeno (FERNANDES, 1997: 52-55). Com isso, a estratégia analítica fica com dois panos de fundo básicos: (I) os conteúdos das justificas morais das pessoas em relação aos tópicos; (II) o objetivo de reconstrução mais ampla dessa realidade dentro do conjunto de informações dos tópicos. Em termos gerais, essa seria uma análise *pragmática* das conversações.

O segundo passo é explicitar os procedimentos de análise. Com a transcrição integral de cada entrevista, assim como dos componentes de interação entre quem entrevista e quem é entrevistado, esse texto bruto foi retrabalhado e transformado em um resumo amplo, ou seja, cada entrevista foi “recontada” seguindo uma linha lógica no desenvolvimento do argumento de cada pessoa e, com isso, rearticulando cada fala a partir dos tópicos do roteiro. Esse procedimento foi importante para, de uma forma mais geral, colocar em cheque o roteiro das entrevistas e retrabalhar as perguntas feitas a partir das justificativas de cada pessoa. Esses resumos amplos, que variaram de tamanho de acordo com o tempo de cada entrevista, foram a fonte básica de cada procedimento posterior.

Com cada resumo feito, o objetivo subsequente foi categorizar esses resumos em termos do modo como cada justificativa apresentada faz referência a um valor específico. Para tanto, foram feitos três grupos de categorização onde, dentro do modo como cada valor apareceu, a percepção sobre empreendedorismo se apresentou ampla e diversa. Esses três grupos responderam a três tópicos básicos: (I) percepção sobre empreendedorismo e sua relação com a maneira como cada pessoa justifica e entende suas ações; (II) a ideia mais ampla de um valor moral que se insere nesse processo; (III) o modo como isso tudo reverbera na compreensão da trajetória individual. Ao final desse processo, um tipo ideal de ação empreendedora pôde ser caracterizado e mobilizado para o restante da pesquisa.

Uma outra pergunta ainda precisa ser feita. Existe um critério moral geral para essa ação empreendedora? A revisão de literatura temática entrou para tentar responder a essa pergunta específica. Dentro de uma formação mais ampla, do processo mesmo de estruturação de um determinado valor, algumas dimensões podem ajudar na compreensão de certos ensejos que podem consolidar essa percepção moral. A literatura especializada sobre empreendedorismo ajudou nesse ponto. O cruzamento básico dos dados foi feito no seguinte método: cada grupo de entrevistas, cada caracterização sobre a ideia de *empreender*, foi colocado em confronto com os valores apresentados nos artigos tirados da literatura empresarial e das teses e dissertações (cerca de 13). Das entrevistas, a noção de ação empreendedora, como tipo ideal a partir dos conteúdos das falas, foi colocada em paralelo ao sentido de empreendedorismo presente nesses trabalhos. O resultado mais básico desse processo foi uma definição dos conteúdos para esse tipo de ação, que permitiram sua localização pragmática, ou seja, as justificativas das ações sendo localizadas dentro de um sentido moral. Dessa forma, o tipo de ação empreendedora ganha duas fontes básicas, as entrevistas com seu sentido justificador e a literatura sobre empreendedorismo e seus elementos morais mais gerais.

O outro lado dessa revisão, mais voltado para a caracterização mais ampla desse modelo de ação, é uma reflexão sobre a localização dessa dimensão moral no contexto de formação da sociedade brasileira. Aqui entra a revisão de literatura contextual. Com essa definição mais ampla sobre empreendedorismo, o objetivo foi localizar as possíveis condições de possibilidade, em termos de aspectos valorativos mais gerais, da ideia de empreendedorismo como referência moral no Brasil contemporâneo. A literatura consolidada sobre a sociedade brasileira, a partir do recorte de seus aspectos morais, foi visitada e, com isso, essa direção da formação do Brasil foi traçada dentro de uma constelação de valores mais amplos. Basicamente, são obras consolidadas de sociologia e antropologia da moral. Esses trabalhos clássicos foram confrontados com a produção atual sobre a dimensão moral da sociedade brasileira. A pergunta fundamental foi: quais aspectos, dentro da sociedade

brasileira, podem ser associados ao empreendedorismo como questão moral? Esse procedimento deu fundamento para a formulação de outro tipo ideal, a ideia de *espírito empreendedor*. Mais uma vez, essa formulação tem um sentido pragmático, dizendo respeito à questão de localização das justificativas e dos sentidos produzidos pelas pessoas ao narrarem suas ações.

A última parte do arsenal analítico mobilizado na investigação é a revisão de literatura teórica. Para entender a pertinência dos tipos ideais construídos – modelo de ação empreendedora e espírito empreendedor – foi importante fazer uma investigação mais aprofundada dos conteúdos mais elementares e das bases mais visíveis do referencial pragmático, visto que ele deu subsídio para os passos iniciais da pesquisa. Sobre esse subsídio, uma importante lembrança, para justificar e clarificar esse recorte a partir de dimensões teóricas mais gerais, é a caracterização feita por Vandenberghe (2012: 11-37) de que toda boa pesquisa empírica pressupõe um sólido trabalho em teoria e filosofia. A teoria, filosoficamente dimensionada, informa, consistentemente, o campo empírico a ser investigado. Foi exatamente o que aconteceu aqui.

O primeiro passo foi o fichamento do livro *O novo espírito do capitalismo* de Boltanski e Chiapello. O argumento pragmático dessa obra é a base para a formulação teórica e para a dimensão analítica da dissertação. Como adiantamento preliminar, o tipo de operacionalização do pragmatismo feito por Boltanski e Chiapello é um pouco diferente da operacionalização presente em outra obra, dessa vez escrita por Boltanski e Thévenot. Em *De La Justification* (1991), os autores formulam uma sociologia pragmática que é, no limite, uma sociologia da crítica, no sentido de tomar a argumentação e a sobreposição de argumentos a partir da noção de controvérsia. Essas duas obras foram confrontadas na tentativa de elucidar, fugindo desse entendimento de sociologia da controvérsia, uma abordagem que tome as justificativas morais dentro do eixo da narrativa individual das pessoas, mas que tente mapear as possibilidades dessas justificativas serem parte de uma valorização mais ampla. O confronto dessas obras, de seus pressupostos, suas conexões lógicas etc., foi calcado em uma montagem de todas as referências, ou

parte delas, presentes no argumento dos dois trabalhos. Isso facilitou o entendimento dos conceitos e sedimentou a análise com os tipos ideais.

Com essa etapa concluída, investigando assim todos os desdobramentos lógicos do pragmatismo francês, os dois tipos ideais, que eram recursos analíticos, passam a ser conceitos que emergiram dentro dos dados e, posteriormente, receberam tratamento teórico. O último momento da pesquisa foi, justamente, confrontar esses conceitos com os resumos das entrevistas, recategorizando e reorganizando seu conteúdo. O próprio problema de pesquisa ganhou outros tons depois desse processo, apontando para novas possibilidades e encaminhando a conclusão do trabalho. A conclusão foi um reflexo disso, apontando para um novo entendimento da abordagem da moralidade e seu desdobramento empírico.

* * *

Feitas essas considerações e contextualizações, o problema de elencar os elementos morais presentes no empreendedorismo ganha uma complexidade maior, ou seja, sai do campo das generalidades e vai em direção a caracterização de ensejos. Nesse sentido, para dar o tratamento devido tanto aos procedimentos de pesquisa como a diversidade do tema, a divisão do texto e as conexões lógicas dos capítulos são fundamentais.

No primeiro capítulo, como pressuposto teórico, a ideia de uma ação empreendedora será caracterizada, ou, pelo menos, tateada, por dois eixos centrais. O primeiro deles faz referência direta ao contexto em que determinada ação está inserida, ou, pelo menos, a forma como ela é percebida. Seguindo a tese de Boltanski, esse momento é o “espírito” da organização capitalista, em termos de sua justificação mais geral, que tentou elencar, a partir de alguns trabalhos sobre o Brasil, essa dimensão mais geral do “espírito” empreendedor que é parte fundante da dimensão moral do modelo de ação empreendedora.

O objetivo do segundo capítulo, que também é o segundo eixo da caracterização, tentando dar uma sequência lógica ao argumento da

dissertação, será explorar um pouco o sentido da ideia de empreendedorismo para as pessoas que foram entrevistadas. Aqui, recorrendo ao elemento compreensivo da entrevista desenvolvida por Kaufmann, e tendo como base o peso da narrativa em Taylor, o objetivo é explorar as falas, as conexões lógicas e o desenvolvimento dos argumentos das pessoas entrevistadas. De uma forma geral, essa exploração é necessária para que o conjunto de dados construídos no momento das entrevistas possa ser compreensível e sistematizado.

O terceiro capítulo terá uma discussão mais analítica. O objetivo será o de entender, a partir das questões dos dois primeiros capítulos, que tipo de elemento moral está circunscrito na ideia de ação empreendedora. A análise dos dados será muito importante aqui. A análise se concentrará na maneira como, depois da caracterização do modelo de ação empreendedora, os elementos presentes nas entrevistas podem dar uma boa dimensão do aspecto moral desse tipo de ação, pelo menos no modo como as pessoas falam sobre ela. Assim, o movimento do capítulo será o de captar a formação do conceito de “modelo de ação empreendedora”, surgido no contexto de formação de um possível “espírito empreendedor” e a maneira como esse modelo tem dimensões morais claras, extraídas das falas das pessoas.

Na conclusão, o objetivo será o de fazer uma passagem, analítica, de uma sociologia da moral, que guiou os dois primeiros capítulos, para uma sociologia política. Para que isso seja feito, a ideia de ação empreendedora será entendida como princípio organizativo, ou seja, como modo de estruturação de determinadas práticas, que se constituem no plano moral, como mobilização subjetiva, mas podem trazer elementos importantes na compreensão das relações sociais mais gerais, uma questão política mais imediata.

CAPÍTULO 1

A concórdia: a formação de um espírito empreendedor

Joseph A. Schumpeter cunhou um termo referente ao processo de transformação que o capitalismo precisava passar para escapar das armadilhas da “doutrina marxista”. O conceito, que tenta mostrar como o capitalismo necessita de algumas características que o façam se reinventar, é o de *creative destruction* (SCHUMPETER, 2003: 83-84). Dentro da literatura sobre empreendedorismo, essa noção é a base para se pensar a atividade empreendedora. Basicamente, como definição operacional inicial, o empreendedorismo diz respeito ao ato de empreender, ao ato criativo de superar riscos e conduzir um projeto de forma versátil e com iniciativa. Tal qual defendida por Schumpeter, a ideia de *creative destruction* pode ser considerada a primeira a relacionar essas características de criatividade, condução, flexibilidade e eficiência. Vale lembrar que seus alvos não eram apenas as teorias econômicas derivadas do marxismo, mas também as versões liberais que não tinham preocupação com a formação de monopólios e oligopólios. Sem entrar no debate proposto pelo autor²¹, que merece alguns

21 Farei isso na conclusão, ao tentar relacionar os aspectos presentes nos três capítulos com um debate mais amplo sobre política. O próprio Schumpeter divide o livro em preocupações políticas, tentando fazer uma ponte entre um debate sobre estruturação e eficiência econômica com o tema da democracia e das liberdades individuais.

cuidados pela importância prática da formulação – esse diagnóstico ainda é influente em alguns setores da economia e da administração –, o ponto é ressaltar o modo como os valores ligados à inovação entraram na órbita do capitalismo enquanto sistema moral específico.

É sempre um desafio lidar, em uma investigação, com a relação entre alguma dimensão moral e o modo como ela influencia as ações das pessoas; também o modo como essas ações podem influenciar determinadas concepções morais. Ao lidar com o empreendedorismo como um desses valores, relacionando-o com a configuração recente do capitalismo, o desafio se coloca em outro nível, na tentativa de refletir sobre como esse mesmo empreendedorismo é pensado dentro de um quadro de transformações e fenômenos que o ligam ao modo como as pessoas refletem sobre suas ações. De uma forma mais direta, o desafio é ver até que ponto o ideal de empreendedorismo se torna geral e representa valor e sentido para as pessoas que o mobilizam, ou seja, entender até que ponto se pode falar no empreendedorismo como característica do capitalismo.

O primeiro passo para essa reflexão é entender sobre que bases se localiza o empreendedorismo como um valor. O segundo passo para essa pesquisa é pensar sobre como, a partir de valores mais gerais, as ações são justificadas pelas pessoas. O objetivo desse primeiro capítulo será o de mapear até que ponto se pode entender o empreendedorismo como valor e, a partir disso, compreender como esse valor se relaciona com a formação da sociedade brasileira contemporânea. Nesse sentido, é importante lembrar que essa formação também está em uma relação direta com a formação do capitalismo no Brasil.

Para que essa investigação possa funcionar, para que os aspectos importantes tanto da formação desse empreendedorismo como do modo como ele entra nas percepções das pessoas possam ser elucidados, é importante recuperar alguns argumentos. O ponto inicial é a análise de uma abordagem pragmática das ações, ou seja, da abordagem reivindicada por Luc Boltanski e Ève Chiapello em *O novo espírito do capitalismo* (2009). Essa abordagem, que terá uma importância muito

grande no decorrer do trabalho, parte do entendimento de que as ações das pessoas só podem ser compreendidas a partir de um contexto local muito determinado (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009: 33). Dentro desse argumento, existe uma concepção mais geral que é a ideia de *configuração ideológica*, desenvolvida por Louis Dumont (1983). Aqui, essa noção servirá como terreno mais imediato para a formulação do conceito de *espírito*. Nesse sentido, o elemento da ordem pragmática é justamente o modo como as pessoas se engajam nas suas ações, mobilizam determinadas justificativas e produzem um sentido para elas; um pragmatismo com o foco no sentido da ação para as pessoas. A investigação desse contexto seguirá a formação da noção de espírito, que depois será confrontada com o debate sobre as possibilidades de formação de um espírito empreendedor no Brasil. Por fim, a investigação sobre os ensejos de um *espírito empreendedor*.

1.1 Pragmatismo, justificação e espírito

O que significa entender a noção de espírito, que aponta para uma configuração mais ampla, a partir de um referencial pragmático? O ponto para a compreensão do conceito e de sua abordagem é a localização das ações das pessoas em seus contextos específicos. Esses contextos têm uma importância grande, por apontarem para regimes de justificação diferentes e por mobilizarem percepções e ações diferentes. Como questão inicial, o contexto das ações está submetido ao modo como os regimes de justificação, regimes esses que incidem no tipo de reflexão que as pessoas têm, são regimes individuais que dependem da interação entre as pessoas. Esse modo de reflexão gera um problema ao se tentar montar um contexto mais amplo, no plano moral mais geral, que precisa ser contornado.

Assim, como entender os regimes de justificação? A resposta começa com o argumento das duas pessoas que começaram a desenvolver, dentro do contexto de uma sociologia crítica na França, a

abordagem de uma sociologia pragmática da crítica²², Luc Boltanski e Laurent Thévenot em *De la justification* (1991). O esquema que conduz o argumento é o modo que se pode refletir, pesquisar e compreender as ações individuais. Essas ações partem de elementos cotidianos concretos que não necessariamente são pensados e nem fazem parte das percepções das pessoas. A capacidade reflexiva, a maneira pela qual cada ação passa a ser pensada e colocada em uma dimensão visível da consciência, em um momento de crise onde a ação em questão começa a perder seu sentido imediato e necessita, mais diretamente, de uma narrativa que a justifique ou a coloque, de vez, em questão²³. Portanto, os momentos críticos estariam mais ligados a raridade, no sentido de não serem frequentes e corriqueiros, e representariam, evidentemente, uma crise, ao menos subjetivamente (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991: 23-26). De toda forma, é impossível pensar a ação individual, o elemento criativo do agente social, como permeada o tempo todo por uma dimensão reflexiva forte, ou seja, que coloque em questão seus pressupostos e seus mecanismos de realização sempre. A pergunta que cabe nesse diagnóstico, que também caberia sobre seus desdobramentos mais imediatos – os regimes de justificação que serão tratados mais adiante – é: só é possível pensar na reflexão sobre as justificativas dentro desses momentos de crise?

A ideia de uma sociologia da crítica, voltada para os momentos de crises nos quais as ações precisam ser colocadas em termos de suas justificações, seria uma dimensão intrínseca ao se analisar o instante

22 Correia (2010), mostra como essa passagem, de uma sociologia crítica para uma sociologia da crítica é sintomática no pensamento de Boltanski e Thévenot. No caso do primeiro, esse movimento volta para uma crítica pragmática (BOLTANSKI, 2009), no caso do segundo, o elemento das *controvérsias* acaba tendo mais força, pelo menos enquanto problema que aponta para os diferentes modos de interação (THÉVENOT, 2010).

23 Dentre uma série de autores que partem desse mesmo princípio sobre o momento crítico em que as ações cotidianas são contestadas, Kaufmann (1997) toma esse enfoque como programa de pesquisa e como entendimento mais amplo das ações humanas.

reflexivo das crises nos regimes de justificação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999: 360). Só que existe um momento em que o contexto das ações vai um pouco mais além dos regimes de justificação e passa para um plano moral mais amplo, como parte de uma formação social historicamente situada. O momento em que isso acontece, também a forma como se pode ter acesso a esse momento, representa uma relação com a reflexividade e as justificações que podem ser externadas via uma narrativa que produza sentido, e não somente enquanto fruto de uma contestação imediata²⁴. Voltarei a isso mais tarde.

O que seriam, então, esses regimes de justificação? Em um primeiro estágio, os regimes apontam para o contexto em que as ações estão inseridas. A partir daí, os autores mostram pelo menos quatro registros básicos em que se pode pensar a partir dos regimes, assim como suas justificativas e pontos de crise. Em cada momento como esse, as ações passam a perder algum sentido, principalmente em horas de disputa. Os autores exploram uma série de exemplos em que as justificativas precisam responder perguntas específicas para que as ações voltem, ou reformulem seus sentidos. Em um desses exemplos específicos, ao lidar com o trabalho em grupo, a pessoa que se esforçou mais, ou mesmo fez tudo sozinha, pergunta-se sobre o motivo de fazer isso e o que aconteceria para que as outras pessoas não se engajassem da mesma maneira como ela na atividade. O momento em que esses pensamentos vêm à tona, a forma como cada ato passa a ser visto é uma crise que requer um regime de justificativa específico; no caso seria o *regime de justiça* (Ibid.: 363). Nos casos de disputa, portanto, as pessoas recorrem a regimes de justiça no intuito de fazer equivalências sobre os atos e gerar justificativas.

Com outro exemplo bastante elucidativo, Boltanski e Thévenot exploram o que eles chamam de *regime de familiaridade*, ou seja, o tipo

24 Charles Taylor é um autor que se preocupa bastante com o modo como as narrativas fazem parte das construções morais. No capítulo dois, ao tentar fazer uma relação entre moral e ação, desenvolverei um pouco esse argumento.

de justificativa que incide nas relações mais próximas e no cotidiano mais consolidado. Nesse regime, os conflitos, as disputas e os momentos de crise são mediados pelo tipo de relação que se estabelece com uma pessoa muito próxima e como essa relação é ou não importante. De toda forma, o ponto é mostrar como, em contextos localizados e situações diferentes, os regimes de justificação entram em cena em termos da reflexividade da ação e dos momentos de crise (Ibid.: 366-369). Mas isso ainda mantém o problema de tentar generalizar essa abordagem para um plano mais amplo, em um sentido de justificativa moral que mobilize as ações, não somente em momentos de crise, mas como elemento que produza um sentido na narrativa fora da crise. E mais, como montar um quadro geral que possa ser entendido como um contexto histórico específico, como fruto de um cenário de transformações valorativas? Os autores tentam mostrar como esse ponto é possível a partir do momento em que colocam as justificativas no plano moral e mostram como esse plano moral aponta para dois desdobramentos possíveis. O plano moral aponta para uma ideia de esforço e desenvolvimento individual e, depois, aponta para o modo como o ideal de bem comum entra nas justificativas e na mobilização das pessoas (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991: 46-47). Nesse momento, ao tentar entender essas justificativas de forma mais ampla, como características morais, existe a possibilidade da compreensão dessas ações como elementos mobilizadores relacionados com o contexto social mais amplo.

O conceito de *cité*²⁵ faz essa passagem e ainda tenta dar uma complexidade na relação entre moral e ação. Como as disputas instauram as grandezas, os valores, em uma relação de equivalência, as pessoas recorrendo à reflexividade e ao entendimento dentro dos regimes de justificação, os valores que orbitam nesses regimes se tornam

25 A tradução do termo *cité* é um pouco complicada. Não significa diretamente cidade, fazendo referência ao conjunto de imóveis que caracterizam um determinado local, *cité universitaire*, por exemplo. Uma tradução possível poderia ser a palavra cidadela, que tem uma definição parecida. Como a fonte que usei está em francês, vou deixar o termo original, inclusive tentando evitar as justificativas de tradução.

relativamente individuais, dependendo da compreensão e do modo como a ação em questão é percebida. Esse movimento, que efetivamente não dá conta da maneira como as dimensões morais entram em questão em cada momento reflexivo específico, precisa ser colocado em regimes mais amplos de apreciação moral, é aí que as *cités* entram (Ibid.: 87-91). O modelo sistematiza, do ponto de vista lógico e argumentativo, os tipos de justificação que as pessoas têm que levar em consideração ao entrarem, efetivamente, em momentos de disputa. Como explica Vandenberghe (2010: 92-93), elas são ordens axiológicas, as *cités* são formulações que carregam em si, dentro de uma perspectiva moral, os ideais de bem comum e de progresso individual em que se baseiam os regimes de justificação.

A pesquisa para a criação do modelo das *cités* como esquematização mais ampla dos regimes de justificação, foi baseada em uma análise dos livros clássicos da filosofia política e moral do Ocidente, as questões próprias dos debates em filosofia política também são apresentadas em termos de representação e apreciação do mundo, por parte das pessoas. Essa pesquisa, na visão dos autores, justifica-se no momento em que se toma essas obras como fazendo parte de uma formação histórica consolidada, como forma de produção de sentido para os valores que se tornaram corriqueiros no mundo ocidental (BOLTANSKI & THÉVENOT, 1991: 96-103). De toda forma, atentando para o fato de que esse tipo de generalização é complicado, a construção analítica que é resultado dessa reflexão é extremamente útil como exemplo de justificação moral em termos de uma consolidação de valores historicamente determinados²⁶.

26 Existem seis esquemas de *cités* que carregam seus valores correspondentes: a inspirada que requer a graça e a intuição, a doméstica que aponta para a lealdade e confiança, a do renome que é permeada pela fama e honra, a cívica que se constitui a partir da igualdade e solidariedade, a industrial que evidencia a eficácia e a competência técnica e, por fim, a mercantil que tem como fundamentos a competição e a performance econômica (Boltanski & Thévenot, 1991: 107-159). Como modelos analíticos construídos em *De la Justification*, esse número acaba sendo bem variável, visto que, como abordarei mais adiante, Boltanski e Chiapello acrescentam a *cité* dos projetos.

Para a reflexão em questão, que se afasta do interesse sobre os momentos críticos e de disputa, essas construções não têm uma importância relativa, ao menos em um momento inicial, o que interessa efetivamente, portanto, é como essa construção de justificativas vai em direção a consolidação de valores mais amplos e passíveis de investigação. As justificações, com isso, apontam para questões morais, e a possibilidade de reflexão sobre elas se dá no momento da narrativa das pessoas sobre suas ações; os valores precisam de uma reflexão mínima das pessoas para que possam ser entendidos como tal. O capítulo dois tentará dar conta desse elemento. E como, então, a abordagem pragmática entra aqui?

Essa dimensão pode ficar mais clara ao analisar a obra de Luc Boltanski e Ève Chiapello, *O novo espírito do capitalismo* (2009). Ele e Ela tratam das mudanças estruturais ocorridas no capitalismo na França desde 1968. A grande contribuição desse trabalho é a sua forma de lidar com o tema, não intentando com os dados da formação econômica como predominantes, mas sim, funcionando como regimes de justificção mais amplos. A noção fundamental, dentro dessa caracterização, é a de *espírito do capitalismo*, recuperando, ou ao menos fazendo alusão, às análises weberianas.

Seriam três espíritos que caracterizariam o capitalismo: O primeiro remete ao liberalismo clássico, onde os empreendedores locais eram os que detinham a justificção e os valores mais centrais; família e competição por exemplo. O segundo espírito foi formado quando, em meio à industrialização, às injustiças e ao crescente aumento das desigualdades, somadas ao trabalho precário, as linhas fordistas, tayloristas e keynesianas reorganizaram o capitalismo a partir da lógica fabril, a plenitude do emprego e a estabilidade econômica. O terceiro espírito é o recente, o creditado ao neoliberalismo, que incorporou as críticas por mais liberdade individual e mais estímulo para a criatividade, feitas principalmente pelas contraculturas dos anos 1960 (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009: 49-51). E é nesse processo que se concentra a análise de Boltanski e Chiapello. Montada nessas bases, a questão central do

livro, portanto, é entender como o capitalismo pode atingir um grau de sofisticação muito grande, enquanto a crítica a ele regrediu significativamente, em termos de seu alcance estrutural.

Dentro dessa importante tese, a noção de espírito funciona como carro-chefe para a investigação, levando em conta como aspectos morais podem ser entendidos como características de mobilização subjetiva para o capitalismo. Embora o foco propriamente dito, para Boltanski e Chiapello, seja a dinâmica de incorporação e renovação do capitalismo em relação aos seus críticos, portanto, com alguns fundamentos na *sociologia das controvérsias*, esse trabalho amplia muito o debate sobre a relação entre moral e ação e o coloca no bojo de uma reflexão sobre imersão subjetiva e a estruturação e reestruturação capitalista, debate esse, em si, já muito importante.

Assim, a noção de espírito do capitalismo, que necessita de uma mobilização conceitual específica de que dê conta de sua formulação, será o conceito que guiará a investigação que aqui desenvolverei. Mas essa noção precisa de uma mediação mais singular, no sentido de colocar a pesquisa em um plano realizável e entendendo que essa realização só dá elementos para se pensar esse espírito e não necessariamente o diagnóstica. O espírito do capitalismo será investigado a partir de uma reflexão sobre a possibilidade de um *espírito empreendedor* no Brasil, ou seja, no lugar de conceituar as mudanças estruturais na formulação valorativa do capitalismo no Brasil, apontarei a possibilidade de uma noção de espírito empreendedor dentro da formação do capitalismo brasileiro, quase como uma característica anunciada. A localização do contexto das ações, relacionadas ao modo como alguns valores permeiam ou podem permear a realidade social brasileira, será o contexto do empreendedorismo que dará sentido e simbolizará as ações de algumas pessoas, pelo menos àquelas que estão envolvidas com o meio empreendedor.

A concepção de espírito, para Boltanski e Chiapello, tem uma forte influência da formulação de *configuração ideológica* desenvolvida por Louis Dumont. Isso é importante por colocar o conceito de espírito

em uma dimensão mais relacional, entre a estrutura social e a percepção das ações. Mas qual seria, então, a definição para configuração ideológica em Dumont? Qual o sentido de ideologia atribuído pelo autor? Essas são, ao mesmo tempo, as questões mais centrais e mais polêmicas para o entendimento do argumento de Dumont.

A ideologia, em Dumont, difere do significado dado por alguns marxismos e ao pensamento marxiano de uma forma geral²⁷. Ela é formulada em termos de *ethos*, ou seja, na sua relação efetiva com valores e aspectos culturais de uma dada sociedade. O que Dumont entende por ideologia, portanto, é um aspecto mais amplo da cultura. Em outras palavras, a ideologia estrutura, em termos de referências básicas, a forma como as pessoas se pensam e se colocam no mundo (DUMONT, 1983: 273). Dentro dessa definição mais básica, o autor lida com os elementos da ideologia moderna, ou seja, com os elementos do individualismo e da forma como o indivíduo, seus feitos e conquistas, ganharam importância na formação ocidental²⁸.

Existe uma crítica, que será melhor desenvolvida no capítulo dois, ao modo como Dumont sobressai elementos do individualismo moderno para confirmar alguns de seus argumentos. Essa crítica está presente em Alain Renaut (1989) e aponta dois equívocos no diagnóstico de Dumont sobre a operacionalização de sua noção de ideologia e sobre o modo como essa noção é aplicada à reflexão sobre os fundamentos

27 Em um primeiro momento como falsa consciência e, posteriormente, relacionada ao problema mais geral da alienação e da reificação, o termo ideologia é, ou foi, um dos pilares centrais dentro do pensamento marxista, a partir das formulações presentes em Marx e Engels (OUTHWITHE, 1996: 371-372). Esse procedimento, que vai da alienação à reificação, vai ganhando complexidade conforme outras estruturas vão sendo analisadas por Marx, é o caso de sua formulação a partir do debate sobre o fetichismo da mercadoria (BOTTOMORE et. al., 2001: 197-183).

28 No capítulo dois discutirei com um pouco mais de calma essa questão do individualismo, pensando, inclusive, os desdobramentos de Dumont. Essa reflexão é importante para dar contas de duas questões fundamentais, até que ponto se pode entender o individualismo relacionado ao empreendedorismo? E, como consequência, até que ponto se pode falar em individualismo no Brasil?

valorativos da modernidade. A primeira delas é uma confusão entre sujeito e indivíduo²⁹. Essa confusão, na visão de Renaut, levaria Dumont para a análise do individualismo como gerador mesmo da modernidade, como condição de possibilidade dela e como sendo apenas o espaço do indivíduo enquanto valor. A segunda confusão apontada por Renaut seria entre individualismo e uma espécie de forma degradada dele, o narcisismo, forma essa que o autor chama de característica do individualismo contemporâneo. Existiria, então, uma leitura pejorativa da modernidade que comprometeria seus valores e sedimentaria esse espaço para o individualismo (RENAUT, 1989: 104). De toda forma, essa reflexão de Renaut lembra os problemas da abordagem de Dumont, além de servir como um contraponto ao lidar com essa referência. A questão, portanto, é usar o conceito de ideologia como ponto inicial de análise e, em seguida, superar sua aplicação.

A relação entre a formulação do conceito de ideologia com a noção de espírito fica evidente quando Boltanski e Chiapello recorrem à ideologia para mostrar que o capitalismo, enquanto espírito, ou seja, o conjunto de elementos morais que apresentam determinadas justificativas, é uma formulação ideológica e historicamente construída. Mas então, o que seria capitalismo? Como definição mínima, o capitalismo seria “a exigência de acúmulo ilimitado de capital por meios formalmente pacíficos” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009: 35). Entender o capitalismo a partir da dinâmica de acúmulo de capital – e é muito importante lidar com o capitalismo enquanto dinâmica – é apontar para os seus aspectos estruturais, ou seja, seus modos de existência enquanto sistema organizativo, enquanto quadro geral de

29 Como será mostrado no próximo capítulo, a construção do raciocínio de Renaut é desenvolvida para o entendimento dos princípios que fundam a subjetividade moderna. Para tanto, ele toma alguns autores, dentre eles, Dumont, e reflete sobre o tipo de caracterização que cada um dá à subjetividade. A tensão fundamental seria, então, entre a noção de sujeito e a noção de indivíduo, correspondentemente entre subjetividade e individualidade, em termos valorativos, entre autonomia e independência.

representações e demandas. Abordar um espírito do capitalismo é justamente abordar como, dentro dessa dinâmica estrutural, ou dando origem a essa mesma dinâmica, as pessoas mobilizam suas ações e as justificam em termos morais. Assim, o espírito aponta para o modo como o sentido das ações é dado e percebido pelas pessoas, dentro de um quadro amplo de referências. Empreendedorismo e capitalismo estariam definidos dentro do modo como, a partir dessa acumulação ilimitada, os ideais de criatividade e flexibilidade se tornariam corriqueiros na ótica capitalista.

O elo que liga o espírito do capitalismo ao modo como as pessoas percebem e justificam suas ações, como argumentei anteriormente, é de duas ordens. A primeira remete ao tipo de justificativa que aponta para a dimensão moral em termos individuais, portanto, é o elemento que toma o progresso individual como fundamento para a ação, seu sentido é a ideia de crescimento e sucesso. A segunda é mais ampla, aponta para um tipo de percepção que tem no fundamento do bem comum o seu horizonte possível. Esse bem comum é a sensação de que, dentro de um ideal de justiça para o trabalho e para o esforço, o engajamento individual em alguma atividade é o melhor para todo mundo³⁰. Dessa forma, seguindo estritamente o argumento de Boltanski e Chiapello, a justificativa é formada pelo entremeio desses dois aspectos, o individual e o bem comum (Ibid.: 39).

E como operacionalizar o conceito de espírito do capitalismo? Essa operacionalização fica mais palpável ao entrar no diagnóstico dele e dela sobre o processo de transformação do capitalismo contemporâneo a partir do contexto francês. Tomando como base essas transformações, as noções de autonomia, proteção e bem comum darão o tom ao

30 É interessante como esse entendimento é a mesma preocupação moral de Adam Smith com a mão invisível, ou seja, que a autorregulação do mercado pelo esforço e pela criatividade individual alcançariam o bem para todos (1996). O próprio pensamento utilitário, em sua origem, carrega essa mesma preocupação (MULGAN, 2012).

engajamento das pessoas nas ações dentro do capitalismo. A autonomia sendo entendida pela busca da liberdade no emprego, e aí a ideia de empreender é fundamental, a proteção sendo associada diretamente às garantias desse engajamento, no sentido de que o esforço é a premissa básica para as conquistas e o bem comum, que aponta para o modo como, quando todas as pessoas colocarem no seu horizonte de ação esses pontos apresentados, o bem para todos será atingido (Ibid.: 49). Com isso, na dinâmica dentro dos processos de justificação, existe um tipo de conexão que fundamenta não só a mudança na estrutura em que os elementos morais são percebidos, mas também o próprio modo em que as ações das pessoas ganham sentido. Esse foco é importante por apontar caminhos de pesquisa específicos.

A dinâmica nas ações, na verdade no modo como as ações são refletidas, é feita a partir de um processo de ruptura relativamente determinado. Boltanski e Chiapello argumentam o modo como sedução, resistência e busca da auto justificação fazem parte da mudança no entendimento das ações e do modo como elas mobilizam as pessoas. A sedução entraria a partir do momento em que a oportunidade de gerir a própria vida profissional, com um empreendimento, torna-se possível. A resistência se daria no momento em que, com essa oportunidade se tornando cada vez mais clara, alguns elementos que fariam a pessoa desistir são levados em conta, como o risco por exemplo e a dedicação exclusiva ao empreendimento. Por fim, a auto justificação é o momento em que as dimensões morais servem como adicional para essa etapa e lança, de fato, as pessoas à ação, no caso, a ação empreendedora (Ibid.: 54). O mecanismo que ambos apresentam na dinâmica da ação como característica das justificativas no capitalismo, embora ainda permeado pela sociologia das controvérsias, é útil para apontar a forma que, e isso é um dos aspectos do empreendedorismo, a possibilidade de empreender, tocar um negócio e coisas assim, essa mesma dinâmica é permeada por questões morais muito perceptíveis. Não é preciso uma crise, nem muito menos uma preocupação com a ruptura para que essas justificativas passem ao primeiro plano da fala; a própria

narrativa sobre a atividade garante o sentido que essas questões adquirem para as pessoas.

Mas como abordar, então, o contexto mais amplo que fornece, em princípio, o conteúdo dessas mobilizações? Em termos analíticos, Boltanski e Chiapello respondem essa pergunta, que é um complemento às suas pesquisas, com uma investigação, muito fecunda, a partir tanto da filosofia – complementando o caminho feito por Boltanski e Thévenot – como da sociologia política. Esse caminho tem na noção de *prova* sua característica mais elementar (Ibid.: 66-67). A dinâmica entre o capitalismo e as críticas direcionadas a ele é uma espécie de cerne da investigação sociológica, ou seja, entender essa reestruturação do capitalismo, sem entender também suas críticas, não é um caminho possível, não na visão de Boltanski e Chiapello. Isso se dá no modo como a crítica coloca para o capitalismo o argumento da desigualdade e demanda, com isso, uma preocupação com os aspectos mais justos das trocas. Assim, justiça e igualdade são o resultado da relação entre capitalismo e crítica. Com isso, existe uma preocupação com uma sociologia das provas pelo fato de que, ao abordar essas provas, que são os desafios ao capitalismo em si e a suas justificações morais, a sociologia da ação pode se ver em debate com as questões mais clássicas da macrosociologia (Ibid.: 67).

O conceito de espírito mostra como, dentro de um quadro amplo de valores e questões morais, as ações de uma dada fase do capitalismo podem ser justificadas em termos de um progresso individual e do bem comum. Ele também afasta um pouco a necessidade de uma sociologia da crítica, que é a base para esse novo pragmatismo francês, e isso é importante por dar abertura para focar a análise nas justificativas e nas produções de sentido das pessoas para com suas ações, e não necessariamente nos momentos de crise. Não pretendendo pensar os espíritos do capitalismo no Brasil, o que farei com o conceito é mediá-lo a partir da ideia de espírito empreendedor, tentando entender até que ponto se pode falar em uma demanda para o empreendedorismo no caso brasileiro. Para isso, é de fundamental importância tentar mapear a possibilidade desse mesmo empreendedorismo dentro do processo

de formação do capitalismo tupiniquim para, depois, elencar, dentro da literatura especializada, os tipos de empreendedorismo que têm força nesse contexto.

1.2 O espírito empreendedor dentro da formação da sociedade brasileira

De uma certa forma, concretizando os aspectos mais históricos e consolidados na literatura sobre o Brasil, mais especificamente dentro do pensamento social, a estruturação do capitalismo, aqui, sempre teve dimensões conservadoras, mesmo economicamente³¹. Esse caráter conservador se deu, principalmente, pela vulnerabilidade dos empregos e pelo alto grau de concentração de renda que se teve ao longo dos anos, sendo agravado pelo “milagre” nos anos do regime militar – fortemente apoiado por setores empresariais que cresceram muito nos anos de 1970³².

Entrando em uma discussão política mais direta, traçando os paralelos entre economia e política que são necessários para o entendimento dessa forte dimensão excludente do capitalismo no Brasil, é assim que Florestan Fernandes reflete sobre a ideia de “Revolução Burguesa”. Na verdade, “revolução burguesa” é o próprio processo de transformação dos ciclos do capitalismo no Ocidente. O elemento

31 A clássica tese de José Luís Fiori (2003) sobre o caráter conservador do desenvolvimento do capitalismo no Brasil aponta bem para a contradição entre um espírito capitalista propriamente dito – tal qual descrito anteriormente por Boltanski e Chiapello – e a consolidação dessa ordem econômica em seus aspectos mais elementares, infraestrutura e escoamento de produtos, principalmente.

32 É interessante como o aspecto do aumento da concentração de renda no regime militar ficou relativamente corriqueiro, também no meio acadêmico internacional. Thomas Skidmore (2004), um brasileiro estadunidense, trata disso, levando em conta as transformações políticas, até a quase posse de Tancredo e as sucessivas decisões dos ministros da fazenda do período. Vale lembrar a famosa frase de que “é preciso fazer o bolo crescer para poder dividi-lo”.

central desse movimento, o “durante” do processo de transformação, é que o caminho desses ciclos é localizado especificamente, relacionado ao contexto de seu surgimento no Brasil, mas que carrega dimensões estruturais em nível global (FERNANDES, 2006: 29-30). É interessante, colocando esse argumento no caminho da expansão do capitalismo mercantil e do redesenho dos Estados europeus a partir desse novo modo de organização política e econômica, como o sentido da palavra “revolução” remete, por outros meios, ao modo como ela é mobilizada por Caio Prado Jr., um aspecto permanente de transformações que repercutem diretamente na vida e no modo de organização das sociedades (PRADO JÚNIOR, 2014)³³.

A ideia de “revolução burguesa” aponta para o modo como, dentro da formação do Brasil, os modos de ação e de organização política estavam relacionados com transformações que o capitalismo no globo vinha passando. Isso fica evidente na maneira como Florestan Fernandes descreve a forma que, pensando a relação com o tipo de ação que surge com o capitalismo, ou que se evidencia com o capitalismo, o tipo “burguês” já surge no Brasil como atividade especializada, sem o processo de efetivação e mudança que ocorre no cenário europeu como tipo geral (FERNANDES, 2006: 34), sem, portanto, as características do primeiro espírito diagnosticado por Boltanski e Chiapello a partir da descrição weberiana. A complexidade e, ao mesmo tempo, a dificuldade em lidar com essas questões no caso brasileiro, a formação de espíritos diferentes dentro do capitalismo, são expressas por um momento muito elucidativo, ainda em Florestan Fernandes. Para se ter uma ideia, o tipo burguês, mesmo destituído de uma base sólida na transformação de suas atividades, foi importante para o

33 É importante lembrar que, embora sejam parecidas, as ideias dos autores diferenciam-se na medida em que tomam outros caminhos. Caio Prado Júnior está escrevendo a partir de uma noção de história muito próxima do marxismo, em termos analíticos e políticos. Já Florestan Fernandes entende essa mesma dimensão da história dentro do quadro de transformações sócias que aconteceram no Brasil, relacionando-os ao movimento típico que o capitalismo no Ocidente adquiriu.

enfraquecimento da ordem rural e abriu espaço para o novo tipo de ação, mais em consonância com o capitalismo global (Ibid.: 37). Ou seja, de uma forma geral, esse declínio coincide com a formação de uma sociedade de base nacional que é, em termos gerais, fundamental para o desenvolvimento do capitalismo (Ibid.: 44-45), ao mesmo tempo em que o capitalismo industrial já dava seus sinais de transformações ao redor do planeta.

Independentemente de concordância ou não do “tipo burguês” como recurso analítico, essa conexão estrutural da qual o autor fala é extremamente fundamentada, no sentido de tratar, principalmente nos anos de 1960, de um complexo quadro nas relações globais do capitalismo. De um ponto de vista estrutural, as características que o capitalismo no Brasil tomou, são resultados, também, do seu contexto em nível mundial. Como exemplo dessa preocupação, os vários desdobramentos das teorias da dependência sobre o problema de relação do capitalismo no Brasil com o restante do globo (BRESSER-PEREIRA, 2010: 17-48) elucidam bem essas questões³⁴.

Então, como entender o processo de formação do capitalismo brasileiro para tentar localizar um espírito empreendedor? O que, efetivamente, esse debate ajuda a entender os aspectos de um possível espírito empreendedor? A estruturação do capitalismo no Brasil, enquanto dimensão mais ampla do processo de consolidação econômica e política serve como pano de fundo para as possibilidades de o empreendedorismo ser, em alguma medida, a mobilização das pessoas em termos de uma ação propriamente capitalista. Nesse sentido, esse pano de fundo mapeia as condições de possibilidade para o empreendedorismo ser tomado como valor e, com isso, entendido

34 Também vale ressaltar, no argumento de Bresser-Pereira, uma preocupação com o projeto de desenvolvimento mais viável para o Brasil. Essa preocupação pode até ser questionável, por tentar reivindicar o tempo todo a ideia de uma questão nacional do desenvolvimento, mas é importante para mostrar como o processo de consolidação do capitalismo no Brasil é contraditório, tornando difícil a caracterização, tão imediata, de espíritos, como discutido no primeiro capítulo.

como espírito. Os espaços para a compreensão do processo capitalista brasileiro, todas as análises que colocam o capitalismo brasileiro como tendo essa dimensão mais conservadora, inclusive economicamente, dão a entender que, de uma forma ou de outra, o elemento para o surgimento de valores como inovação, flexibilidade, dinamismo e proatividade estariam restritos a âmbitos já consolidados da economia e ligados aos grandes grupos econômicos³⁵.

Levando em consideração os aspectos debatidos anteriormente, é difícil imaginar, em termos valorativos mesmo, o espaço para o surgimento de um espírito empreendedor no Brasil. Existirá, com isso, a possibilidade de analisá-lo, ao menos no modo como, pensando a dinâmica econômica, o capitalismo se comporta? Faz sentido pensar um espírito empreendedor no Brasil? Uma boa pista para essa reflexão está no livro de Celso Furtado, *Criatividade e dependência* (2008). Basicamente, o livro trata das questões relativas ao modo como desenvolvimento e cultura são mutualmente dependentes e, em termos mais específicos, como o elemento criativo no ambiente produtivo garante certa dinâmica e favorece o surgimento de mercados e produtos novos. O argumento é bastante interessante, apontando para as formas em que a inovação se deu em contextos que, aparentemente, não eram propícios para tal. A ideia, portanto, foi mostrar como desenvolvimento, criatividade e cultura são coisas interligadas.

Nas trilhas dos argumentos sobre a possibilidade de desenvolvimento no terceiro mundo, Furtado ensaia uma série de questões que instigam alguma preocupação com o modo como a ideologia do progresso se tornou hegemônica nos países subdesenvolvidos, em termos de sua difusão e de suas expectativas (FURTADO, 2008: 92). De toda forma, ao refletir sobre os processos de transformação nas sociedades

35 De uma outra maneira, em *Formação econômica do Brasil* (2007), Celso Furtado lida com os aspectos constitutivos das características da economia brasileira. O principal ponto, talvez, seja a dificuldade de consolidação da mão-de-obra e, consequentemente, da pouca diversidade dos mercados internos.

industriais, o autor foca, a partir da criatividade das pessoas envolvidas, a estrutura de mudança nos aspectos organizacionais, nas dimensões econômicas mais amplas, é conduzida na própria maneira como as pessoas se colocam mediante suas atividades (Ibid.: 206-209).

A tese apresentada por Furtado é de extrema importância, pois mostra como, dentro da atividade econômica, não somente o cálculo e a expectativa de lucro são importantes, existe uma dimensão emocional que demanda uma imersão subjetiva, e é aí que entram as questões relativas à cultura e o elemento da criatividade como possibilidade de dinamização. O que fica como sugestão, levando em consideração os argumentos do livro, é que a possibilidade de colocar em debate a formação do capitalismo, especialmente no Brasil, precisa ter como horizonte a maneira, dentro de seus aspectos quase subjetivos, que as pessoas se percebem e se mobilizam em determinadas atividades. Seria muito proveitoso, na investigação do espírito empreendedor, pensar o processo de consolidação do capitalismo no Brasil, tentando entender a passagem de uma ordem econômica pouco competitiva, do ponto de vista dos valores, para, gradativamente, ter a criatividade e a competição como elementos mobilizadores concretos. Infelizmente não há espaço para um debate dessa envergadura em uma dissertação. O que farei, para lidar com o problema indiretamente, é explorar alguns dados recentes das pesquisas do IBGE³⁶ sobre empreendedorismo e elucidar como esses valores têm repercussões concretas no ordenamento econômico.

Aqui, é importante colocar no debate algumas outras teses que tiram conclusões parecidas, embora por outros caminhos. Richard

36 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O fato do órgão fazer pesquisas sobre empreendedorismo, a partir de 2008, já mostra como essa dimensão ganhou importância no cenário nacional. A maior parte dos dados é colocada anualmente, mas, desde 2013, tem ocorrido alguns problemas na atualização desses números. Com isso em mente, e também pelo fato de que as pessoas que foram entrevistados terem menos de 40 anos, as tabelas das pesquisas de 2013 podem ajudar na montagem do contexto amplo do espírito empreendedor, pelo menos como pano de fundo antes de entrar na literatura especializada.

Sennett (2006), pensando a partir da sociedade estadunidense, aponta os modos como o capitalismo dessa sociedade se apresentou dentro de uma nova cultura, mais voltada para o risco e com grau de flexibilização, tanto das horas de trabalho como dos próprios rendimentos, que é surpreendente até para a realidade daquele país. O autor segue o raciocínio de que, com o dismantelo da “jaula de aço” como modelo hegemônico de empresa, as pessoas se lançaram ao encalço de uma autonomia na criação e na administração de seus trabalhos (SENNETT, 2006: 41-49).

O mesmo aspecto pode ser levantando das questões propriamente empíricas do livro de Boltanski e Chiapello. O processo de transformação do capitalismo na França, o dismantelo do Estado de Bem-estar social, a flexibilização das leis trabalhistas, o deslocamento de fábricas para fora da Europa vem acompanhado de uma demanda crescente para as decisões e criatividade do indivíduo, nesse caso, para o empreendedorismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009: 242). Todos esses aspectos montam um tecido social onde, enquanto possibilidade de reorganização, o empreendedorismo é a saída para o engajamento das pessoas no capitalismo.

Mas em que medida se pode pensar isso no Brasil? Essa pergunta demandaria um grande esforço de pesquisa, no sentido de colocar a própria formação do capitalismo brasileiro em um profundo debate. Para que ela possa ser ensaiada, inclusive a tornando viável para o argumento que estou tentando desenvolver, explorarei alguns dados sobre empreendedorismo disponibilizados pelo IBGE. Esses dados terão a função de colocar um pano de fundo na literatura especializada sobre o assunto e, também, mostrar como a formação do capitalismo, dentro das questões sobre empresas e empreendedores, é complexa.

De acordo com o cadastro nacional de empresas, entre 2009 e 2012, o Brasil possuía cerca de 4.598.919 empresas, divididas em várias áreas de atuação, incluindo agricultura e pecuária. Dessa quantidade de empresas, 35.206 são empresas de alto crescimento, ou seja, são empresas que dependem muito de seu crescimento anual, são grandes empresas que realizam grandes investimentos, geralmente, o que é comum,

empresas de grupos econômicos. Em 2013, já dentro das estatísticas de empreendedorismo do ano, o número de empresas subiu para 4.775.098, representando um aumento de 3,83%. O número que mais chama a atenção, é o número de empresas de alto rendimento que caiu para 33.374, uma queda de 5,49%³⁷. É interessante notar que a maioria das empresas no Brasil não são de alto crescimento e, proporcionalmente, com o aumento das empresas em 2013, as empresas de alto crescimento diminuíram. Isso mostra como, pelo menos inicialmente, o apelo ao empreendedorismo é algo que se tornou corriqueiro no contexto econômico brasileiro, representando, inclusive, relações mais amplas com a conjuntura nacional.

Em uma das publicações do IPEA³⁸, o crescimento brasileiro, dentro dos dados macroeconômicos, é analisado a partir do ciclo 2004-2008, ou seja, da retomada do crescimento à crise financeira de 2008. O ponto dessa reflexão é o fato como, em meio ao cenário instável do PIB, crescimento contínuo, mas com taxas diferentes ao decorrer dos anos, os mercados internos, principalmente o comércio e a indústria automobilística seguraram os indicadores econômicos e as taxas de investimentos. Em contrapartida, os empreendimentos individuais atingiram patamares estáveis e aumentaram sua participação na economia nacional (LAMEIRAS, 2015: 176). Com o aumento do número de empresas e uma série de médias que impulsionaram a abertura de

37 Duas fontes foram usadas para esses dados. A primeira delas é o cadastro central de empresas, disponibilizados pelo IBGE para os anos de 2009 até 2012 e a segundo foi o cadastro nacional de empresas, com os dados de 2010 até 2013. Essas duas fontes representam, basicamente, a mesma metodologia. Sua diferença reside no fato de que são coletados dados em períodos diferentes do ano. Essas pesquisas são feitas com o intuito de serem comparadas a partir das atividades apresentadas nos cadastros. Mais informações em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/empreendedorismo/2013/defaulttabzip_xls.shtm

38 Instituto brasileiro de pesquisa econômica aplicada. O IPEA é órgão responsável pelos dados de conjuntura e pelo planejamento de políticas aplicadas em várias áreas da economia e de outros setores. Seus cadernos de conjuntura representam essas reflexões e as possíveis sugestões de intervenção.

empreendimentos, pequenos e micro empreendimentos, formou-se, possivelmente, um cenário que colocou o empreendedorismo como possibilidade de engajamento individual no capitalismo brasileiro. A especificidade desse movimento no Brasil talvez seja essa, o empreendedorismo entrando no contexto brasileiro como saída já consolidada em outras localidades³⁹.

Esses dados, que apontam para uma questão muito recente, em termos da consolidação do capitalismo brasileiro, ajudam no entendimento de que, como forma de consolidação do processo de transformação do capitalismo, em termos valorativos, o empreendedorismo é, de fato, o mote contemporâneo, o valor a ser consolidado na mobilização das ações das pessoas. O número de empresas, o baixo percentual de empresas de alto crescimento, além de um movimento onde comércio e pequenos negócios ganham importância no contexto da crise financeira de 2008, apontam para um caminho onde empreendedorismo e capitalismo brasileiro tomam a mesma direção, na verdade, o empreendedorismo pode ser o valor que guia esse capitalismo.

Principalmente na primeira década dos anos 2000, houve um aumento muito grande no nível de renda de pessoas que exerciam trabalho assalariado e, com isso, desde a facilidade em conseguir crédito nos bancos até o aumento no número de negócios autônomos, ocorreu uma mudança nos quadros valorativos da sociedade brasileira, pelo menos referente ao trabalho e seus desdobramentos. É o que mostra Jessé Souza em *Os batalhadores brasileiros* (2012). Seguindo a trilha de suas pesquisas sobre o elemento excludente do sistema econômico no Brasil, o autor mostra que, mediante o aumento do poder de consumo, das políticas de transferência de renda e da valorização

39 Fazendo uma recuperação do argumento de Florestan Fernandes, pode-se fazer uma pergunta comparativa. Se, tal qual a figura do burguês, o empreendedor entre no Brasil já como figura especializada, como elemento desenvolvido em outro contexto? Essa é uma questão que não pode ser respondida agora, mas fica como um importante caminho a ser investigado.

do salário-mínimo, pequenos negócios, trabalhadores e trabalhadoras autônomos e autônomas, ganharam visibilidade e importância. De uma forma geral, ao menos como um dos elementos do capitalismo contemporâneo, o empreendedorismo está relacionado com todas essas dimensões, ou seja, a consolidação de um espírito empreendedor.

O conceito de espírito aponta para o conjunto de valores que, em termos morais, mobiliza e são referência para as pessoas. Em termos analíticos, o Brasil contemporâneo vive uma consolidação do espírito empreendedor como questão fundamental para o capitalismo. O que resta saber, para melhor elucidar essa caracterização, é ver como a literatura especializada lida com o empreendedorismo e elencar, minimamente, os tipos valorativos que aparecem. Com isso, o elemento mobilizador das ações, o modelo de ação empreendedora, estaria pronto para ser investigado no capítulo dois.

1.3 Os possíveis desdobramentos do espírito empreendedor

Definir o termo empreendedorismo é muito útil para o auxílio da investigação da literatura. Como consolidação de uma prática, o ato de empreender está muito associado a um tipo de percepção muito corriqueira quando se pensa as ações dentro do capitalismo. O termo é creditado ao economista francês Jean-Baptiste Say, que introduziu a noção no contexto comercial (HEBERT; LINK, 1988). Como elemento de inovação, relacionado ao contexto de incerteza, o economista franco irlandês Richard Cantillon em 1755, usou-o como aspecto marcante de uma pessoa que pode tomar decisões nos negócios e inovar (CANTILLOM, 2010). No bojo dessas reflexões, o ideal de empreender aparece como característica da ação capitalista e, em maior ou menor grau, uma recomendação para o desenvolvimento das economias. De toda forma, para os fins do tópico, é importante adotar a definição de empreendedorismo como o fenômeno associado à atividade empreendedora que, entre outras coisas, é a atividade que gera valor em termos da criação de produtos e na

busca do novo (AHMAD; SEYMOUR, 2008). A definição apresentada, tirada de uma das obras da OECD⁴⁰, é muito influente na literatura gerencial e nos trabalhos sobre empreendedorismo.

Seguindo, metodologicamente, as questões trazidas por Boltanski e Chiapello, uma boa estratégia para elucidar o que, efetivamente, diz respeito ao espírito empreendedor é uma investigação mais cuidadosa sobre a literatura especializada do tema. Esse movimento de pesquisa tem duas justificativas imediatas. A primeira delas aponta para o modo como, dentro dos programas de pós-graduação e das Universidades e institutos de pesquisas, o tema do empreendedorismo acaba sendo consolidado como tema de investigação em várias áreas do conhecimento e mobilizando argumentos diversos. A segunda justificativa diz respeito ao problema mesmo de associar empreendedorismo e moral. Como valor, o empreendedorismo orbita entorno de várias percepções que o tornam não só objeto de pesquisa, mas também prática recomendada, e uma revisão na literatura especializada, mais especificamente em teses e dissertações, pode deixar essa dimensão bem mais clara. O objetivo do tópico é esse, deixar claro como o espírito empreendedor mobiliza algumas questões morais importantes, dando espaço para um sentido muito específico das ações para as pessoas.

O primeiro ponto que se sobressai é o elemento da criatividade, podendo ou não ser associado à inovação. Sobre esse problema, a tese de Lisete Barlach, *A criatividade humana sob a ótica do empreendedorismo inovador* ajuda bastante no entendimento dessa relação. Basicamente, o problema central do trabalho de Barlach é entender o modo como, a partir da reflexão sobre a criatividade humana, e para isso ela passa em revista uma série de teorias da psicologia sobre criatividade – a tese

40 Sigla em inglês para Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Essa é uma organização global, de 35, para a manutenção das democracias representativas e os princípios do livre mercado. Tecnicamente, é uma organização dos países do centro do sistema e de seus respectivos organismos financeiros. Não deixa de ser sintomático o fato de suas publicações serem bastante influentes no meio gerencial.

é em psicologia –, a noção de inovação do empreendedorismo afeta a percepção que as pessoas têm de suas atividades (Barlach, 2009: 24). Dentro dessa relação, as atividades empreendedoras, que incidem em um sentido específico de inovação, colocam as grandes corporações em um paradoxo, no momento em que precisam lidar com os desdobramentos das ações dessas pessoas e com o tipo de atividade que exercem. Isso é o que autora aponta como custos e riscos da inovação (Ibid.: 25).

A grande contribuição do trabalho de Barlach é, além de ser uma tese de fôlego e com um campo bastante consistente, do ponto de vista empírico, mostrar como os elementos presentes no ideal empreendedor afetam a organização e a reorganização das empresas, o modo como as pessoas percebem suas atividades e, como questão indireta, a maneira como cada uma delas entende o empreendedorismo. Valores como, liberdade, autonomia, motivação e realização são fundamentais quando o empreendedorismo entra em cena.

Sonia Maria Pereira, com a preocupação na estruturação de uma formação para empreendedores, escreve a tese *A formação do empreendedor* (2001). Como seu escopo é final dos anos de 1990 e começo dos anos 2000, a tese é importante por mostrar o começo dessa ideia de empreendedorismo como aspecto reestruturador da mobilização das pessoas. As questões centrais para a investigação giram entorno do modo como a motivação, a maneira como os valores incidem nos empreendedores mais jovens, além do modo como os adultos lidam com os desafios e riscos, são fundamentais para a formação e desenvolvimento do comportamento empreendedor, inclusive a partir da formação escolar (PEREIRA, 2001: 4).

O trabalho da autora é muito consistente, mostra alguns condicionantes para o empreendedorismo se tornar um valor consolidado em termos da produção e do capitalismo no Brasil. O fato de tomar a escola como elemento inicial de análise torna o trabalho ainda mais desafiador. De toda forma, como desdobramentos do argumento sobre a relação entre formação e desafios, Pereira localiza a questão a partir da estruturação de um perfil empreendedor que tem que se adaptar aos meios incertos da formação social mais geral e aos riscos que essa

atividade impõe (Ibid.: 12-13). Assim, a ideia de cultura empreendedora e sua possibilidade de disseminação são os objetos mais claros do trabalho, além de uma importante reflexão sobre o empreendedorismo enquanto prática, que depende de um conjunto de fatores e de articulações em rede, portanto, “o empreendedor seria o resultado de uma ação individual realizada em meio ao movimento constante das necessidades, valores e conhecimentos da sociedade (...)” (Ibid.: 27-28).

Recuperando o argumento sobre o espírito empreendedor, o trabalho de Pereira pode ser colocado como tendo a preocupação de apontar os modos como esse espírito pode ser consolidado, incidindo diretamente nas ações das pessoas e nos modos como essas ações devem ser percebidas. Ao falar em ação individual, a autora mostra como o ato de empreender depende de um contexto mais amplo que favoreça essa ação e que, ao mesmo tempo, a fomente. Outro aspecto importante é o modo como esse perfil empreendedor se torna uma espécie de respostas às transformações e reorganizações da estrutura produtiva e, relacionando com o trabalho de Barlach, ao círculo fechado das grandes corporações. Empreendedorismo e mudança sendo totalmente relacionados. O fato de a pesquisa ser realizada no começo dos anos 2000 também é algo muito importante, no sentido de estar localizada na recessão brasileira e na consolidação de alguns órgãos de fomento, dentre eles o próprio SEBRAE, que aumentou suas consultorias a partir dos anos 2000.

Sobre o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Natália Maximo e Melo traça o desenvolvimento do serviço e a relação com o empreendedorismo em, *SEBRAE e empreendedorismo: origem e desenvolvimento* (2008). Este é mais um trabalho de fôlego, um esforço de reconstrução da história do SEBRAE e da formação e tipos empreendedores no Brasil, tipos esses que o serviço ajudou a criar e fomentar. O trabalho começa com os aspectos mais característicos do comércio no Brasil, desde os investimentos apenas concentrados no meio rural ao caráter pouco nacional das indústrias no Brasil (MELO, 2008: 16-17). Dado o cenário, as pequenas empresas no Brasil tiveram grandes dificuldades no seu surgimento e na sua consolidação, apenas

servindo como complemento de determinadas atividades e vistas como contribuindo pouco para o restante da economia.

É somente no começo dos anos de 1980, com as mais variadas dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil, que a abertura de negócios e micro e pequenas empresas se torna uma alternativa (Ibid.: 21-22). Não se tinha um entendimento amplo dos valores do empreendedorismo, mas essa visão de alternativa ajudou a consolidar não só um olhar voltado para os negócios, mas também outra forma de enxergar a atividade capitalista para além da relação emprego/salário. Nos anos de 1970, o SEBRAE, ainda com o nome de CEBRAE (Centro Brasileiro de Apoio Gerencial às Pequenas e Médias Empresas) e vinculado ao Ministério do Planejamento até 1984, foi o órgão de apoio e carro-chefe na consolidação de que uma rede de empresas nacionais, voltadas para o mercado interno (Ibid.: 28-29). Esse processo de institucionalização, a mudança de nome e a questão estrutural da desvinculação ao ministério é também o momento em que o órgão aponta não só para as microempresas, mas também para o incentivo ao empreendedorismo (Ibid.: 70).

A chegada do empreendedorismo propriamente dito no SEBRAE data dos anos de 1982 com o programa EMPRETEC, que foi montado por agências internacionais e visava, claramente, um tipo de gestão de empresas onde seus membros fossem responsáveis pelos seus atos e decisões (Ibid.: 96). De toda forma, o programa foi implantado no Brasil em 1991 e tomado como modelo de gestão, a primeira ação efetiva do SEBRAE, mais especificamente, o de São Paulo. O importante dessa reflexão desenvolvida pela autora é que os desdobramentos do SEBRAE acompanham os desdobramentos de uma mudança no entendimento das ações no capitalismo, além de estruturarem uma concepção moral sobre o que é empreender, no sentido de que o SEBRAE monta um conjunto de ações e recomendações que devem ser seguidas por outras pessoas.

Existe um foco muito grande na trajetória individual das pessoas, na verdade na sua trajetória com o empreendedorismo. Alexandre Borges Moreno toma esse aspecto como objeto na sua dissertação, *Mapeando horizontes: nas trilhas do empreendedorismo* (2009). Depois de definir o conceito de empreendedorismo, o autor se concentra em

entender como, dentro das escolhas profissionais das pessoas, sua formação e seus objetivos, o empreendedorismo se torna parte de suas vidas (MORENO, 2009: 21). Aqui, como trabalho mais específico da área de administração, o campo empírico se concentra nos alunos da pós-graduação em empreendedorismo de uma faculdade de São Paulo. O interessante da dissertação, inclusive como característica de área, é que as teorias sobre empreendedorismo são utilizadas para a formulação de perfis empreendedores e, a partir desses perfis, as noções de empreendedor interno e externo se sobressaem.

A questão, portanto, é localizar em que tipo de empreendedorismo os alunos dessa pós-graduação podem ser enquadrados e como desenvolvem suas atividades. O quadro levantado por Moreno aponta não só para o modo como as escolhas das pessoas estão direcionadas para as atividades empreendedoras, mas também para a forma pela qual, dentro do processo de formação, essas atividades são entendidas como características de seu perfil empreendedor (Ibid.: 48). Nas suas conclusões, o autor, como outros trabalhos apresentados aqui, demonstra a importância da ação empreendedora de acordo com as dificuldades e característica da situação econômica no Brasil (Ibid.: 74). O entendimento do espírito empreendedor no Brasil passa por essa compreensão de que, em determinados contextos, o valor empreendedor é tido como valor legítimo de mudança e de integração econômica; de autonomia e liberdade. Embora o autor não fale diretamente sobre esses termos, as suas conclusões evidenciam essa preocupação, no sentido de entender o comportamento empreendedor.

A ideia de carreira no empreendedorismo também se torna importante. O espírito empreendedor demanda um entendimento sobre a carreira empreendedora. Nesse sentido, até o momento, o ideal de inovação, associado a uma formação voltada para a autonomia e um perfil que visa a carreira dentro do empreendedorismo são as características mais imediatas do espírito empreendedor. Em termos gerais, esse é o conjunto de valores que apontam, inicialmente, para ele.

Pode existir, então, um apelo ao empreendedorismo? Como sintoma de uma dimensão de autonomia para com o trabalho, para com

o modo como o próprio trabalho é percebido, talvez esse apelo exista na forma de um espírito empreendedor. José Lucas Pedreira Bueno vai pensar a autonomia e o controle em relação ao trabalho dentro dos pressupostos do marxismo com a tese *O empreendedorismo como superação do estado de alienação do trabalhador* (2005). O mote central do argumento é o desenvolvimento do conceito de alienação em Marx, o debate ontológico sobre a natureza do trabalho e o modo como esse trabalho foi expropriado na forma de salário das sociedades industriais (BUENO, 2005: 11-12). O empreendedorismo entraria no momento em que, a partir da caracterização consciente de suas ações, as pessoas empreendedoras teriam certa margem de controle sobre seus atos, produtos e elementos criativos mais amplos (Ibid.: 17).

Dentro dos debates sobre a reestruturação das organizações, na verdade a reestruturação do próprio modelo de empresa, o autor explora os aspectos de autonomização da atividade produtiva com o entendimento de que, a partir dos ideais que circundam a noção de empreendedorismo, o trabalho pode adquirir um estado que supere sua alienação inicial, a partir do momento em que a forma salário não é o elemento central no empreendedorismo; de uma forma geral, o trabalho no empreendedorismo é percebido como evolução do trabalho (ibid.: 48). Ainda tendo uma relação direta com a autonomia do trabalho, pelo menos em termos do controle que a pessoa tem desse mesmo trabalho, o empreendedorismo, recuperando, em tese, a natureza constitutiva do trabalho para os seres humanos, colocaria uma imersão subjetiva na atividade, ou seja, o trabalho passaria a ser visto como fruto do próprio esforço criativo, e não mais como função especializada resultado da venda da força produtiva (Ibid.: 55). Para fundamentar essas passagens, o autor faz uma reconstrução do conceito de empreendedorismo tendo o cuidado de relacioná-lo ao elemento criativo do trabalho e o colocando como característica para uma superação da dimensão exploradora do trabalho assalariado.

Ao fim do argumento, o autor apresenta o ideal de inovação como sendo de muita importância para que, ao ter o controle da sua própria atividade criativa, as pessoas possam colocar o foco fora das

amarras que as prendem aos empregos e a relação de patronato (Ibid.: 141). É interessante como essa tese, que foi defendida em programa de pós-graduação em engenharia de produção, tem uma compreensão muito singular da flexibilização do trabalho e do processo de desvinculação da relação trabalho/empresa. De toda forma, mais uma vez, inovação e autonomia são os motes mais gerais que colocam o empreendedorismo como valor.

Empreendedorismo, liberdade e autonomia. Essa é uma relação corriqueira nos trabalhos que lidam com o ideal empreendedor, além de apresentarem aspectos importantes do espírito empreendedor como característica do capitalismo contemporâneo. Isidro do Nascimento defende a dissertação *Microempresa familiar e empreendedorismo no bairro São Pedro em Teresina-PI* (2008), onde investiga as práticas de um comportamento empreendedor de pessoas com empresas familiares no bairro em questão. Como de praxe, o argumento começa com uma definição de empreendedorismo já muito consolidada na literatura gerencial e empresarial, a mesma que foi colocada no começo do tópico, no sentido de apontar para o empreendedor como aquele que tem o controle de suas ações voltadas para a inovação, o modo de assumir riscos e questão sobre a liberdade de escolha (DO NASCIMENTO, 2008: 20). O diferencial dessa abordagem, que reverbera diretamente em seu campo de estudo, é que o empreendedorismo é analisado a partir da ideia de comportamento empreendedor. Assim, o comportamento empreendedor é um conjunto de práticas e percepções necessárias ao indivíduo que o lançam, diretamente, na atividade empreendedora, no modo como um perfil se constrói e se afirma (Ibid.: 24). É muito comum nesse tipo de abordagem, existir uma associação bem específica entre empreendedorismo, risco e emoção ao se assumir os riscos. Basicamente, o comportamento empreendedor tem que lidar com tudo isso.

A ideia da competência gerencial, do modo como criatividade e pesquisa precisam andar juntas é algo que se sobressai. O entendimento de que o empreendedorismo é, acima de tudo, um modo de ação que preza pela eficiência acaba se transformando em um valor muito importante, mesmo quando se pensa as microempresas familiares (Ibid.: 27).

E é nessa formalidade que os aspectos mais voltados para a gestão se tornam preponderantes. A gestão de pessoal, de materiais, financeira e muitas outras precisam estar fortemente ancoradas nos alicerces da especialização e da eficiência (Ibid.: 34-37). A pesquisa toma tudo isso como pano de fundo e vai em direção ao bairro de Teresina com o foco na gestão dessas microempresas. O que fica como elemento importante do trabalho de Do Nascimento, é que as questões da liberdade no empreendimento e da inovação e eficiência na gestão ganham contornos empíricos e, como valores, tornam-se associadas ao desenvolvimento econômico da região. Além de liberdade, o empreendedorismo, aqui, é entendido como critério de desenvolvimento no conjunto das transformações econômicas mais amplas.

Empreendedorismo e desenvolvimento, outro grande problema importante ao se tentar mapear um espírito empreendedor dentro do quadro de transformações do capitalismo. Maria Cristina de Andrade Souza traça uma boa problematização sobre a relação entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico na dissertação *Crescimento econômico, inovação e empreendedorismo* (2009). O mote do argumento da autora é a relação entre essas dimensões e o papel das políticas públicas de inovação, principalmente no campo tecnológico. O primeiro ponto abordado é o modo como o crescimento econômico é abordado pelas várias teorias econômicas e como essas abordagens enfatizam a sua importância para a melhoria do bem-estar e a ampliação do PIB (Produto Interno Bruto) dos países (SOUZA, 2009: 23-24). Em suas considerações históricas sobre o crescimento econômico, Souza constrói um mote argumentativo que coloca em evidência o modo como essa ideia foi se consolidando e, aos poucos, foi sendo relacionada aos elementos que hoje podem ser considerados empreendedores, principalmente quando associados a modelos teóricos específicos (Ibid.: 44).

Para desenvolver os argumentos, a autora mostra como os modelos de desenvolvimento, os cálculos, as previsões, têm um lugar muito funcional ao se pensar a relação entre desenvolvimento e políticas públicas. O ponto, portanto, é colocar a inovação tecnológica e o empreendedorismo como critérios mesmos de crescimento, ou seja,

trazer para a realidade concreta das ações empreendedoras uma preocupação com o crescimento (Ibid.: 68). As reconstruções históricas do termo inovação e do termo empreendedorismo mostram esse esforço.

O modo como a autora explora a consolidação das políticas de inovação para pequenas e microempresas coloca em evidência como a noção e empreendedorismo, associada ao quantitativo dessas empresas, é fundamental ao se pensar uma estimativa de crescimento. Seja como correção de desigualdades regionais, seja como critério de desenvolvimento local, o sistema de inovação associado ao ideal empreendedor é um critério quase basilar para o crescimento econômico, crescimento esse que é fundamental nas teorias econômicas (Ibid.: 110). De uma forma geral, esse trabalho chama a atenção para o modo como, a partir da inovação, o empreendedorismo entrou no jargão econômico como nova forma de promoção do crescimento e da diversificação das atividades. O grau de especialização das atividades, a preocupação com a gestão, o lugar dos ganhos e muitas outras coisas são as características mais marcantes dessa demanda; talvez se possa dizer, até, do espírito empreendedor. Existe, então, uma preocupação com a formação empreendedora, a formação de empreendedores.

Dentro do problema da formação de empreendedores, seja ela direcionada aos seus aspectos formais, ou seja, cursos de formação e coisas assim, seja no ato de empreendedor em si, existe uma preocupação mais básica sobre a criação das oportunidades de empreender, ou seja, entender que origens podem ter as oportunidades. Com o foco exatamente no processo de criação das oportunidades empreendedoras, Carlos Eduardo Cotrim fez sua dissertação, *A visão da criação das oportunidades empreendedoras* (2010), mapeando as dimensões que podem influenciar e incidir sobre ele. O objetivo principal, portanto, foi entender, a partir de um extenso trabalho de mapeamento sobre a literatura que fala da ação empreendedora, as dimensões que influenciam e são influenciadas nos processos de concretização das oportunidades para o empreendedorismo, as oportunidades de empreender (COTRIM, 2010: 2-3). Por ser uma pesquisa de natureza teórica, uma grande revisão bibliográfica nas palavras do autor, o trabalho de Cotrim assume uma

postura peculiar sobre o empreendedorismo, pegando uma definição específica do conceito. Partindo dos trabalhos da escola austríaca de economia, passando pelos clássicos, como Schumpeter, ele chega em uma definição que aponta para o modo como o empreendedor está alocado na lógica da oferta e procura – visão neoclássica –, o empreendedor precisa criar uma das partes, ou oferta ou demanda – visão austríaca – e o empreendedor é o criador de suas próprias oportunidades – visão alocativa (Ibid.: 10).

O mesmo esforço é feito com o conceito de oportunidades e com suas implicações para o tipo de percepção da ação empreendedora que o autor está mapeando. O ponto fundamental da relação de convergência entre empreendedorismo e oportunidade é o modo como as dimensões subjetivas e objetiva são pensadas e os seus constitutivos para a efetivação do ato de empreender, assim, as ideias centrais são as de oportunidades criadas e as oportunidades descobertas (Ibid.: 14). Ao decorrer do argumento, o autor coloca m questão vários aspectos para a compreensão da ação empreendedora e a foca, diretamente, como resultado de competências específicas vindas do indivíduo (Ibid.: 23). Basicamente, é muito importante certa capacidade analítica e o reconhecimento de várias oportunidades para a efetivação da ação. Nesse sentido, a ação empreendedora seria baseada em uma ação fundamentada em cálculos de risco. Ao concluir, depois de apontar as diferenças entre as oportunidades criadas e as descobertas, Cotrim argumenta que, em relação ao empreendedorismo, existe um conjunto de elementos que incidem sobre a visão das oportunidades e das competências individuais (Ibid.: 54). O importante desse trabalho, ao refletir sobre empreendedorismo e a criação e descoberta de oportunidades, é colocar, no plano analítico, os valores que são esperados para que uma pessoa seja empreendedora, tanto a partir de seu esforço individual, como dentro do contexto, sempre limitado, de suas ações.

Todas essas questões retomam, mais uma vez, ao problema da formação de empreendedores, seja formalmente, baseando-se em currículos e cursos, seja na estrutura de práticas na direção do ato de empreender. Lauro Andrade Filho, também no começo dos anos 2000,

reflete sobre a possibilidade de implementação de um curso de empreendedorismo pela internet, na dissertação *Empreendedorismo: desenvolvimento e implementação de um modelo de ensino pela internet* (2000). A localização temporal desse trabalho é muito interessante. Assim como outros trabalhos, Andrade Filho escreve no começo dos anos 2000 e sobre dois elementos novos, tanto o empreendedorismo, também falando sobre uma ação empreendedora, como a própria noção de educação pela internet, algo que, hoje, é corriqueiro. Nesse sentido, o elemento empreendedor associado à inovação do ensino pela internet são os pontos centrais do trabalho.

Sem entrar diretamente nos pormenores do trabalho, que perpassa toda uma concepção sobre o mundo da comunicação digital e das tecnologias da informação, o explorarei a partir da relação entre empreendedorismo, educação e inovação. O recorte imediato do estudo é o Instituto de Estudos Avançados (IEA) e seu foco, desde 1996, na formação de empreendedores. Na parte inicial do trabalho, o autor explora as noções de empreendedorismo e a ideia de desenvolvimento empreendedor, ou seja, ele explora o ato de empreender em si e as maneiras que o empreendedorismo pode ser aprendido e ensinado (ANDRADE FILHO, 2000: 11). Para tanto, o autor parte de uma percepção muito interessante, que reverbera diretamente no modo como, a partir da estruturação de determinados valores, o empreendedorismo ganha conotações morais mais imediatas. Essa percepção é a de que o empreendedorismo, diretamente, afeta positivamente na realidade em que está inserido, principalmente na relação emprego/desemprego (Ibid.: 13-14). Em um contexto de incerteza, que foi o do final dos anos de 1990 e começo dos 2000 no Brasil, reivindicar o ideal empreendedor como contorno da crise e recuperação de empregos é apontar para uma formação valorativa relativamente nova e em formação. Do ponto de vista da inovação, o autor aponta para o modo como a criatividade da ação empreendedora, sua visão para o futuro, são essenciais em qualquer parte das grandes economias mundiais, seu trabalho de implementação desse curso online vai muito nesse sentido (Ibid.: 30), o empreendedorismo como ocupação econômica digna (Ibid.: 107).

Outro trabalho preocupado com a educação para o empreendedorismo, dessa vez em um contexto mais recente, é o de Luiz Ernesto de Sant'anna, *A visão acadêmica do empreendedorismo: o caso do curso superior de tecnologia em empreendedorismo, do instituto superior Tupy, de Joinville – SC* (2005). Dentro do processo de mudança na estrutura das organizações, assim como na demanda de mais autonomia dos funcionários nas grandes empresas, Sant'anna argumenta sobre o modo como as instituições de ensino são desafiadas frente as demandas de mercado e como o elemento de inserção nele é complexo e envolve vários aspectos (SANT'ANNA, 2005: 22-23). Essa relação entre ensino e mercado é pensada a partir dos desafios da gestão e dos modos de atuação das pessoas formadas em cursos com essa preocupação específica (Ibid.: 26-27), sua pesquisa empírica é em um desses cursos em Santa Catarina. Dentro da relação entre empreendedorismo e educação, o autor mostra como as instituições de ensino superior começaram a se preocupar mais com uma educação voltada para o empreendedorismo e como, dentro de um amplo processo de transformação, esse tipo de formação passou a ser demandada mais diretamente, recomendada e, posteriormente, consolidada como questão fundamental dentro das instituições de ensino superior, independentemente do tipo de curso que se está falando. (Ibid.: 30-31).

Depois de descrever os perfis da instituição, seus métodos e forma de ensino, além de percorrer todo o caminho metodológico, o autor explora a noção de ensino em gestão de qualidade e mostra que as instituições devem ter como foco esse aspecto, no sentido de apontar para uma forma mais especializada e sistemática de educação para o empreendedorismo, explorando os perfis de seus clientes, alunos, e desenvolvendo suas competências naturais (Ibid.: 51-52).

O trabalho de Sant'anna faz uma junção do conceito de empreendedorismo como competência natural e sua relação com o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades como uma função elementar de toda instituição de ensino, demandando mesmo uma educação empreendedora. Essa educação deve estar fincada no modo como as instituições de ensino pensam o desenvolvimento da aprendizagem e

na forma como o empreendedorismo precisa virar um tema da Escola, em um conceito amplo de Escola. Retomando o aspecto do espírito empreendedor, existiria, dentro do amplo quadro de valorização da ação empreendedora, uma demanda por uma educação que trabalhe o empreendedorismo?

Marival Coan reflete sobre a possibilidade de uma demanda, na educação, para o empreendedorismo, no sentido de apontar as implicações mais gerais dessa demanda, na sua tese *Educação para empreendedorismo: implicações epistemológicas, políticas e práticas* (2011). Por ser uma tese em educação, o trabalho de Coan é um trabalho de fôlego, aborda várias nuances do conceito de empreendedorismo, a gênese histórica da ideia de educar para empreender e o modo como esse tipo de educação influencia a organização da escola. Dentre os trabalhos selecionados, a tese de Coan é a primeira que apresenta uma crítica direta ao ideal empreendedor e suas implicações institucionais. A pesquisa foi feita em programas de educação para o empreendedorismo na União Europeia e em uma Universidade de Santa Catarina. O autor mobiliza, metodologicamente, entrevistas, gráficos de evolução dos cursos para empreendedorismo e coisas desse tipo. O ponto forte da tese é justamente sua grossa revisão de literatura, com artigos, teses, dissertações e livros sobre educação para o empreendedorismo a partir das proposições sobre uma educação assim. O objetivo central do trabalho, portanto, é mostrar como essas proposições, assim como a própria noção de empreendedorismo, reverberam diretamente no modo como se pensa a educação, além de sua própria função.

Dentro do argumento do autor, é perceptível a formação de toda uma gama de valores que apontam para o empreendedorismo como mote valorativo fundamental no capitalismo. Existe, com isso, toda uma preocupação para que os alunos, desde os anos elementares da formação escolar, entrem em contato com ideal de empreendedor e se preparem, de algum modo, para exercer alguma atividade relacionada ao empreendedorismo, mesmo que não a exerçam diretamente (COAN, 2011: 165-167). Os valores apontados anteriormente, a ideia de autonomia, criatividade e autoresponsabilização, uma percepção

muito singular sobre a inovação e originalidade, são as características da “demanda empreendedora”. Coan concentra sua análise nos modos como o empreendedorismo é visado no mundo dos negócios, na sua relação mais direta com a economia, mas existe uma área, também muito influente, onde o ideal empreendedor ganha força, o empreendedorismo social.

O empreendedorismo social, algumas de suas percepções mais corriqueiras, são analisadas por Laercio Prates de Azevedo na sua dissertação, *As distintas percepções sobre o empreendedorismo social* (2015). Basicamente, o autor comparou os entendimentos do termo nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil, tentando elencar convergências e divergências em cada concepção distinta. Por ser uma revisão bibliográfica descritiva, o trabalho tem o grande mérito de mergulhar nessas teorias e colocar todas as suas nuances em jogo. O primeiro passo para essa investigação foi a definição de empreendedorismo, já trabalhada anteriormente por outras pessoas. É sempre importante fazer essa digressão sobre o que significa o empreendedorismo, enquanto conceito analítico, para trabalhos que o tentam reconstruir como dimensão fundamental da realidade, pois o caminho dá as bases para uma compreensão mais ampla do fenômeno e, com algum grau de especificidade, elenca os valores mais elementares que circundam a noção. No trabalho de Azevedo, o empreendedor é, no fundo, um exímio vislumbrados de oportunidades, um inovador do ponto de vista da gestão e do trabalho (AZEVEDO, 2015: 23). O aspecto central, portanto, é entender o empreendedorismo social como próximo ao empreendedorismo individual, no sentido de mobilizar os mesmos valores e ter como o mesmo aspecto, a inovação.

A gestão, mais uma vez, acaba se sobressaindo, pois, mesmo em termos de um empreendedorismo social, voltado para o impacto e para a intervenção em dada realidade, o modo como se gerencia as ações é fundamental. Azevedo mostra como, em termos de gestão, a participação e a gestão que visa o comportamento emancipatório são de extrema importância (Ibid.: 26). No que se refere ao empreendedorismo social propriamente dito, guardadas as diferenças entre as correntes dos países, o modo como o aspecto empreendedor aparece é na organização

e na estrutura de atuação das ONGs, do terceiro setor para a literatura empresarial (Ibid.: 34-33). O elemento fundamental, portanto, é mostrar como as inovações na gestão empresarial acompanham as inovações no terceiro setor e nas práticas propriamente caracterizadas desse terceiro setor. Nesse sentido, a inovação passa todos os terrenos do argumento e apresenta, mesmo associada ao contexto de uma ONG, alto grau de valorização.

Empreendedorismo social, gestão social, empresa social e até negócio social, são as palavras associadas a essas práticas e que, de algum modo, aparecem no contexto mais geral de valorização do empreendedorismo como aspecto moral mais amplo, mobilizados pelas pessoas. Mesmo associado com uma prática, digamos assim, social, o empreendedorismo é visto como ação individual clara, voltada para a inovação e para o aspecto criativo das pessoas. Em uma tese empírica, Carlos Alberto Karam, mostra como a ideia de inovação social é importante não só para o empreendedorismo social, mas também para a gestão empresarial de uma forma ampla. Na tese, *Legitimando uma inovação social: o caso do corpo de bombeiros voluntários de Joinville* (2014), o autor explora o exemplo dos voluntários do corpo de bombeiros de Joinville para argumentar sobre a inovação. Nesse trabalho, existem duas coisas muito interessantes, a primeira delas é a preocupação com a construção e legitimação de um conceito de inovação que só faz sentido a partir do ideal empreendedor, ou seja, é derivado de uma percepção muito singular do empreendedorismo como regime legítimo do ideal empreendedor. A segunda delas é o diálogo constante com a sociologia pragmática francesa, e isso o aproxima do argumento que estou tentando desenvolver. A formação de um corpo de voluntários dentro dos bombeiros, a localização das ações dentro das comunidades do seu entorno, o fato de essas ações partirem de princípios de racionalidade específicos, entre outras coisas, tornam o trabalho de Karam, como caso empírico do empreendedorismo social, muito importante. De toda forma, a tese é muito extensa e o que marca esse modo de inovação social é a característica marcante desse empreendedorismo social, um outro aspecto do espírito empreendedor.

O que todo o percurso desenvolvido até o momento deixa como lição? Qual o sentido da apreciação, parcial é verdade, de trabalhos diversos que lidam com o empreendedorismo por várias chaves? O principal objetivo dessa investigação foi mostrar como, dentro de uma caracterização do espírito empreendedor, vários elementos valorativos precisam ser levados em consideração, no sentido de existirem vários valores, dentro do ideal empreendedor, que levam ao diagnóstico de que, em meio a reestruturação do capitalismo em várias partes do mundo, em meio a flexibilização dos modelos de empresa e a valorização dos pequenos negócios, o empreendedorismo não é somente um aspecto estrutural direcionado para os grandes números da economia, para as grandes fronteiras do desenvolvimento, ele também passa a ser o critério de engajamento das pessoas, o modo mais direto que elas têm para darem sentidos às suas ações. O ponto aqui, portanto, foi dar alguns ensejos para essas dimensões gerais do empreendedorismo como elemento moral, ou seja, da formação de um espírito empreendedor.

O que todos esses trabalhos deixaram como gancho argumentativo foi o modo como cada dimensão do espírito empreendedor aponta, valorativamente, para a inovação, a criatividade e o forte senso de esforço individual. Mesmo falando da relação entre desenvolvimento econômico e empreendedorismo, o ponto mais forte foi os níveis de engajamento individual e os modos como esse engajamento assume um aspecto empreendedor. Nesse sentido, o espírito empreendedor, em termos de justificativas, é uma moral individualista, no seu aspecto de falar sobre o desenvolvimento individual como forma legítima de engajamento. Mas, pensando o sentido das ações para as pessoas, pesando suas justificativas imediatas, além da forma como elas pensam essas mesmas ações, o registro individual, a promessa de sucesso e crescimento é suficiente?

CAPÍTULO 2

O sucesso: a geração de valor (sentido)

A possibilidade de formação de um *espírito empreendedor*, nos seus aspectos mais gerais que podem dar elementos para o engajamento das pessoas nesse tipo de atividade, foi discutida anteriormente a partir do conceito de *espírito*, redefinido sob uma ótica pragmática. Desde a literatura especializada sobre empreendedorismo, passando por alguns registros mais amplos da cultura, alguns valores orbitam sobre esse ideal empreendedor e a maneira como ele aparece para as pessoas. A justificativa mais ampla para o empreendedorismo, colocado no quadro das discussões sobre a formação do capitalismo brasileiro – e é importante entendê-lo com essa conexão mais geral – vai em direção a um entendimento específico da noção de autonomia e do modo como essa noção passa a ser rearticulada como autonomia financeira, autonomia de criação e como criatividade de uma forma genérica. O apelo exterior para o empreendedorismo tem dimensões singulares, seus valores morais apontam para justificativas individuais, sem necessariamente partirem de pessoas específicas.

Uma coisa que fica relativamente clara, levando em consideração o capítulo anterior, é que essas justificativas individuais, mesmo carregando elementos morais perceptíveis, no modo como alguns valores são elencados como importantes e como outros passam ao segundo plano, não são suficientes para o engajamento individual em alguma atividade considerada empreendedora. Existem, ou, pelo menos, podem existir, questões que transcendem o simples entendimento de que o

esforço individual trará lucros e coisas mais. Com a discussão anterior, a reflexão sobre a relação do *espírito empreendedor* com o aspecto do individualismo, em termos valorativos, precisa estar mediada por esses pontos específicos. No argumento de Boltanski e Chiapello, uma certa percepção sobre o bem comum precisa estar no horizonte das justificativas das pessoas que se inserem nas atividades relacionadas ao capitalismo⁴¹, no caso, ao empreendedorismo como característica desse capitalismo.

O objetivo desse capítulo é entender como esses valores são, ou não, percebidos por pessoas inseridas no meio empreendedor, ou relacionadas a ele. Essa reflexão é importante para caracterizar, de forma inicial, alguns ensejos que apontem para essa dimensão do empreendedorismo, para apontar se esse empreendedorismo é, de fato, uma percepção moral. As nove entrevistas que foram realizadas ajudaram a entender se o *espírito empreendedor* condiciona um *modelo de ação empreendedora*. Mas antes, uma pergunta é fundamental: levando em conta essa ideia de *espírito empreendedor*, qual seria sua relação com o individualismo, o individualismo enquanto instância de valor? Tentando investigar como esse individualismo aparece com alguma dimensão valorativa, argumentarei acerca do modo como, em termos morais, a ideia de individualismo precisa ser mediada por alguns aspectos. Na sequência, tentarei montar as bases conceituais para uma reflexão sobre o modo como os valores morais se tornam uma referência básica na ação das pessoas, na verdade, no modo como elas falam e refletem sobre suas ações. Por fim, terminando esse capítulo, construirei, a partir das entrevistas, o tipo de *modelo de ação empreendedora* que servirá para articular, empiricamente, os pontos apresentados nesse capítulo. Existe mesmo uma referência ao bem comum quando se pensa nas justificativas das ações?

41 Albert Hirschman (1979) toma essa questão do bem comum para fazer um contraponto à Weber. Seu principal argumento é que as paixões, fincadas em questões morais amplas, precisam estar relacionadas com alguma percepção de bem comum para o engajamento das pessoas no capitalismo.

2.1 O individualismo como valor

Espírito empreendedor, individualismo e justificativas para as ações. Será que existe alguma relação entre essas coisas? Entender, no quadro de transformações da sociedade brasileira, ou, pelo menos, a partir de sua consolidação, se existem elementos que apontem para o individualismo e se esse individualismo pode ser associado ao apelo do espírito empreendedor é de fundamental importância; a formação de um modelo de ação empreendedora pode apontar nessa direção.

Primeiramente, abordar o problema do individualismo pode parecer uma querela filosófica, com algumas conotações de elemento pejorativo⁴². Mas é justamente por ter esse grau de abstração, também por se tratar de um fenômeno importante na consolidação de alguns valores ocidentais, que esse debate precisa ser travado. Para dar foco ao modo como as pessoas lidam com um *modelo de ação*, é fundamental entender como elas próprias se tornam o foco de alguns valores.

Uma noção que foi importante para o capítulo anterior foi a de *ideologia*, desenvolvida no sentido dado por Dumont. Recorrendo mais uma vez ao autor, mas agora lidando com a ideia de uma ideologia moderna, a ideologia do individualismo, é importante ressaltar os aspectos mais específicos dessa ideologia, desse *ethos* que recorre ao indivíduo para sua justificação valorativa. Para o autor, a ideia de um *indivíduo no mundo* (DUMONT, 1983: 36-37) ganha força no ocidente com uma passagem muito específica; ela ganha força com o processo de valorização da criatividade, do elemento reflexivo e com o deslocamento da ideia de indivíduo para a construção de sua própria identidade, sem vínculos externos mais imediatos. Basicamente, Dumont está tentando entender, a partir de pesquisas empíricas de uma antropologia

42 Como afirmação do aspecto individual ante os elementos estruturais da sociedade, o individualismo é, também, um fenômeno histórico específico. No fundo, Elias (1994) lida com esse problema quando tenta localizar as relações entre indivíduo e sociedade a partir dos tipos de vínculos que as pessoas apresentam no Ocidente, mas especificamente a relação ambígua com o pertencimento familiar.

comparativa, como o individualismo, empiricamente, constituiu-se como ideologia (Ibid.: 40). Seguindo os principais eventos característicos do mundo europeu, o autor mostra como as “viradas valorativas” em direção ao indivíduo fazem parte da formação do Ocidente e são desdobramentos de questões muito específicas da modernidade, sem necessariamente se referenciar ao iluminismo. O importante desse argumento, que acaba sendo um argumento que toma como síntese muitos outros⁴³, é mostrar como, além de tudo, a ideologia do individualismo é sintoma de manifestações empíricas, que o *indivíduo empírico*, enquanto característica fundamental do *sujeito moderno*, não pode ser dispensado sociologicamente (Ibid.: 50). Assim, o próprio individualismo se torna uma questão de investigação sociológica.

E como entender, em termos mais precisos, o que é esse individualismo e suas consequências? Tentando dar conta desse problema, da definição de autonomia e a de indivíduo, Alain Renaut vai tomar como ponto de partida uma perspectiva de problematização da história da filosofia, ou seja, a história da filosofia como problema filosófico⁴⁴. Para isso, ele faz um debate com a tradição que ele elege como a anti-humanista, a que combate a ideia de sujeito entendendo-a como uma noção totalizante e extremamente problemática. Renaut elenca algumas obras que, para ele, são características do anti-humanismo contemporâneo, no sentido de sua crítica central à subjetividade. Ele fala que toda crítica à noção de sujeito, exemplificada em Nietzsche ou Heidegger, é

43 Só como exemplo, que também precisariam ser explorados com mais calma, Elias (1995), no seu *O processo civilizador*, preocupado com a constituição subjetiva do Ocidente e Simmel (2005), mostrando como o conceito de liberdade foi fundamental no entendimento da noção de indivíduo para os tipos psicológicos da modernidade.

44 O problema central, portanto, é entender como se conjugam as questões expressas por autores e obras do passado e os temas mais recorrentes do contemporâneo, no sentido de entender seus fundamentos e seus objetivos. E é nesse sentido que o livro de Renaut se inscreve, ao empreender uma história filosófica da modernidade, ele a faz a partir do problema, para ele central atualmente, da subjetividade e como essa questão se formou (RENAUT, 1989: 15-16).

montada a partir de uma base simplificadora, que tende a ter a noção de sujeito como única e imutável. Um sujeito transparente para si mesmo e sem contradições. A partir dessa base, qualquer referência em relação à subjetividade foi associada a isso e aos desdobramentos desse tipo de homogeneização (RENAUT, 1989: 16).

Tendo em vista esses ataques que a ideia de sujeito sofreu, Renaut elege duas dicotomias fundamentais para entender esse problema: autonomia/independência e sujeito/indivíduo. A questão fundamental que Renaut coloca é: como essa história da subjetividade, em Heidegger, assume uma forma unidimensional? Heidegger, na visão de Renaut, traça uma linha de continuidade do sujeito cartesiano até o romantismo alemão, no sentido de falar que todo esse caminho é o desenvolvimento da metafísica do sujeito, de um sujeito transparente para si mesmo e soberano, senhor de sua própria subjetividade (Ibid.: 28)⁴⁵. Esse problema tem desdobramentos fundamentais quando se pensa uma crítica ao sujeito, ter esse sujeito como homogêneo é um erro, tendo em vista uma análise que o queira criticar. Renaut aponta para isso, na medida em que mostra como é problemático encaixar posições como as de Hume ou de Kant, dentro de uma linha contínua na filosofia do sujeito (Ibid.: 39-41). O autor mostra como Heidegger faz dessa linha contínua uma espécie de continuação de tudo que foi posto por Leibniz, sendo o próprio Leibniz entendido como tendo desenvolvido as ideias de Descartes. E é nesse ponto, no desdobramento do pensamento de Leibniz, que Renaut começa a pensar a partir das dicotomias que ele diferenciou.

Muito mais do que um ponto linear na história da filosofia do sujeito, Leibniz representa uma deriva individualista do humanismo, ou seja, muito mais do que uma ideia de sujeito, o que está por trás da

45 No relato de Dumont, assim como em muitas outras obras, essa continuidade não existe nem filosófica, nem empiricamente. Existe certa complexidade na formação dessas categorias nos valores ocidentais. Lidando especialmente com o problema do sujeito, Mauss (2003) mostra como vários registros fazem parte da construção valorativa desse elemento e como, dentro desses valores, Sujeito e Indivíduo são noções que são resultados de vários processos.

formulação monadológica é o surgimento, ou desenvolvimento, da ideia de indivíduo. O individualismo ontológico de Leibniz⁴⁶ é a expressão plena do nascimento filosófico da ideia de indivíduo, indivíduo entendido enquanto mônada (Ibid.: 49). Renaut difere, a partir dessa questão, as concepções de humanismo e de individualismo. O humanismo como sendo a valorização dos seres humanos enquanto sua capacidade de autonomia, o sujeito é aquele que pensa em si mesmo como fonte de suas representações e dos seus atos. As normas dos seres humanos não estão na natureza das coisas, nem na vontade de Deus, mas sim na sua própria vontade. Já o individualismo mobiliza um sentido de independência, recuando a noção de autonomia. A soberania de cada um é entendida como a liberdade sentida na vida privada, o indivíduo é o seu próprio soberano (Ibid.: 50-52). Independência e autonomia, nessa perspectiva, assumem diferenças fundamentais, a autonomia dizendo respeito ao sujeito e a independência sendo associada ao indivíduo.

Renaut argumenta, continuando essa distinção, que o feito do individualismo não é tornar a independência um valor-chave, mas ocultar, e por vezes acabar, com o valor da autonomia, isso em termos de expressão valorativa, a autonomia perdendo o seu valor. Na autonomia, os limites da liberdade estariam postos na consciência e na vontade. Nesse sentido, a subjetividade seria o fundamento das normas e da lei, portanto, a valorização da independência só pode surgir com a valorização da autonomia, no sentido de ser a autonomia o fundamento da independência, a partir do conceito de liberdade. As duas definições do conceito de liberdade moderna fundam-se nessa dimensão: o direito de se submeter à normas e leis que se aceita livremente (autonomia) e o direito da liberdade na vida privada (independência) (Ibid.: 52-54). A partir dessa definição de autonomia é que se pode ter a valorização

46 A natureza real dos seres reside internamente nesses mesmos seres. Não existem dois seres iguais nem semelhantes, o critério de sua existência é, justamente, eles serem seres completamente diferentes, e se definirem por si mesmos, no sentido de sua natureza (Ibid.: 45)

da independência. A cisão reside nesse fato, a autonomia admite uma submissão, desde que essa submissão, entendendo aqui as normas e as leis, sejam livremente aceitas, já a independência não se permite isso. Na independência, o sentido de liberdade só pode ser entendido como afirmação do Eu.

Fugindo um pouco da argumentação de Renaut, que funciona como uma boa caracterização desse debate sobre o individualismo do ponto de vista filosófico, as referências valorativas, são a ideia de autonomia e a ideia de independência. Mas essas noções dizem respeito a que valores? Nesse sentido, essa discussão toca em um elemento muito específico: enquanto dimensão moral, dentro da tensão entre autonomia e independência, o individualismo faz parte do *ethos* moderno. Para refletir se, empiricamente, os valores apresentados por Renaut dizem mesmo respeito ao modo como as pessoas se percebem nessas noções, é importante localizar o debate em um aspecto mais verificável, ou seja, como critério de investigação.

Como trazer essa discussão para um plano investigável da realidade social? Gilberto Velho (1997a) dá boas pistas, pensando na tradição da antropologia social, para a investigação de aspectos morais ligados ao contexto do individualismo na sociedade brasileira. Como clássico na antropologia, o autor pode ajudar bastante nesse entendimento a partir de uma antropologia da moral e dos símbolos (VELHO, 1997a: 15).

Essa ideia está circunscrita em uma percepção, quase fenomenológica, de que as pessoas se mobilizam via paradigmas culturais que incidem direto nas suas experiências concretas, esses paradigmas tanto particularizam quanto generalizam dadas concepções de mundo⁴⁷. A questão fundamental para essa argumentação é que, de uma forma ou de outra, ao se falar em paradigmas culturais, entendendo-os como

47 Existe uma forte influência da fenomenologia de Alfred Schutz nos trabalhos de Gilberto Velho. Dentro da ideia de *mundo da vida*, ou *mundo vivido* (SCHUTZ, 1973), Velho articula a dimensão dos paradigmas culturais como escolhas individuais que, em algum grau, fazem referência ao aspecto mais amplo do círculo social que o indivíduo faz parte.

pontos de referências para as ações, também se está falando em paradigmas morais, no sentido de colocar esses valores como aspectos mobilizadores. Paradigmas morais e regimes valorativos são as duas noções-chaves para essa argumentação de Velho, ou ao menos para o tipo de abordagem do individualismo que estou apontando.

Esse entendimento do individualismo a partir de alguns registros morais passa por uma apreciação da ideia de *ascensão social*. Em suas pesquisas sobre estratos da “classe média” carioca, pessoas que moravam em bairros com alto prestígio social, Velho mostra como a ascensão passa a ser um objetivo muito claro para essas pessoas, às vezes ligada ao prestígio dos lugares onde moravam, outras vezes nem tão ligada assim (Ibid.: 20). Essa conclusão do autor deixa claro o modo como, a partir de alguns valores, a mobilização moral é muito importante para a compreensão das ações. Outra coisa que também tem um peso simbólico e subjetivo, pelo menos a partir da pesquisa de Velho, é a maneira como as emoções são percebidas. Em muitos casos, a formação e a expansão das percepções sobre as emoções, o modo como cada ação é associada a uma emoção específica, ou mesmo uma possibilidade de atingir determinado estado emocional, também ganha dimensões mobilizadoras. Em termos gerais, quando se fala em individualismo, levando em consideração a formação histórica e a consolidação dos ideais de autonomia e independência individual, fala-se no modo como a vida ganha algum sentido imediato a partir de valores morais que dizem respeito a efetivação dessas duas dimensões. O modo como a ascensão social entrou no ideário de alguns estratos da sociedade brasileira, mesmo enfatizando o recorte no Rio de Janeiro que o autor fez, mostra como esses pontos ainda aparecem como sendo pontos centrais no entendimento do individualismo e sua dimensão moral. Relacionado ao *espírito empreendedor*, esse individualismo se apresenta como característica mais marcante de um novo momento das justificativas morais para a ação.

A conclusão apresentada pelo autor, seu entendimento do modo como as emoções são importantes, ainda tem um aspecto fundamental; a linguagem e o espaço para a narrativa são cruciais enquanto

possibilidades de conhecimento de determinados valores e símbolos (Ibid.: 22). Trazendo para o argumento o conceito de *campos de comunicação*, Velho mostra que, independentemente das variações nos formatos das narrativas, o modo como as pessoas definem e refletem sobre algumas palavras e temas pode dar espaço para uma investigação sobre aquele valor específico e como ele pode ou não ser generalizável. Para indagar sobre isso, ele coloca na argumentação a noção de *projeto individual* e o modo como a efetivação desses projetos pode ser naturalizada (Ibid.: 23). Trazendo essa dimensão para a análise do *espírito empreendedor*, os projetos individuais aparecem quando a expressão da trajetória individual é relacionada ao modo como a pessoa entende o *empreendedorismo*⁴⁸. Essa relação será importante por fazer a passagem dos ensinamentos de um espírito empreendedor, que tem dimensões mais gerais, para um *modelo de ação empreendedora*, que pode incidir individualmente nas justificativas das pessoas.

É interessante, nesse ponto, explorar um pouco como, para localizar o individualismo como regime moral no Brasil, Gilberto Velho faz um contraponto ao entendimento de Louis Dumont. Usando as teses do surgimento do individualismo apresentadas por Dumont, Velho traz o autor para o argumento para mostrar a importância desse diagnóstico e apresentar seu limite ao ser transplantado para contextos específicos, como é o caso do Brasil⁴⁹ (Ibid.: 23). Aqui, a crítica a

48 No terceiro tópico, quando eu efetivamente entrar nas entrevistas, dois pontos serão fundamentais. O primeiro é o modo como a pessoa narra a sua trajetória, no sentido de dar um significado às suas escolhas e os desdobramentos delas e, também, na forma como a expressão *empreendedorismo* produz algum sentido na narrativa e nas respostas mais amplas construídas nas entrevistas.

49 Esses limites sobre o surgimento do individualismo e seus modos de apreciação em contextos são preciosos para qualquer argumentação que tenha como objetivo imediato a localização em contextos fora do ambiente europeu. Ao fazer uma crítica parecida ao modo como Mauss argumentou sobre essa formação, Carrithers (1999: 235-256) vai explorar exemplos vindos dos próprios objetos de Mauss e construir uma compreensão diferente da formação do individualismo, na verdade de uma noção de indivíduo, um pouco diferente da apresentada pelo autor francês.

Dumont é concentrada na sua operacionalização entre as generalidades e o nível propriamente etnográfico, ou seja, embora fale o tempo todo das justificativas e dos significados individuais, o autor deixa a desejar na maneira como reflete sobre o modo como essa ligação reverbera nas ações concretas. É nesse limite que a abordagem dos projetos individuais ganha importância e força, ao menos para o argumento de Velho. Projeto, indivíduo, e possibilidade de comunicação são os conceitos fundamentais para abordagem do individualismo enquanto regime moral e a sua localização em contextos específicos (Ibid.: 25-28).

Ainda dentro da definição de indivíduo para Dumont, que de toda forma é importante para mostrar os modos como as ações produzem e são produzidas a partir de sentidos morais específicos, Gilberto Velho continua a argumentação ao explorar uma tensão entre os processos de individualização e uma possível “desindividualização”⁵⁰. Ao mesmo tempo em que teriam suas características específicas, sua autenticidade, as pessoas se defrontariam com a maneira como essas dimensões geram um novo tipo de vínculo coletivo. A busca pelo vínculo, ou mesmo um tipo de vinculação que levem em conta algumas características individuais, fazem parte dos projetos e de seus respectivos significados (Ibid.: 28-29). De toda forma, o autor coloca questões fundamentais para a abordagem do individualismo dentro de um regime moral.

Mas, como desenvolvimento do questionamento anterior, como abordar essa dimensão moral do individualismo dentro do contexto brasileiro? Outro texto de Gilberto Velho pode ajudar bastante. Ao relacionar o tema da mobilidade social, entendido como possibilidade de *ascensão*, com os aspectos de justificativa das ações, o autor mostra como, mesmo dentro de um conjunto de valores que apontam para o esforço

50 Dentro do debate sobre individualização, Simmel aponta um paradoxo. Assim como uma maior liberdade, o século XVIII exigiu também uma maior especialização do trabalho, das tarefas. O paradoxo está posto, um indivíduo incomparável a outro indivíduo e, mesmo assim, dependente em um sentido muito forte na relação entre as funções exercidas (SIMMEL, 1973: 11).

individual, o vínculo social mais amplo, como a família, ainda tem grande importância no caso brasileiro (VELHO, 1997b: 41-44)⁵¹. Nesse sentido, é interessante, para o autor, abordar a formação desse individualismo brasileiro como aspecto de formação das identidades individuais. A individualidade como dimensão constitutiva do projeto, como característica própria dos valores mobilizados, e um forte debate sobre o processo de individualização no Brasil são duas coisas muito importantes para esse diagnóstico (Ibid.: 45)⁵². E é nesse ponto, no modo como projeto e processos de individualização se relacionam, que o elemento do sentido das ações aparece forte, deixando claro não só as justificativas, mas também os elementos morais mais amplos que estão relacionadas a elas.

Todo esse debate sobre o individualismo – Renaut, Dumont e Gilberto Velho – serve para elucidar o modo como esse tema é, ao mesmo tempo, polêmico e importante. Como dimensão filosófica, o individualismo aponta para a passagem do ideal de autonomia, fundamental para as noções de Sujeito, ou pelo menos algumas delas, que surgiram na modernidade, para o ideal de independência, que marca o registro do indivíduo enquanto fonte moral, ou seja, enquanto fruto e objeto de determinadas demandas. Esse processo tem um lado antropológico importante, faz parte da série de transformações que o Ocidente passou e marca, pelo menos com mais força, o modo como as pessoas passam a

51 Duas coisas precisam ser destacadas. A primeira delas é como Gilberto Velho mobiliza as conclusões de suas pesquisas. Esse campo que ele se refere vem do livro *A utopia urbana* (1989), que é muito importante por ter uma grande quantidade de entrevistas e dados sobre uma cultura de classe média no Rio de Janeiro. A segunda coisa, retomando alguns argumentos anteriores, é que essa dimensão de projeto é baseada em uma leitura de Schutz que enfatiza a escolha individual em sua valoração. Como escolha individual, essa noção de projeto pode apresentar alguns problemas ao ser aplicada às justificativas individuais, mas tratarei desse ponto no segundo tópico.

52 Esse pode ser outro ponto polêmico no argumento de Velho. Como visto no capítulo anterior, do ponto de vista sociológico, esse processo de individualização, no contexto brasileiro, é um tema problemático, pelo menos a partir do debate do pensamento social no Brasil. De toda forma, é importante construir o raciocínio do autor para uma maior compreensão do seu argumento.

perceber o mundo e os valores que o circundam. Empiricamente falando, as justificativas e avaliações ganham um entendimento propriamente individual. Em termo de localização no Brasil, o individualismo enquanto dimensão moral tem que se ver mediante a especificidade da formação da sociedade brasileira e o modo como os valores apresentados anteriormente ganham *status* de referências, ou seja, como esses ideais são ou não modelos valorativos. A ideia de projeto individual e a expectativa são as noções que fazem uma tradução contextual para os aspectos anteriores.

Colocando o individualismo como dimensão moral, junto a discussão sobre a caracterização de um *espírito empreendedor*, duas coisas precisam ser esclarecidas para a recuperação da argumentação inicial e do problema de pesquisa. Em termos do progresso individual – uma das características da noção de espírito – a formação do debate empreendedor, como mostrada no capítulo anterior, vai em direção ao modo como as pessoas, os indivíduos, podem se auto realizar e atingir um patamar de desenvolvimento pessoal que antes era impossível, ou seja, em termos bem gerais, o *espírito empreendedor* aponta para o indivíduo. Ter o indivíduo enquanto valor, enquanto fonte moral, é uma característica do individualismo surgido na modernidade Ocidental. Nesse sentido, existe uma relação bem específica entre espírito empreendedor e individualismo.

O regime moral do individualismo dá as bases para os desdobramentos das justificativas, ou pelo menos uma parte delas, do espírito empreendedor. Em termos de Brasil, essas justificativas estão lado a lado com alguns elementos que já estariam presentes na formação da sociedade brasileira. Assim, o individualismo enquanto valor, pelo menos na sua face de progresso individual, pode ser associado ao espírito empreendedor. Mas apenas no plano individual isso não é suficiente para justificar moralmente as ações. A ideia de ter uma fonte moral precisa estar vinculada a elementos que a torne generalizável. É nesse momento que é importante entender os aspectos de *bem comum* que podem existir nos sentidos das ações, mesmo em um regime moral calado no individualismo. O próximo tópico desenvolverá essa dimensão

específica e dará as bases para um modelo de ação empreendedora, que será fundamentado no terceiro tópico, quando explorarei as entrevistas.

2.2 Valor e ação individual

Dimensões morais e valores individuais e coletivos - até que ponto se pode entender esses aspectos como constituintes ou como referências para as ações das pessoas? Esse questionamento assume um papel muito importante nesse momento do trabalho. Como discussão mais ampla, a caracterização do espírito empreendedor passa ao largo de um momento efetivo de análise sobre os sentidos das ações. O que vai fazer a ponte entre a dimensão valorativa e o modo como cada ação é percebida será, justamente, o seu sentido⁵³. É importante deixar claro, antes de entrar nas entrevistas, o modo como a narrativa e a produção de sentido das pessoas podem dar um bom entendimento das justificativas das ações e apontar para valores mais amplos, do ponto de vista moral.

O raciocínio sobre as justificativas morais das ações, sobre o seu sentido visado, é um raciocínio sobre o indivíduo? Uma espécie de sociologia do indivíduo? A ideia de uma sociologia do indivíduo, com o foco no tratamento dado às ações individuais, sua elucidação e sua flexibilidade mediante as estruturas, é reivindicada por Danilo Martuccelli e François de Singly (2012). A sociologia do indivíduo seria uma sensibilidade intelectual e existencial, no sentido de atentar para a vida das pessoas em consonância com os grandes acontecimentos e com as maneiras que essas pessoas lutam e afrontam o

53 Esse conceito de sentido, que remete à ideia weberiana de sentido subjetivamente visado, entra como fundamentação para a abordagem das referências morais como elementos mobilizadores no entendimento das ações das pessoas. Como aponta Freund (1980: 205-252), a dimensão propriamente compreensiva da sociologia weberiana está circunscrita na concepção de sentido. As tipologias da ação, presentes em Weber, também apontam para esse aspecto, a importância do conceito de sentido (BRUNKHORST, 1996: 4-5).

mundo (MARTUCCELLI; SINGLY, 2012: 10). Existe um pressuposto do conceito indivíduo que é visto como uma entidade heroica, prescrito por questões que são extremamente sensíveis contemporaneamente, na tentativa de dar grande importância às experiências individuais. Esse entendimento do indivíduo, como tendo uma maior liberdade, é nascido na modernidade e, em certa medida, ignorado pela sociologia, na visão dos autores. Para pensar a construção de uma sociologia do indivíduo seria necessário, evitando os mal-entendidos, entender que a modernidade é um processo de formação de uma singularidade em quase todos os níveis da vida social, seja do ponto de vista institucional, econômico ou existencial (Ibid.: 11). Eles argumentam que, com a modernidade, as sociedades ocidentais deram um lugar mais amplo ao indivíduo, ou almejavam isso. Eles mostram como essa questão já estava colocada em Durkheim, na sua análise da solidariedade orgânica, argumentando que o indivíduo havia se tornado a religião da modernidade, mesmo adotando um ponto de vista holístico na análise. Eles refletem sobre como, principalmente na França, a maioria das análises na sociologia descrevia o mundo a partir dos conflitos de classes, dos processos de dominação etc. Só no final dos anos de 1960 foi que o indivíduo começou a ganhar uma maior importância. Através de influências múltiplas – do pragmatismo americano à releitura de Simmel – a temática do indivíduo havia sido redescoberta (Ibid.: 12-20). Até o momento, essa argumentação não é tão diferente dos questionamentos apresentados anteriormente, então, estaria eu entrando no campo de uma sociologia do indivíduo?

Existe uma canalização argumentativa para a noção de indivíduo, o modo como, conceitual e valorativamente, a noção de indivíduo conduz as escolhas e os tipos de olhares que as pesquisas tomarão. Em termos teóricos, a sociologia do indivíduo toma essa noção como categoria de análise, como uma questão empírica apriorística e conduz uma reflexão na qual as escolhas e os entendimentos do indivíduo possam ser colocados no primeiro plano (ARAÚJO; MARTUCCELLI, 2010: 77-91). Esse projeto tem gerado alguns desdobramentos também no plano metodológico. Focando os chamados processos de individuação,

Martín Güelman (2012) reflete como a perspectiva do *enfoque biográfico*, a condução das entrevistas no intuito de montar um relato de vida do entrevistado, é uma estratégia interessante. A partir de um grande projeto sobre as percepções de jovens em bairros periféricos na cidade de Buenos Aires, o autor mostra como esse tipo de abordagem contribuiu para a compreensão do problema da individuação no Ocidente contemporâneo (GÜELMAN, 2013: 57). O problema para Güelman, dado a forma como indivíduo é entendido na sociologia do indivíduo, é achar um método, uma estratégia metodológica, que dê vazão para essa definição.

O autor elenca o *enfoque biográfico* como maneira efetiva de atingir esse nível de significação das trajetórias individuais. Em um primeiro momento, Güelman reflete sobre o surgimento, ou sobre os elementos iniciais que fundamentam o *enfoque biográfico*. Pouco depois, ele tem a preocupação de especificar que o *enfoque biográfico* não tem a preocupação de montar uma história exata sobre a pessoa em questão, mas sim em construir um relato que, diante das tensões e contradições da narrativa, entrevistador e entrevistado montam um texto juntos (Ibid.: 60).

Em um segundo momento ele diferencia o relato de vida das histórias de vida. O relato de vida é um texto único, onde o entrevistador, depois de sucessivos encontros e com a ajuda do próprio entrevistado, monta um relato sobre os eventos mais importantes da vida da pessoa, no sentido de entender que tipo de significação a pessoa dá ao seu próprio relato. Já na história de vida, existirá uma preocupação em triangular as informações para remontar, com mais cuidado e exatidão, a história de vida da pessoa (GÜELMAN, 2013). Dentro dessa diferença fundamental, o *enfoque biográfico* como estratégia metodológica e a entrevista semiestruturada como técnica para construir um relato de vida são os elementos mais fundamentais para a abordagem da sociologia do indivíduo na visão de Güelman. Mesmo sendo uma discussão propriamente metodológica, é importante trazer a operacionalização feita por Güelman para mostrar que o debate que é traduzido pela sociologia do indivíduo, ou pelas pessoas que a reivindicam, é um debate importante como forma de abordagem das representações individuais e dos sentidos morais das ações, mesmo que se discorde de alguns ou de todos os pontos.

A sociologia do indivíduo, o enfoque biográfico; essas coisas são necessárias e ajudam a entender o modo como as ações são motivadas por questões morais específicas? É dando total foco no indivíduo que se consegue refletir sobre os elementos morais presentes na percepção das ações para as pessoas? Duas considerações precisam ser feitas para responder todos esses questionamentos, inclusive se é necessária ou não uma sociologia do indivíduo para o problema de pesquisa que estou enfrentando aqui. A primeira delas é de uma ordem mais teórica. O referencial da sociologia do indivíduo, que tem em Martuccelli uma espécie de estandarte, mas nos trabalhos de Ulrich Beck⁵⁴ uma base sólida de sustentação, é problemático para se pensar não só essa ênfase excessiva no conceito de indivíduo, para sua operacionalização empírica a partir da reflexividade – o indivíduo, por ser uma noção histórica, necessita de um tratamento teórico mais robusto –, mas também por sua aplicabilidade em termos dos países ao Sul do globo. A discussão anterior em Renaut, Velho e Dumont, deixou esses pontos mais claros.

A segunda consideração é em relação ao *enfoque biográfico* enquanto estratégia metodológica. A quantidade de entrevistas chama a atenção. Se por um lado essa experiência de construir um relato biográfico é muito rica, um dado excepcional em termos de reflexão sobre a vida do entrevistado, por outro lado é um trabalho muito complicado. Como dispor, por parte das pessoas que serão entrevistadas, desse tempo disponível? Parece-me que é um grande desafio e que a pergunta da pesquisa pode ser fundamental para decidir se esse trabalho todo é possível ou mesmo desejável. Para que as pessoas narrem suas ações, evidenciem os sentidos que dão a elas, não é necessária uma estratégia tão individualizante assim. Fazer com que a pessoa, além de narrar sua vida, possa refletir sobre essa narrativa é um bom caminho, e para isso não é necessário assumir a análise do *enfoque biográfico*, principalmente em termos de seus pressupostos problemáticos.

54 A obra *Individualization* (2002) de Beck e Beck-Gernsheim é uma grande referência em boa parte dos teóricos dessa corrente.

Toda essa argumentação ainda não ligou, que é o objetivo do tópico, o valor moral e o modo como esse valor mobiliza as ações individuais. Até o momento venho apenas discutindo possibilidades de abordagem das ações onde a reflexão sobre o relato é importante, mas não obtive respostas nem consegui desenvolver essa ligação. O foco no indivíduo, apresentado pela sociologia do indivíduo, não é a melhor maneira para entender essa relação, a construção de determinados valores morais, sua possibilidade de generalização como fonte moral para as ações, fica muito em segundo plano e desloca o problema para outros momentos. O que justificaria, então, essa reflexão sobre valor e ação individual? Como outra forma de abordagem, que tenta mostrar como determinados valores se tornam modelos para as ações, encontra-se o trabalho de Alain Eherenberg. No livro *O culto da performance* (2010), o autor mobiliza a ideia de *modelo de ação* para captar as mudanças estruturais na sociedade francesa que implicam outras reorganizações valorativas. Ele entende o modelo de ação como aquilo que, dentro de um quadro geral de representações, de um conjunto de redes de indivíduos determinados, é a típica atitude que tem valor de modelo nas representações dos indivíduos. Dessa forma, o modelo de ação não determina efetivamente as ações, mas se torna uma referência primeira, ou mesmo fundamental, dentro de um contexto específico.

A dimensão do heroísmo, que define esse novo modelo de ação para Ehrenberg, é associada ao empreendedorismo⁵⁵. Em um sentido muito específico: entender essa nova dimensão da vida contemporânea, associada ao ideal empreendedor, como heroica, é entender como essa dimensão se define a partir das escolhas individuais e como essas escolhas estão associadas à autonomia. O risco que representa o

55 O autor lida com a tese da desestruturação do Estado de Bem Estar francês e o modo como o pleno emprego foi substituído pelas iniciativas empresariais. É importante entender essa dimensão do empreendedorismo na França e tentar confrontá-la com a percepção que vem se configurando no Brasil e que discuti, pelo menos inicialmente, no capítulo anterior. De toda forma, o conceito de modelo de ação do autor é muito importante.

empreendedorismo, na análise de Ehrenberg, é uma forma de elogio à autonomia individual. Quando se assume os riscos de viver em um mundo de incertezas, de competição, assume-se também o ideal heroico. Ou seja, o heroísmo como modelo de ação é a forma que o indivíduo dá sentido às suas ações no capitalismo contemporâneo, no mundo competitivo, na era da indeterminação. O herói é o que age a partir das suas próprias escolhas, que exerce sua autonomia e não depende da assistência de ninguém. Isso é importante para entender o cerne do argumento do texto e o percurso que o autor desenvolve na sua construção. No fundo, a questão é entender como os indivíduos, entregues à sua própria vontade, colocam-se no mundo.

Tendo em vista o mote da argumentação de Ehrenberg, essa dimensão do heroísmo como modelo de ação permanece, em certa medida, como uma dimensão mais geral, que reflete mudanças estruturais nos modos de representação do capitalismo contemporâneo, visto que o sentido desse modelo de ação reside em todo um sistema de representações em torno do empreendedorismo. De uma certa forma, Ehrenberg ainda mantém seu foco na mudança estrutural, dando visibilidade às variações nas percepções dos indivíduos inseridos nesse contexto. Assim, a grande questão a ser feita é: como localizar as ações individuais a partir do argumento de Ehrenberg no texto? Uma primeira forma de fazer isso é entender como esse modelo de ação heroica se torna geral.

O ideário de se autonomizar, abrindo seu próprio negócio, é difundido de forma geral e corriqueira no meio francês. Em vários domínios da organização institucional francesa, são criadas normas que regulamentam a situação dos desempregados e subempregados, na tentativa de estimular essas pessoas a abrirem seu próprio negócio, a empresa se torna um modelo cultural de massa na França (Ibid.: 46-47). Ehrenberg argumenta que a empresa é um modelo de organização social, mas que esse sentido de empresa está, como dito anteriormente, associado ao universo de representação do heroísmo/empreendedorismo. O empreendedor herói é um aspecto da mudança de sentido na noção de empresa. Ela não designa mais um significado de acumulação - embora se trate efetivamente de acumulação - mas sim

um sentido de condução, *empreender* é conduzir alguma coisa. Ela, a empresa, simboliza uma criação pessoal que é possível para todos. Os exemplos dos ganhadores nos aproximam do universo heroico. Todo um conjunto de personagens nos diz que é possível ganhar, desde que se tenha vontade (Ibid.: 48). É perceptível, a partir dessa indagação de Ehrenberg, entender como essa reconfiguração do capitalismo associa efetivamente a autonomia individual com a possibilidade de se autocriar, de se autodeterminar, e o modo para fazer tudo isso é o *modelo de ação empreendedora*. É nesse conceito que se coloca a ponte para o entendimento do sentido dado pelas pessoas às suas ações. Mas esse argumento do autor, ao contrário dos outros, se concentra muito nessa mudança estrutural, nessa reorganização valorativa, a ligação entre moral e ação ainda é precária. Em que medida as ações individuais têm um elemento moral? Entender se essa relação existe é de fundamental importância.

Uma referência basilar para esse tipo de investigação é Charles Taylor. Como ele mesmo escreve, sua “trajetória intelectual é quase monotemática” (TAYLOR, 1985: 1), dedicada ao estudo da formação da identidade moderna a partir da construção da noção *self* e dos elementos constituintes do Sujeito ocidental. Derivada do problema da identidade do *self* no limiar da sociedade moderna, a questão moral, em Taylor, ganha um sentido mobilizador, ou seja, é um ponto de apoio não só das ações, mas também do modo como as pessoas se colocam no mundo. A constituição dessa identidade tem um processo de longa duração que aponta para vários caminhos e adquire diversas características.

De uma forma geral, como processo reflexivo, mesmo que circunscrito em alguns momentos históricos⁵⁶, a dimensão individual, que imprime identidade ao Sujeito humano, coloca-se relacionada a

56 Como característica, a reflexividade é incorporada ao pensamento moderno, sendo a pedra fundamental da noção de Sujeito. Kant, como autor muito preocupado com a autonomia enquanto valor, trata desse processo a partir do momento em que compreende o sujeito, tendo a possibilidade de se auto realizar. Vale ressaltar que é esse entendimento que funda muitos dos pressupostos da filosofia política moderna. Para um panorama sobre esse aspecto, ver Renaut (2006).

dimensão do bem, dimensão essa propriamente moral (TAYLOR, 2013: 15-16). O bem, a maneira como as questões morais adquirem um aspecto norteador, vem de uma compreensão de que, como localização histórica, esse bem tem um pano de fundo específico e dependente de seu contexto⁵⁷. Aqui, a questão seria a ampliação da noção de espiritualidade, não necessariamente relacionado com seu aspecto religioso, embora efetivamente o seja, mas sim calcada na vida cotidiana, no ideário da vida digna de ser vivida (Ibid.: 17).

E como saber quais valores representam dimensões morais concretas? A reflexão sobre o problema da agência humana, também desenvolvida por Taylor, pode dar uma boa resposta. O autor afirma que, dentro de um quadro amplo de representações e dimensões da vida cotidiana, os aspectos morais que ganham elementos mobilizadores a partir do momento em que estão associados com as *avaliações fortes* (TAYLOR, 1985: 17), ou seja, avaliações qualitativas que tornam esses valores fontes de admiração e respeito. Aqui, Taylor efetiva o debate sobre o ente humano dentro da noção de agente (Ibid.: 20-22). As avaliações fortes e os padrões podem ser julgados e se referem aos valores que estão, ou não, no terreno do bem. O agente é responsável por esse tipo de avaliação e tem certa margem de escolha ao refletir sobre esses valores. No fundo, o problema da prática se relaciona com o problema da avaliação forte, já que a moral é condicionante, em algum grau, das ações.

Sujeito, indivíduo, prática, ação e pessoa. Vale a pena, nesse momento, uma distinção mais clara dessas noções, assim como uma tomada de posição na operacionalização dos argumentos de Taylor, já que eles fazem uma ponte importante para o restante da dissertação. O problema da agência humana tem vários desdobramentos, com

57 Esse problema do bem na identidade moral das sociedades modernas é complexo, muitas vezes associado a regimes valorativos estritos. A felicidade, seja como bem supremo ou como bem mundano, carregou, por muito tempo, essa identidade imediata com a moral (MCMAHON, 2006). Em muitas das entrevistas, seja como emoção ou como estado mental mais geral, a felicidade adquiriu alguma importância nas falas das pessoas. Voltarei a isso no capítulo 3.

caminhos específicos dentro da teoria social e, mais especificamente, dentro da teoria sociológica. Como escolha segura para uma boa pesquisa, esse mecanismo conceitual precisa, necessariamente, ser referido com alguma precisão. Como preferência, prefiro tratar da agência humana a partir da palavra pessoa, afastando um pouco as reflexões sobre o indivíduo, embora sejam fundamentais. Mas, independentemente da nomeação que se der, o problema da agência humana está circunscrito na “concepção de ser humano capaz de gerar mudanças em si mesmo e na ordem sociocultural” (HAMLIN, 2014: 14). Essa definição leva, como consequência, a distinção entre as teorias das práticas e das ações. As teorias das práticas estão concentradas nos modos de organização da vida social, nas suas referências simbólicas e na rotinização dessas referências. Já as teorias da ação se preocupam com os significados subjetivos que podem ser expressos nas justificativas e nas razões para as ações humanas (Ibidem.) Taylor, com sua preocupação com o modo como a noção de *self* se tornou constitutiva da identidade moderna, poder ser entendido como um autor da teoria das práticas. Essa localização implica algumas mediações já que, como questionamento mais amplo, minha preocupação é com a ação e seus modos de justificação. Mesmo assim, a reflexão sobre a relação entre a moral e a formação do *self*, em Taylor, é muito importante.

Voltando ao autor, existe uma relação bem mais complexa entre os significados imediatos das ações e o modo como esses significados adquirem dimensões mais gerais, dimensões morais propriamente ditas. A questão colocada por Taylor, esse sendo também seu entendimento da modernidade, é que o indivíduo não pode ser, por ele mesmo, sua fonte moral; existem valores externos ao indivíduo que servem como referência para suas ações. O respeito à vida, como manifestação dessa questão externa, reafirma esse ponto a partir de duas dimensões básicas: (I) ele, o respeito à vida, é entendido quase como instinto, ou seja, ele é natural em cada sociedade e tem algum conteúdo Universal, mesmo que apresente formas diferentes; (II) existe uma ontologia sobre o que é o ser humano que é a base para a definição de vida; e vida digna de ser vivida (TAYLOR, 2013: 18-19). Como resultado dessa divisão, a noção de pano de fundo,

que efetivamente dará conteúdo ao entendimento do *self* em seus aspectos morais, só pode ser captada quando a ontologia moral deixa de ser implícita, ou seja, quando pode ser expressa e entendida por e a partir de uma fala. A ontologia moral é constituída e constitutiva de valores (Ibid.: 20-22). Aqui cabe um questionamento sobre essa possibilidade de fala e externalidade dos aspectos morais. Ao falar sobre suas ações, as pessoas mobilizam sentidos diversos que podem deixar alguns elementos morais bem claros, ou seja, na reflexão sobre suas ações e suas escolhas, pode-se tirar do relato dessas pessoas alguns desdobramentos que apontem para dimensões gerais mais amplas. A importância de Taylor se dá nesse momento, no modo como ele articula moral e vida cotidiana.

Voltando ao problema do *self*, Taylor mostra como o entendimento do *self* é um entendimento moral, inscrito em três registros básicos. Em todos os registros, e é importante lembrar isso, o caráter do pano de fundo de sua constituição torna o direcionamento da formação do *self* extremamente variado e com desdobramentos múltiplos, ou seja, não só o conteúdo, mas também o modo como esse conteúdo é mobilizado, atinge uma variedade que faz parte, também, dessa constituição. No fim, conflitos morais acabam sendo conflitos sobre a dignidade do humano. Com relação às inscrições apontadas por Taylor, elas são: (I) o respeito aos outros; (II) a vida digna de ser vivida; (III) a própria noção de dignidade (Ibid.: 28-29). Tecnicamente, o autor quase monta os eixos de um pensamento moral mais abrangente, na verdade a ideia é essa, elencar pontos que são universais no entendimento humano da moral, mesmo que seus conteúdos mudem.

Uma outra coisa muito relevante nessa reflexão é o lugar da narrativa⁵⁸. Ao narrar sua vida, suas ações e seus pensamentos em relação ao mundo, a pessoa produz um sentido forte que a conecta com suas representações morais mais gerais. O princípio reflexivo, que “obriga” a pessoa a falar, conduz, em algum grau, seu entendimento do mundo.

58 A narrativa em Taylor também serve como desdobramento metodológico. Aponte esse caminho na introdução.

Taylor chama isso de “lógicas de interlocução” (Ibid. 58-59). Nesse sentido, são essas lógicas de interlocução que são responsáveis por conectar a narrativa a partir de uma exteriorização da moral.

O modo como as narrativas dão vazão ao seu conteúdo moral e a maneira como abrem a possibilidade de refletir sobre determinada prática, são questões muito relevantes quando, a partir da argumentação de Charles Taylor, o debate sobre as formas de mobilização para as ações ganha outros contornos, sendo colocado em dimensões mais filosóficas, recuperando uma reflexão mais ampla sobre a formação do *self*. Para entender efetivamente esse aspecto, que precisa de uma mediação metodológica mais direta, a recuperação de alguns pontos presentes em Boltanski se faz necessária. A referência pragmática na investigação das ações tenta dar conta dessas justificativas morais apontando para outros caminhos; apontando para o modo como essas ações são entendidas dentro de um contexto específico, focando, assim, em seus conteúdos imediatos. Enquanto Taylor tem essa preocupação mais geral de mostrar como os conteúdos são variados e múltiplos, a reflexão de Boltanski se concentra em conteúdos específicos, derivados de um contexto determinado. Seja na formulação de *De la Justification*, seja em sua aplicação em *O novo espírito do capitalismo* – em parceria com Thévenot e Chiapello respectivamente –, o foco é uma visão pragmática da ação⁵⁹.

Como registro, como questão mais geral sobre a moralidade, a formação de um *espírito empreendedor* no Brasil, associada ao contexto de reconfiguração mínima do capitalismo, necessita de tipos de justificação mais específicos, não mais colocado na dimensão salarial e na possibilidade de pleno emprego. Enquanto característica, o *espírito empreendedor* necessita de valores que apelem para a autonomia e para

59 Dentro desse amplo espaço de uma *sociologia da crítica*, onde as controvérsias ganham alguma importância, existe uma boa deixa para a compreensão das ações, a partir de suas justificativas, pela ótica pragmática, ou seja, redefinindo e reconstruindo o contexto em que essas ações e seus modos de justificação podem surgir (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999).

a auto responsabilização a partir do esforço individual. Esse aspecto é nascido, ou pelo menos fruto, de uma operação histórica, no Ocidente, na qual o indivíduo enquanto valor ganha espaço e se torna central. Como lógica mais ampla, essa operação é a consolidação, em termos gerais, do individualismo enquanto um regime moral. Para que a moral possa organizar as ações, ela precisa ser sentida e refletida pelas pessoas, no sentido de fazer referência às dimensões de respeito ao próximo, mesmo que ele seja um oponente, a possibilidade de viver uma vida plena e ter um sentido de dignidade relativamente claro. Esses pontos fazem parte de uma ontologia moral. De uma forma mais ampla, só se pode elucidar todos esses aspectos pela narrativa, pelo modo como a pessoa reflete e narra suas ações. Assim, o espaço propriamente analítico é a narrativa e seu sentido produzido. O *espírito empreendedor* é parte desse processo. Mas, e a ação?

Essa caracterização feita tenta mostrar como, contemporaneamente, existe um apelo muito efetivo para o indivíduo, para que as pessoas pensem em termos individuais suas competências e suas possibilidades. Falar isso é importante pois dá uma certa ideia de como lidar com a questão individual propriamente dita, no sentido de mostrar como os efeitos desse regime moral podem, ou não, mobilizar as ações das pessoas. É interessante notar que, mesmo lidando o tempo todo com questões mais gerais, Boltanski mantém uma preocupação com as formas como os indivíduos se posicionam e mobilizam essas justificativas. Existem, então, dois pontos a serem tratadas; (I) a referência moral ao indivíduo, definida a partir do individualismo, tratada no tópico anterior; (II) a referência moral ao bem comum, essa sintetizada pelo debate feito por Taylor. Como caracterização mais básica, o *espírito empreendedor* é o terreno moral mais elementar, mas isso representa um sentido para ação das pessoas?

A narrativa individual, associada definitivamente com a produção de sentido das ações, mobiliza as justificativas necessárias para lidar com a noção de espírito no campo das representações das pessoas. Mas, para que esse aspecto possa aparecer, é necessário explorar, de fato, as entrevistas. Como as pessoas narram suas ações relacionadas ao

empreendedorismo? O entendimento das trajetórias se torna importante? Individualismo e empreendedorismo estão associados? O próximo tópico vai tentar dar conta dessas perguntas.

2.3 O modelo de ação empreendedora

Definir os termos da pesquisa é uma parte importante, embora difícil. Primeiramente, salta aos olhos a maneira de associar *modelo de ação* ao elemento moral do empreendedorismo. Basicamente, fazendo alusão ao problema da complexa relação entre as estruturas sociais e a forma como elas incidem na nossa formação subjetiva, o modelo de ação, aqui, torna-se uma espécie de representação, uma referência mínima quando se pensa as ações dentro um contexto específico, um tipo de *ethos* que localiza as ações em alguma inscrição moral mais geral. Outro lineamento do problema é a definição de empreendedorismo e sua referência moral mais imediata, esse sim bem mais associado a dimensão empírica propriamente dita, no sentido de depender diretamente das entrevistas. De uma forma geral, é importante entender que, em ambas as definições, uma investigação mais cuidadosa será necessária, um confronto entre os argumentos dos dois primeiros capítulos como elemento conclusivo do texto. É importante, então, explorar as entrevistas e retirar delas aspectos que apontem não só para um modelo de ação, como tipo ideal e analítico, mas também para dimensões subjetivas do empreendedorismo enquanto valor. Seguindo a argumentação precedente, o ponto é acompanhar, nas narrativas, as referências ao ideal do bem comum e ao progresso individual como questões morais amplas.

Jordan⁶⁰ (24 anos), é estudante do curso de Direito da UFPE e já está prestes a se formar. Ele estagia em um escritório de advocacia e

60 Como garantia do anonimato, registrada nos termos de consentimento livre e esclarecido anexado no apêndice III, os nomes das pessoas são fictícios, preservando, assim, suas identidades reais.

mantinha, no momento da entrevista, um *Instagram*⁶¹ que fazia divulgação e crítica de alguns estabelecimentos da cidade do Recife, mas especificamente os bares. Ele tem uma boa relação com o curso, gosta bastante do que faz, mas, como ele mesmo disse, “não sou uma pessoa, assim, apaixonada pelo Direito, mas, gosto bastante”. Qual o sentido, então de uma entrevista com um estudante de Direito, área relativamente dispare do arcabouço da pesquisa? Jordan está se especializando em Direito empresarial e o escritório que ele faz parte tem exatamente esse perfil. A questão aqui, muito mais que o empreendedorismo em si, é a relação com os empreendedores, clientes do escritório.

Duas coisas ficam claras na sua entrevista, tendo em mente a relação que ele estabelece com sua formação e com seu estágio. A primeira é a problemática do emprego. Diferentemente de outras pessoas, essa questão do emprego, para Jordan, acaba sendo importante, a partir do momento em que, dentro da área de Direito comercial e empresarial, ele se identifica bastante e gosta do modo como o atendimento no escritório se desenvolve. Basicamente ao “não se imaginar fazendo outra coisa”, Jordan coloca em questão o modo como o curso se relaciona com o estágio e a forma como essa relação adquire um perfil específico, no sentido de apontar para atuação nessa especialidade.

A segunda coisa que ficou mais evidente foi o modo como a reflexão sobre sua trajetória influenciou a percepção de Jordan. De fato, ele foi a pessoa mais nova que entrevistei e isso tem alguns desdobramentos sobre suas escolhas e como ele pensa seu futuro. Sua relação com as escolhas do curso é bem mais consolidada, sendo seus motivos mais claros e com menos chances para questionamentos. Ao falar sobre o Direito, Jordan diz que fez a escolha certa e que, ao optar pela atuação no meio empresarial, está indo na direção certa. Ao falar de seu futuro, das suas perspectivas para frente, ele começou com a questão do estágio:

61 O *Instagram* é um desses sites de relacionamentos. Sua principal função é divulgação de fotos e a interação via pequenos vídeos. Ele também apresenta algumas características de microblog, mas o seu foco principal é a dimensão visual.

“Todo estudante de Direito, atuando com advocacia e estagiando em um escritório, tem como objetivo primeiro ser contratado”, essa declaração deixa claro o modo em que, a partir da relação entre escolha e futuro, Jordan coloca a importância de seu estágio.

O outro ponto importante, que talvez reverbere diretamente na compreensão da trajetória da pessoa em questão, é o modo como o projeto do *Instagram* pode ter algum sucesso. Vinculada a uma dimensão mais publicitária, essa iniciativa, como é tratada por Jordan, surgiu para “atender a uma demanda das pessoas em ter um *feedback* com os donos dos bares”. O ponto central desse empreendimento, que coloca a pessoa não apenas lidando com os empreendedores, como é o caso do escritório que ela faz estágio, é que Jordan fica em contato direto com o empreendedorismo, empreendendo de fato. Ao descrever sua atividade, Jordan fala sobre a ajuda que ele dá as pessoas, na medida em que ele escreve o modo como cada estabelecimento atende os clientes e recebe sugestões e, depois, como esse projeto pode crescer. Essa compreensão é importante, ela é o ponto no qual, a partir de um certo ideal empreendedor, dimensões mais valorativas transpassam a atividade. Uma dessas dimensões aponta para a noção de que, como vinculada ao espírito empreendedor, o empreendimento tem que ser útil, de alguma forma, tem que impactar na vida das pessoas, independentemente da atividade que se exerça, o ponto é fazer diferente agindo na vida das pessoas. A outra dimensão é a possibilidade de crescimento individual. A partir do momento que a atividade for ganhando visibilidade, for ganhando apoio e recursos, as pessoas responsáveis por ela, dentre elas Jordan, também ganharão as mesmas coisas.

Essas concepções representam os modos como, no momento da entrevista, o relato foi ganhando um sentido específico, foi ficando cada vez mais pessoal e com marcas próprias da compreensão de Jordan. Uma outra parte que acabou ganhando destaque, mais para o final da entrevista, foi a opinião dele em relação ao tipo de trabalho exercido pelo advogado nos escritórios de advocacia e a forma como esses escritórios, que majoritariamente se organizam enquanto associações, tratam seus associados. O esquema de sócios majoritários, sócios

menores e coisas assim, incomoda Jordan por, sem levar em conta o esforço, tolher a criatividade de quem está trabalhando e fazer uma relação muito direta entre trabalho e ganho, no sentido de inibir algumas liberdades de atuação e mesmo de remuneração. Esse ponto é interessante, pois coloca em xeque, ou, pelo menos, em suspenso, tudo o que havia sido dito anteriormente sobre o direito e a sua atuação. A solução, para ele, que tem relação direta com o perfil do escritório que ele estagia, é uma ideia de escritório como canalizador de empreendimentos, onde cada membro pode se beneficiar dos lucros de seus esforços, e não necessariamente lucros materiais, mas também, lucros do escritório de uma forma geral; como se, dentro dos escritórios, fossem incentivadas as possibilidades de sair do próprio escritório. De uma forma ou de outra, ao falar disso, Jordan define sua concepção de empreendedorismo, a possibilidade de crescimento a partir de seu próprio esforço com o foco nesse “empreendedorismo útil”.

Mas, existe algum tipo de mobilização mais profunda, digamos, emocional? Ao falar de coisas como realização pessoal, satisfação, relacionar seu futuro ao modo como conduz suas atividades, Jordan coloca esse tipo de mobilização no plano da felicidade, entendendo-a como uma espécie de estado onde se está “feliz consigo mesmo”, onde os aspectos mais estáveis dos empreendimentos interferem. Esse ponto é importante por ter sido recorrente em vários momentos na construção das entrevistas de outras pessoas.

Essa articulação entre moral e entendimento da ação, do modo como determinada atividade é percebida dentro de um espaço valorativo amplo, vai ganhando contornos mais complexos, a partir do momento em que se entra em contato com pessoas que empreendem diretamente; Juliano (25 anos) é um exemplo disso. Ele é dono de uma loja de informática, localizada no bairro onde ele mora na cidade do Cabo de Santo Agostinho. Seus pais são comerciantes e, no começo, capitanearam a abertura da loja, financeira e logisticamente. Ele tem uma questão muito singular ao falar que sempre gostou de trabalhar com tecnologia e informática, desde pequeno, e isso fica evidente quando diz que:

“(...) meus pais nunca foram, apesar de serem de uma “classe média... Eles não me davam dinheiro assim arbitrariamente, então eu tinha que desenrolar dinheiro de alguma forma, honestamente. Eu inventava coisas, tipo, fazer currículo para o pessoal, imprimir documentos, coisas assim que rolavam uma graninha, por semana, assim, dava para bancar o mínimo assim. Também não era muito de gastar. Era mais por uma diversão empreendedora mesmo e me bancar minimamente e... brincar de ser responsável por mim mesmo”

Essa ideia de “aventura empreendedora” dá pistas para o modo como Juliano lida com o empreendedorismo, além de apontar uma certa “naturalidade” no desenvolvimento da ideia de empreender, para ele. Por conta de sua idade – quando a loja abriu Juliano tinha dezoito anos – seus pais interferiam bastante nas decisões, até porque eram responsáveis juridicamente pelo empreendimento, mas depois ele assumiu as rédeas e a autonomia da loja. O modo como Juliano falou sobre esses eventos tem um sentido muito específico. Esses fatos foram importantes para que ele se sentisse, de fato, sendo responsável por um negócio, um negócio no qual todas as decisões e escolhas passassem por ele. Esse aspecto está também presente na forma com que Juliano entende sua trajetória que, “desde pequeno, a ideia de ter um empreendimento sempre esteve na minha cabeça”. Aqui, o empreendedorismo atinge um nível vocacional⁶², ou seja, é inscrito no modo como Juliano produz o sentido de seus atos e os narra:

“(...) é uma coisa que, para mim, é praticamente uma vocação. Não exatamente o que eu estou fazendo hoje,

62 Inclusive, pelo desdobramento da conversa na entrevista, esse sentido é até mesmo weberiano, a partir do momento em que, dentro do modo como Juliano entende suas ações, o empreendedorismo não foi aprendido, mas sim está introjetado nele.

não exatamente isso especificamente, obviamente isso foi uma coisa que aconteceu... por sorte, digamos assim. Uma coisa que foi levando a outra e tal. Mas... é... é uma inclinação que eu sempre tive. E essa questão de desenvolver algum tipo de empreendimento, essa sensação de aventura, digamos assim. Esse lado criativo, enfim. Foi uma coisa que eu sempre tive na cabeça. Inclusive ter alguma coisa relacionada à informática. Eu brincava com isso com meus primos. Minha brincadeira preferida era brincar de... meio que seria... era uma espécie de... não tem nem um nome para isso... a gente emulava alguma relação comercial, como se fosse uma cidade... cada um tinha um pequeno empreendimento e a gente ficava brincando disso. ”

Embora expresse algum nível de insatisfação para com a atividade que ele exerce atualmente, por não conseguir expandir a loja, não conseguir investir em outros empreendimentos, Juliano fala do empreendedorismo como fazendo parte de sua personalidade, como estando ligado ao seu modo de ver o mundo. Uma sociedade que ele fez com um funcionário, por exemplo, que não deu certo por questões de diferença de visão; ele fala que essas diferenças estavam embutidas no fato de ele ser o patrão, embora a sociedade fosse à parte da loja, sendo mais uma empresa de manutenção e assistência técnica, e a percepção de seus funcionários, no modo como eles sempre achavam que Juliano estava ganhando mais dinheiro. Como narrado, esse não sucesso da sociedade foi importante para os passos futuros dele. Desde a sua avaliação sobre o mercado até o modo como seu esforço é pensado em alguns casos.

Um desdobramento importante do empreendedorismo para Juliano: ele, em princípio, tem uma percepção individual do ato de empreender, na forma como empreendedorismo e escolhas individuais estão imbricadas. Desde a maneira como se pede ajuda, ao SEBRAE por exemplo, até ao modo como as decisões têm que passar por ele. Em

nenhum momento, pelo menos expressamente, foi colocada uma questão sobre equipe, sobre formação de um grupo para o crescimento da loja ou coisas assim, isso apareceu em outras entrevistas. Ainda associado a essa questão, Juliano fala de como a cultura da população é um entrave ao empreendedorismo. Ao falar de uma de suas funcionárias, em um contexto de aumento salarial, ele explica:

“ (...) eu cheguei a oferecer a uma funcionária minha o dobro do salário dela, para ela poder cursar uma faculdade, assumindo funções administrativas, o que era uma coisa bem simples, que ela praticamente já fazia, eu só queria que ela tivesse uma responsabilidade com aquilo, profissional mesmo, não fosse apenas uma ajuda, fosse um trabalho dela, e ela não quis. Não que ela não tenha quisto, de fato, mas eu falei, “ó, tu vais fazer isso, se tu fizeres isso, em um tempo aqui, eu vou colocar dessa forma na tua carteira e tal”. Para mim foi uma grande surpresa saber que as pessoas... as formas que elas ambicionam dinheiro, não eram da forma que eu esperava. Elas esperam de alguma outra forma que eu particularmente não consigo entender (...).”

Tudo isso, em termos de percepção, sintetiza o que Juliano pensa quando, explicitamente, expressa suas escolhas; desde aumentar o salário de uma funcionária, até não procurar consultoria, a questão é como ele entende que suas decisões foram decisões estritamente individuais, foram escolhas suas. Essas escolhas colocaram, a partir de alguns eventos na sua vida, uma sensação de mal planejamento, na fala de Juliano. Ele atrasou seu curso superior e não conseguiu desenvolver os projetos relacionados com a loja. De toda forma, essa sensação só aumentou, na percepção de Juliano, o seu gosto com o empreendedorismo, afetando diretamente sua satisfação, afinal de contas esse risco, essa aventura, talvez, “seja a parte mais interessante”. Aqui as entrevistas se cruzam. Praticamente todas elas.

Na definição de empreendedorismo, Juliano foi bem direto, empreendedorismo é gerar valor, seja ele moral ou financeiro. Primeiro ele relaciona o sucesso como a realização de algum projeto e, depois, com o modo como esse projeto realizado é reconhecido ou não. Para definir empreendedorismo, Juliano invoca esse elemento de geração de valor e elenca uma série de coisas que esse ponto pode acontecer. Sua referência ao bem comum se dá nesse momento, ao gerar valor, uma pessoa competiria de forma justa, não roubaria valor e, com isso, contribuiria para um certo desenvolvimento. O bom funcionamento do mercado, a justa competição, tudo isso estaria relacionado com essa dimensão da geração de valor.

Um último questionamento foi sobre a questão propriamente emocional, tal qual como Jordan, Juliano falou um pouco sobre a felicidade, só que dessa vez mais cético e circunstancial:

“Um sentimento, muito, muito, transitório, circunstancial, é uma coisa que é, você buscar isso é quase como buscar uma droga permanente. Então é impossível você estar o tempo inteiro feliz, então não é muito diferente, para mim, do que uma pessoa que busca um psicotrópico para passar o tempo inteiro com determinado sentimento. Eu não acho que... Eu não me vejo... claro que ninguém vai querer estar o tempo inteiro triste, não que seja qualquer definição de felicidade, mas essa dinâmica da existência da minha vida é de ter momentos de uma coisa e de outra, uma coisa não pode ser superior a outra. Excesso de felicidade pode causar uma certa demência e excesso de tristeza pode causar depressão. É basicamente uma dinâmica para acionar ao longo da vida: felicidade, tristeza, surpresa, sofrer, não é um objetivo”.

Em termos morais, a felicidade estaria mais associada ao elemento das emoções, como algo que vai e volta ao longo do dia, sem necessariamente

ser algo almejável. Enquanto Jordan associa satisfação felicidade e sucesso, Juliano os separa diretamente. A referência individual é bem mais preponderante e sua questão do bem comum só é perceptível a partir do momento em que o bom funcionamento desses mecanismos, dessas escolhas, é atingido a partir da geração de valor do empreendedorismo. Essa concepção já aponta para outros desdobramentos.

O empreendedorismo enquanto valor tem esse nível de multiplicidade? Existe um lado de lidar com empreendedorismo, fora do mundo das corporações e mais próximo de um aspecto de “comunidade”? Abelardo (29 anos) nos apresenta esse modelo. Seu empreendimento gira em torno de um espaço de *Coworking*⁶³, na cidade do Recife, que também funciona como uma rede de empreendedores individuais e coletivos que realizam várias atividades e trabalham com as mais variadas áreas. Ele lida diretamente com o espaço, um ambiente sem paredes fechadas e completamente aberto, no sentido de não ter restrições de circulação, pelo menos não em um primeiro momento, e as ações relacionadas a esse espaço – eventos, formações e coisas assim. A questão é que, em meio ao tipo de associação que as pessoas têm nessa rede, Abelardo sempre fala de uma comunidade, de um tratamento “humanizado”, onde o que importa é a pessoa por trás da empresa e não a empresa institucionalmente circunscrita.

O modo como Abelardo fala do surgimento dessa iniciativa carrega esse elemento de unir determinadas demandas em um mesmo espaço, para que essas demandas conversem entre si:

“(...) eu tinha identificado já que várias pessoas, que estavam tendo diversas iniciativas muito semelhantes, e muitas vezes elas eram complementares, mas elas

63 Como variação do *home office*, que é o modelo no qual as pessoas trabalham em casa e fazendo seus próprios horários, o *coworking* é o modelo que se trabalha compartilhando o mesmo espaço e os mesmos equipamentos, sem necessariamente ser de uma empresa ou promovido por uma. No caso, o próprio espaço de *coworking* de Abelardo é o seu empreendimento, pelo menos o mais importante.

estavam acontecendo de forma desconectada. Muitas dessas pessoas não se conheciam, não conversavam, elas não sabiam da existência de iniciativas semelhantes a delas; e o impacto que elas estavam causando era muito menor do que se elas estivessem acontecendo de forma colaborativa. Aliado a isso, a crescente demanda de empreendedores por espaços de trabalhos, também, que fossem em conta, que tivessem uma flexibilidade maior, que promovessem o encontro com outros empreendedores também, que eles pudessem, de fato, sentirem-se em casa e não estarem no meio corporativo, aqueles muros cinzentos, a burocracia, essa coisa toda (...).”

Dessa fala, também se percebe uma visão um pouco negativa sobre o meio empresarial mais “clássico”, sobre a forma de organização das grandes empresas. Esses pontos já mostram o tipo de percepção moral que Abelardo tem sobre o empreendedorismo, além de realçar o modo que essas percepções influenciam a compreensão de suas ações. Abelardo coloca o empreendedorismo, as atividades empreendedoras que ele defende, associado a *empresa com fins de propósito*, que basicamente ele coloca como o tipo de atividade que vai gerar algum impacto para a comunidade; essa seria a forma como se estruturou seu empreendimento e o modo como essa ideia tem afinidade com a formação da rede em comunidade.

Os membros, nesse sentido, têm um papel importante para Abelardo. Primeiro, eles selecionaram algumas pessoas que tinham o perfil parecido com os da empresa e, depois, começaram a espalhar essa formatação de rede. No final, o objetivo foi criar várias comunidades de empreendimento, em vários lugares de Recife, uma espécie de interligação de bairros. O sentido de bem comum para Abelardo está muito associado a essa dimensão da formação de comunidades e do modo como cada empreendimento faz referência a esse impacto. Em paralelo com Juliano, e o modo como ele entende o empreendedorismo como geração de valor, Abelardo coloca o valor associado ao impacto voltado para a comunidade. É importante ressaltar isso, enquanto em Juliano isso se

desdobra individualmente, em Abelardo esse desdobramento individual tem uma referência muito direta ao elemento moral presente na justificativa do bem comum, ao menos para sua definição de comunidade:

“(...) na verdade o futuro das “redes sociais” essa ideia de comunidades de interesse. Então, é muito mais fácil você trabalhar cercado de pessoas que pensam da mesma forma que você pensa, não no sentido de ter as mesmas opiniões, mas no sentido de compartilhar dos mesmos valores mesmo, então, assim. Você fica livre para compartilhar uma coisa, uma ideia nova que você tenha, para saber o *feedback* daquela pessoa sem o medo dela roubar sua ideia ou qualquer coisa parecida. Você tem a liberdade, a segurança de compartilhar uma angústia que você está tendo, uma dificuldade que você está tendo com um cliente, essas coisas todas. Com outros membros também, sabendo que eles não estão te julgando, pelo contrário, eles te ajudarão, te ajudar, com base nas experiências que eles tiveram e que foram semelhantes a que você está tendo nesse momento. Então, assim, a gente tem duas políticas aqui que são fundamentais, que assim, a gente chama de inegociáveis: a primeira é que a gente é um espaço livre de julgamento, onde a gente acredita e a gente entende que ninguém aqui está em posição de julgar absolutamente ninguém... desde os membros, até sócios, quem quer que seja. Então, a gente vive isso no dia a dia, a gente é um espaço livre de julgamento. O outro é de aceitação incondicional; para a gente não interessa que religião você acredita, classe social você é, time de futebol que você torce ou qualquer coisa parecida, se você está a fim, se você compartilha dos propósitos que a gente compartilha, você é bem-vindo dentro da comunidade e vamos fazer coisa bacana.”

E é nesse entendimento de “espaço livre de julgamento” que reside o elemento propriamente individual. O sentido de responsabilização, onde cada pessoa é responsável por seus atos tem grande peso. Tudo no espaço de *corworking* aponta para isso, desde o café que não tem caixa nem atendente – as pessoas é que pagam o próprio consumo – até o tipo de circulação, onde a manutenção é por conta de todos que frequentam o espaço. Isso implica também que, a competição, no seu sentido imediato, é entendida como secundária. Abelardo explica que, naquele espaço, todo mundo convive bem com essa ideia e que, em momento algum, houve problemas de competição e conflito. Essa explicação se justifica pelo fato de que o trabalho das pessoas “não é só um emprego, vamos dizer assim, é um estilo de vida... então isso impacta muito no resultado final do trabalho que elas fazem...”. Empreendedorismo como estilo de vida. Essa é uma conexão importante, que, de algum modo, começará a se repetir nas entrevistas.

Uma coisa que repercute na fala de Abelardo, mais para o final da entrevista, é o modo como ele associa esse estilo de vida, o trabalho que ele faz e como ele entende esse trabalho, à felicidade, e essa felicidade seria um “estado de espírito”; aí já existe uma grande diferença com o relato de Juliano e uma aproximação com o relato de Jordan. De toda forma, o bem comum, a partir desse sentido dado a ação que gera impacto e o elemento individual imbuído dessa dimensão de responsabilidade e estilo de vida, coloca o empreendedorismo, em termos morais, para Abelardo, como justificativa quase elementar para suas ações.

De ponto de vista lógico, os valores mobilizados nessas entrevistas estão conexos, mas têm alguns desdobramentos diferentes. Para falar em um *modelo de ação empreendedora*, esses valores precisam ser minimamente mais amplos. Gardênia (34 anos) aponta para outra direção ao lidar com seu empreendimento. Ela é dona de uma marca de bolsas que não são feitas com derivados de animais e que sua produção não deixa resíduos, ou, pelo menos, o faz em pequena escala. O lugar de trabalho dela é um espaço de *corworking*, onde se encontra também a loja da marca, e que as outras empresas que lá estão têm um perfil parecido. Essa preocupação com o tipo de produto, com a junção, no mesmo

espaço, de pessoas que tenham um perfil parecido já aponta para um entendimento moral mais amplo da atividade empreendedora. Por ser vegetariana, Gardênia “nunca achava bolsas legais, de outros tecidos, que não usassem produtos com origem animal, eu sou vegetariana, aí eu decidi fazer minhas próprias bolsas”.

Duas coisas são interessantes nessa entrevista. A primeira delas é essa percepção sobre a iniciativa, por não ter produtos no mercado que tivessem essa preocupação, ela começou a fazer os próprios produtos, o negócio foi crescendo, as outras pessoas foram gostando até que ela teve que contratar costureiros e costureiras e criar definitivamente a marca. Como impulso inicial, como esforço próprio. A segunda é que ela é formada em administração, sendo a primeira pessoa com formação superior que exerce a atividade empreendedora em consonância com sua formação nas entrevistas que realizei. A partir disso, ela fala que essa formação ajudou bastante, que foi na Universidade que ela entrou em contato com o empreendedorismo e coisas assim. A percepção que ela tem do mercado, da dinâmica de preços e das demandas está muito relacionada a isso.

O que aponta necessariamente para a dimensão do seu empreendimento é o tipo de valor mobilizado ao colocar dentro da casa, onde funciona o coworking, a loja da marca:

“(...) então, tem essa lógica geral do mercado, mas, aqui, para a gente, que é pequeno, que faz um produto diferente do de Shopping, que é mais exclusivo, que é todo feito a mão, que tem todo um carinho, que a pessoa chega, tipo é uma casa, é como se ela tivesse entrando na casa da gente, o cliente. Ele senta, ele conversa, essas coisas... então é outra história. Tipo, uma crise ela afeta menos a gente”

Essa dimensão do produto exclusivo, associado a criatividade da marca, também aponta para a forma como, individualmente, a mobilização para a construção da marca foi importante. Gardênia marca o

processo de transição de uma loja virtual para uma loja física, como maneira de mostrar como essa questão de ter uma loja é importante para o que ela pensa do negócio, além de entrar em contato direto com as pessoas que são suas clientes. Assim, o ponto propriamente individual que justifica essa ação é a iniciativa e o esforço de conseguir algo, de imprimir uma marca própria e consolidar essa marca. Muitas dessas percepções também vão em direção a um certo pioneirismo, ela entende que esse tipo de relação com o comércio, com os clientes, com o próprio estabelecimento foi uma conquista da marca e do modo como ela trabalha. Isso é interessante, enquanto perspectiva individual, Gardênia entende a conquista da loja como fruto de seus esforços, “depois que eu fui para o meio físico, aí era guerra, guerra, guerreou, tem que chamar o cliente para a porta, ele tem que vir e você meio que sobrevive disso”.

Existe, então, alguma referência mais direta ao bem comum que justifique esse engajamento dela? Essa referência se dá no modo como Gardênia mobiliza a ideia de Compra local⁶⁴, que justifica parte de suas escolhas e sua percepção sobre o futuro do negócio. Seus objetivos se concentram em aumentar a loja para que consiga tornar a produção um pouco mais dinâmica e abrir uma ou duas filiais. Ela não pensa em gerar um megaempreendimento, apenas em fortalecer seu tipo de atuação no mercado e consolidar a marca a partir dessa ideia mais geral.

É nesse sentido, também, que Gardênia pensa sua realização pessoal, essa perspectiva de expansão, esse modo de lidar com os negócios são as coisas “que instigam mais”. O interessante, e é um pouco triste que a entrevista não pôde, por questões diversas, desenvolver-se mais, é o modo como, mesmo sendo o foco inicial para ela, a perspectiva de crescimento faz diferença na hora em que ela pensa sua realização.

64 Basicamente, a ideia é que as pessoas possam comprar em estabelecimentos próximos das suas residências, no bairro ou no entorno. Esse movimento, que foi capitaneado pelo SEBRAE em 2015, tem como objetivo fortalecer os pequenos estabelecimentos comerciais e incentivar a compra consciente, embora não aborde diretamente isso.

Gardênia dá pistas para sua mobilização moral, do ponto de vista individual, a partir da ideia de que o esforço e a criatividade são gratificantes, reverberando diretamente no modo em que o crescimento entra na questão e, a partir de um elemento de bem comum mais geral, a fortificação da ideia de compra local e da relação com a compra consciente.

E como um grande empreendedor pensa essas questões? Dênis (34 anos) nos dá essa resposta, ao menos enquanto elemento inicial. Seu investimento é muito grande quando comparado à capacidade de investimento das pessoas entrevistadas anteriormente, ele começou a sua fala descrevendo seu negócio e o modo como ele pensou cada aspecto do investimento. Tecnicamente, foi uma apresentação do seu planejamento estratégico. Essa apresentação foi importante para situar, em termos gerais, o tamanho do negócio – uma cafeteria – e a maneira que Dênis o entende como parte constitutiva de sua vida profissional. A apresentação ficou no campo mais formal, mas os desdobramentos da entrevista, a partir disso, entraram no sentido mais pessoal que ele tem do negócio.

Já na apresentação, dentro dos quadros e tabelas sobre os valores e planos, a ideia que norteia o empreendimento é uma dimensão intimista na construção dos estabelecimentos – que foram planejados para serem quatro – onde o valor central é a personalidade, ou seja, um sentimento de exclusivismo. Quando Dênis fala da escolha dos locais, sua preocupação fundamental é, para além da questão comercial propriamente dita, criar um ambiente em torno do café que justifique a escolha desses pontos; “a dona da casa foi professora de piano durante muito tempo, foi uma das fundadoras do conservatório pernambucano”. A não ser a primeira loja que foi aberta em um Shopping na cidade de Vitória de Santo Antão, os planos de Dênis apontam para lojas de bairros. Essas preocupações dão pistas para o modo como ele mobiliza sua criatividade e a forma que associa isso a construção dos seus projetos. Seria uma questão moral, também? O que ele explica é que o custo para manter em um Shopping é muito alto e que a proposta da marca não é essa.

O interessante é que, ao falar dos detalhes do negócio, Dênis explorou como ele está em uma rede de consultorias e de empresas que

têm uma dimensão muito grande, ou seja, como esse empreendimento tem uma característica muito sintomática, é um empreendimento completamente profissional, desde a escolha do pessoal que trabalha nas lojas até o modo como essas lojas são pensadas. O ponto central na fala de Dênis é deixar juntos a criatividade e o planejamento especializado. Essa sua preocupação coloca o debate sobre empreendedorismo como valor, desenvolvido até o momento, em outros termos, no sentido de mostrar que esse empreendedorismo não pode ser pensado sem uma noção de sucesso, sedimentada em um ambiente racionalizado e com o mínimo de previsibilidade.

Ao entrar nos meandros do surgimento da ideia de abrir um negócio, de explicar o surgimento do empreendimento, e também lidando com sua trajetória, Dênis desloca o contraste com o planejamento, ao deixar claro, narrando seu surgimento, que a ideia foi espontânea e surgiu quase do nada:

“(...) eu nunca fui do ramo, nunca tive experiência e nem nunca fui empresário, minha vida foi toda do mercado financeiro, eu passei seis anos no banco, em um banco de investimento e... e aí foi meio que coincidência né... uma sócia, uma investidora, estava passando no Shopping e entrou lá para... “eu quero comprar uma loja”, e aí o pessoal disse “não, não é assim, ninguém compra uma loja em Shopping, tem que fazer um projeto, apresentar e ver se o projeto é viável para o Shopping e tal”. Aí ela não sabia o que iria montar... aí surgiu a ideia do café assim, que na Europa a gente toma um café de boa qualidade, o Brasil é o maior exportador do mundo e a gente não toma um café de boa qualidade... então surgiu na hora...”.

Esse elemento de espontaneidade foi importante por apontar a nova área de atuação de Dênis e o colocar em contato direto com o empreendedorismo. Sua trajetória, trabalhando com fundos de investimentos,

inserido completamente no mercado financeiro – Dênis é economista de formação –, o deixou com esse aspecto de planejamento mais consolidado, o empreendedorismo o lançou na espontaneidade. A forma como ele falou desses acontecimentos, assim como o momento de abandonar o trabalho com as finanças, apontam para essas duas dimensões. De um ponto de vista moral, esses aspectos, entendidos no campo da mobilização e a forma como essa mobilização é pensada pelas falas de Dênis, estão circunscrevendo sua perspectiva individual.

O momento em que isso se torna perceptível é quando Dênis fala de sua trajetória mais diretamente, de sua escolha por economia e sua inserção no mundo das finanças. Ter uma empresa nunca tinha sido algo que ele pensasse; “não, eu não amadureci a ideia, não era uma coisa que... eu queria ser CEO, queria ser presidente de alguma empresa, mas nunca da minha própria empresa”. Essa percepção mudou quando, a partir do momento em que ele tocou o negócio para a frente, os valores relacionados ao empreendedorismo, pelo menos enquanto forma de mobilização, entraram no seu ideário pessoal. Esses valores também implicam algumas dimensões emocionais importantes, no sentido de “você errar, acertar, você rever seus conceitos, rever suas atitudes... também quando dá certo de primeira é muito bom...”. As motivações emocionais, a forma como “não se aprende empreendedorismo” e como isso tudo é mediado pela rotina dos negócios, tudo isso aponta para a dimensão individual e como cada aspecto mobiliza a ação de Dênis, na verdade, como ele produz esse sentido para suas ações no ramo.

Tudo está associado a esses elementos. O modo como o lucro entra em segundo plano, ao menos na narrativa sobre a mobilização, a operacionalização dos riscos, e muitas outras coisas, dependem desse entendimento subjetivo da atividade empreendedora. Dênis articula mais diretamente esses aspectos por sempre ter trabalhado com investimentos, embora não empreendendo, “quem trabalha com investimento diz que o investimento é uma droga, o investimento é uma droga, aquilo emociona, aquilo dá empolgação, dá adrenalina”. Aqui, em termos morais, o entendimento sobre a referência ao bem comum que ficou

mais ou menos visível nas outras entrevistas, não aparece na fala de Dênis, seu ponto fundamental é o empreendedorismo e o modo como, a partir do trabalho e do esforço, essas coisas geram sucesso e felicidade, “fazer o bem e colocar seu plano em ação, corra atrás e trabalhe muito”. O bem comum como valor moral seria, então, o trabalho?

Maxuel (28 anos), tem algumas características bem parecidas com Dênis, ele também tem um negócio relativamente grande, uma loja com algumas franquias, e é sócio de uma agência de publicidade que faz trabalhos para internet. Na agência ele só cuida da parte funcional, relacionada com sua formação, que é de analista de sistemas. Já na loja, que é uma grande loja de informática que vende para varejo, ele é o dono e o gestor imediato, toda responsabilidade nas decisões é dele. As lojas são todas em Vitória de Santo Antão e prestam seus serviços na cidade e na região. A estruturação da loja se dá por uma continuação, o pai de Maxuel tinha uma papelaria e depois ele estendeu o negócio transformando essa papelaria e uma loja de serviços de informática.

Os elementos valorativos do empreendedorismo, na fala de Maxuel, no momento em que ele narra sua trajetória, já aparecem de forma clara; ele associa o empreendedorismo ao seu cotidiano mais remoto, da época em que era criança, também se referindo como uma vocação:

“(...) aí eu comecei, eu botei... eu lembro que eu fui morar em Manaus nessa época, meus pais se separaram e eu fui morar com minha mãe em Manaus, passei quatro anos lá. Eu lembro que na frente da minha casa tinha uma árvore e era uma rua de muito movimento e era também uma rua comercial e eu coloquei lá, na árvore, uma placa dizendo que fazia cartões, e aí o pessoal começou a fazer e é tanto que eu consegui pagar o computador só com o serviço, e aí eu já comecei a empreender daí, e aí eu já comecei a fazer... E aí eu parti para o lado do designer também. Mas eu gostava muito de internet e comecei a estudar...”

O ponto aqui é entender que essa percepção funciona como mote para que Maxuel possa enxergar não somente seus negócios, mas também como essa dimensão faz parte de sua vida, no sentido de ser algo natural para suas ações. Em termos de justificativas, pode-se até associar, individualmente, empreendedorismo e uma certa “personalidade” de Maxuel. Aqui, sua visão sobre o empreendedorismo parece com a que foi apresentada por Juliano, algumas entrevistas atrás. Ele sintetiza essa visão com uma frase: “Eu sempre fui um grande entusiasta, eu admiro muito quem empreende, eu gosto de empreender, gosto dessas coisas, procuro sempre estar fazendo algo de diferente”. Essa percepção desdobra em outra característica importante, Maxuel faz parte de movimentos associativistas, das câmaras de dirigentes lojistas e associações comerciais. Ele entende que esses esforços ajudam as pessoas, não só os empreendedores já consolidados, mas também os pequenos, as pessoas que estão começando. Para ele, ajudar a concretização dos projetos de outras pessoas faz parte da ação empreendedora.

Associação e equipe, essas são palavras que têm um sentido importante na fala de Maxuel. Ele coloca como a vida do empreendedor é inserida em seus negócios, como é difícil focar em outras coisas fora do empreendimento propriamente dito. Para que se possa manter a mente em sintonia com outros ramos, com outras lojas e donos, Maxuel acha muito importante que os movimentos associativistas façam esse papel, a relação entre empreendedores, inclusive garantindo a boa competição⁶⁵. Ele lida com as funções derivadas do empreendedorismo como responsabilidades do dono, do empreendedor propriamente dito “Você precisa ampliar seus horizontes, você precisa buscar novos negócios, atrair novos mercados, outros nichos, buscar as oportunidades, estudar as suas fraquezas... fazer todo esse levantamento... isso é o trabalho

65 Competição irá se mostrar uma categoria importante no confronto entre espírito empreendedor e modelo de ação empreendedora. No capítulo três voltarei a esses conteúdos mais específicos para entender os elementos mais amplos do empreendedorismo enquanto valor.

braçal do dono...”. Para que todas essas funções possam ser executadas, é necessária uma boa organização, nos movimentos associativistas, a montagem de uma boa equipe e, como função principal do dono, exercer um papel de liderança. Maxuel lida como a ação empreendedora não como uma questão coletiva, que depende de um bom conjunto, mas com a proatividade de cada membro, responsável por uma atividade. É nesse ponto que sua relação moral com o engajamento parte da noção de proatividade, da criatividade individual e da capacidade de liderança, elemento novo nas entrevistas realizadas até o momento.

Desde a ajuda ao SEBRAE, até o cuidado na montagem da equipe, Maxuel fala que isso tudo faz parte do empreendedorismo, que essas coisas são fundamentais para que o negócio dê certo e que não enfrente dificuldades. Ele também fala que é preciso ser criativo para superar as crises, que os negócios fecham muito mais por falta de informação e má execução do que o risco envolvido nesses mesmos projetos. Existe, nessa percepção, uma dimensão moral voltada para o planejamento, para a forma que a organização e a execução necessitam de um cuidado para darem certos. Para Maxuel, que nunca fechou um negócio, mesmo passando por crises e chegando próximo a isso, a informação evita esse tipo de problema. Não é a concorrência que faz isso, os fatores externos incidem, mas pouco, o que garante a sobrevivência de um negócio é o seu planejamento.

Puxando mais para a narrativa pessoal, Maxuel, mesmo não sendo “atolado de trabalho”, projeta o seu futuro para a sua empresa, para franqueá-la e pode acessar as ferramentas de gestão de qualquer lugar. Esse projeto coloca a relação dele com o trabalho de forma ambígua. Primeiro ele quer aumentar sua quantidade de trabalho, fazendo esse novo tipo de franquia, mas esse aumento vai funcionar como garantia de que ele pode trabalhar em qualquer lugar, criando um banco de dados móvel e utilizando os serviços de nuvem, mais tempo trabalhado, mais tempo livre, ou, pelo menos, potencialmente livre. Isso é sintomático que, ao ser perguntado sobre sua satisfação, Maxuel é categórico: “(...) eu não me vejo fazendo coisas diferentes. Eu acho que está no meu sangue mesmo, empreender...”. Os mesmos critérios e valores são aplicados ao problema da felicidade:

“(...) eu não sou escravo do meu trabalho, eu não sou escravo, eu tenho um perfil autogerenciado. O autogerenciado é um perfil que, para mim, é de extrema importância para minha vida pessoal. O fato de eu ter uma liberdade de construir isso para que eu possa... eu sou extremamente avesso à rotina, então isso é perfil... Então, se eu consigo fazer o que eu gosto, que é empreender, é vender, dentro de uma atmosfera onde eu não tenha uma rotina, então eu estou satisfeito e eu vou trabalhar cada vez mais para que o meu negócio prospere dentro dessa é... da minha realidade do que eu acho que é importante para minha felicidade né?”

Na parte final do seu relato, Maxuel associa felicidade, trabalho e geração de empregos como partes constitutivas do mesmo aspecto moral, no sentido de fazer referência a eles para justificar determinadas escolhas. Assim como Dênis, Maxuel entende que a questão individual do empreendedorismo é a capacidade de mobilização da criatividade, da aventura e de uma certa emoção. O que sua entrevista deixou mais claro foi esse aspecto do trabalho como garantia moral do bem comum, de juntar o esforço individual com uma preocupação de fazer a coisa certa para outras pessoas.

Esses valores que apareceram até o momento, também mobilizam pessoas que estão começando a empreender? Aparentemente, esse é o caso de Lucas (30 anos), que é bancário de carreira de um banco público e está começando a montar um empreendimento, a partir da contratação de uma franquia. Lucas tirou licença interesse⁶⁶ depois de sete anos consecutivos trabalhando no banco, onde teve uma carreira

66 Licença para tratar de interesses pessoais é um recurso previsto na administração pública no qual o servidor pode se afastar de suas funções por até dois anos consecutivos, sem direito a remuneração. Os procedimentos e prazos dependem do órgão ao qual o servidor é vinculado. Sua fundamentação se encontra no Art. 93 da Lei complementar nº 5.810/94.

progressiva e assumindo vários cargos. É interessante ressaltar que essa entrevista foi a mais longa, cerca de uma hora e vinte minutos, e que as respostas foram as mais pessoais, ou seja, as respostas mobilizaram diversos elementos da vida pessoal de Lucas e que suas concepções e expectativas foram fundamentalmente voltadas para isso. Em contraste com Maxuel, Lucas começa mobilizando valor pela sua vida pessoal e esse valor vai em direção ao trabalho. Nesse sentido, com o decorrer da narração, ele justifica sua inserção nos negócios pelo fato de estar preocupado com questões mais específicas, sua saúde, por exemplo.

Lucas tem uma trajetória bem específica, ao menos pelo modo como ele a narrou. Ele gostava muito da língua inglesa, desde pequeno, pelo fato de sempre jogar videogame e começar a aprender a língua por aí. Depois foi estudar em uma escola de línguas e gostou bastante tanto do aprendizado mais sistemático como da atividade de ensinar. Com isso, Lucas fez letras e foi se direcionando mais para a licenciatura. Nesse meio tempo, entre o término do ensino médio e o começo da faculdade de letras, ele fez um concurso e, em 2007, foi chamado para assumir, já com o curso no começo. Lucas sempre se imaginou como pesquisador, sempre se imaginou participando de eventos acadêmicos e teve experiências com iniciação científica. Com a chamada do banco, seus desejos para a vida mudaram completamente, “eu gostava assim, de convencer que eu estava certo, escrever um livro, alguma coisa assim. Mas fui chamado para o banco, assim, acidentalmente, e mudou completamente o que eu quis fazer...”.

Os procedimentos do banco, as possibilidades de ascensão, as funções, tudo isso foi mexendo com Lucas e o colocando mais em direção da carreira bancária. De uma certa forma, ele gostou bastante da rotina bancária e se identificou com as funções de lá. As funções que envolvem o contato direto com o público, a gerência pessoal, os atendimentos das audiências nas agências, são as atividades que Lucas mais gostou no banco. Seu principal problema, dentro do leque de possibilidades de atuação, é a venda de produtos bancários. Lucas não gosta dessa função porque envolve a venda de coisas que oneram bastante quem as contrata e só fazem aumentar a “lucrabilidade” dos bancos; ele

não tem problema com a “lucrabilidade” do banco em si, seu problema é com o tipo de produto e o custo que esses produtos são passados para o consumidor, ao cliente, no jargão bancário.

Depois de uma longa fala sobre as questões bancárias propriamente ditas, Lucas começa a se indagar sobre o papel dos bancos, começa a pensar a função dos bancos e sua relação com os clientes. Ele vai refletir sobre o modo como, a partir dos empréstimos, dos financiamentos, os bancos podem promover uma diminuição das desigualdades, no sentido em que os empréstimos podem virar investimentos e critérios para os empreendimentos. Essa questão é muito importante para Lucas, apontando para uma preocupação dele com “autonomia das pessoas”. Ele falou sobre como as taxas de juros são um empecilho e como a lógica das dívidas impede a efetivação dessa função. Lucas pinta todo um quadro político sobre os bancos e os modos como, desde o não incentivo ao empreendedorismo nos seus funcionários, até a forma como os produtos bancários são pensados, esse setor é muito forte, além de ser muito beneficiado. Esse é um dos motivos para que Lucas comece a empreender. Ele tirou licença sem vencimento para poder, com sua companheira, contratar uma franquia e investir com mais eficácia o seu dinheiro. A ideia inicial é fazer os rendimentos girarem, ganhando mais e se afastar um pouco da rotina dos bancos. Pela primeira vez no meio das entrevistas, o empreendedorismo aqui entra com um elemento funcional, servindo para a mudança em algum aspecto direto da vida de quem fala sobre ele. Lucas tem o empreendedorismo como elemento de mudança, como oportunidade, mesmo para pessoas pobres, de uma mudança social efetiva. Do ponto de vista valorativo, ele fala diretamente nesse elemento de mudança do empreendedorismo, como a atividade empreendedora é importante para a promoção da autonomia e da criatividade. A mobilização dessa ideia de bem comum se coloca nesse momento, o bem comum, para Lucas, é o modo como todo mundo tem condições de empreender.

Por não ser empreendedor de “nascimento”, como outras pessoas colocaram, Lucas tem um nível de reflexão muito mais procedimental sobre sua trajetória e o modo como ele e sua companheira chegaram ao

entendimento de exercer o empreendedorismo. E é nesse ponto onde, do ponde vista moral, Lucas aciona um argumento de mobilização individual, ao colocar eventos específicos de sua vida, dois falecimentos e problemas de saúde, ele entende o empreendedorismo como possibilidade de mudar sua vida, não no sentido econômico, mas sim como possibilidade de aumentar sua felicidade pessoal, sua qualidade de vida e seus planos futuros. Lucas coloca empreendedorismo, autonomia e Felicidade como sendo coisas iguais, como sendo caminhos fundamentais para o indivíduo, sim, ele falou a palavra indivíduo. Para sintetizar essa percepção valorativa, Lucas fala que, a felicidade é a possibilidade de exercer a liberdade, fazer o que a pessoa quiser desde que não prejudique ninguém.

Outra pessoa que tem uma percepção muito parecida é o estudante, em processo de conclusão de curso, de economia, Marcos (26 anos). Cursando o sétimo período de economia em uma Universidade Federal, Marcos também tem uma trajetória que, aos poucos, foi se encontrando com o empreendedorismo. No momento da entrevista, que aconteceu na Universidade, ele estava estagiando no SEBRAE na função de consultor, estava envolvido com a organização de uma empresa júnior no curso e tinha realizado alguns projetos em uma comunidade na cidade de Olinda. O trabalho nessa comunidade era de revitalização da área a partir de atividades empreendedoras, sejam elas relacionadas ao comércio sejam em oficinas e coisas desse tipo. Marcos coloca o empreendedorismo como peça fundamental para que as pessoas possam assumir suas responsabilidades e que possam, a partir da criatividade, exercer funções que contribuem para essa mesma autonomia. Sua função no SEBRAE é lidar com consultorias para pequenos empreendedores em áreas humildes e, nas palavras dele, “é um grande desafio, visto que nós (o SEBRAE) é que vamos atrás dessas pessoas”.

Marcos coloca essa experiência como sendo algo muito importante. O contato com essas pessoas, a forma que ele precisa entender o modo que a pessoa vê seu negócio e prestar o serviço de consultoria são dimensões que precisam ser bem mediadas. Nesse serviço, ele fala que sua gratificação maior é ver como os pequenos empresários constroem seu negócio sem muita informação e, quando a consultoria é

bem-sucedida, eles podem expandir não só a percepção sobre o negócio como também o próprio negócio.

Com relação à empresa júnior⁶⁷, Marcos se foca, na sua fala, muito mais na dimensão processual da construção do projeto. Como a empresa ainda não conseguiu se consolidar institucionalmente, sua percepção sobre ela ainda é mediada pela sensação de que, mesmo com inúmeras dificuldades, esse caminho é muito viável. Ele coloca como peça fundamental no desenvolvimento dos cursos na Universidade, do curso de economia em especial, pela característica mais elementar da empresa júnior: a promoção do empreendedorismo. O ponto alto da reflexão de Marcos é quando ele coloca a relação das outras pessoas do curso com a criação da empresa e a dificuldade em “fazê-las entender o propósito”. Desse entendimento, Marcos vislumbra a possibilidade de um maior engajamento por parte das pessoas no projeto e como uma possibilidade muito grande essa concretização.

Ao narrar sua trajetória, ao falar do modo como entrou no curso e do momento em que se descobriu envolvido com a atividade empreendedora, Marcos mobiliza uma série de valores que colocam o empreendedorismo como liberdade; argumentos e sentidos que entendem que o problema da desigualdade só pode ser contornado via empreendedorismo. A fala dele parece colocar em cena uma série de percepções sobre o empreendedorismo que apareceram antes, seja no momento em que justifica a ação empreendedora via desenvolvimento individual, o empreendedorismo como podendo a ajudar as pessoas a desenvolverem seus talentos e coisas assim, seja no entendimento de que, diante de sua trajetória, a questão de empreender se tornou fundamental.

67 Existe uma federação nacional das empresas juniores, onde seus membros são denominados empresários juniores. Um dos valores em destaque é a postura empreendedora: “Para formar empreendedores no MEJ é necessário que sejamos empreendedores. Inconformismo, visão para oportunidades, pensamento inovador e capacidade de realização são características que nos definem”. É interessante como essa dimensão das empresas juniores ganhou um elemento de movimento, no sentido de existirem de federações e uma associação nacional. Ver: <http://brasiljunior.org.br/>.

Karla (36 anos), professora de uma faculdade onde ministra a disciplina de empreendedorismo, além de exercer a atividade empreendedora com sua empresa, fala algo parecido. Ela lida com alunos da pós-graduação em empreendedorismo de uma das faculdades do sistema “S”. O que a aproxima bastante das percepções de Marcos é fato de ela também pensar o elemento empreendedor dentro de uma inserção acadêmica. Por estarem envolvidos mais diretamente nas atividades de ensino, tanto Karla quanto Marcos lidam com o empreendedorismo como um procedimento técnico imediato, depois por uma questão de perfil; é necessário ter um “perfil empreendedor” para que os projetos avancem. E duas coisas são importantes para serem destacadas, recuperando um pouco as entrevistas anteriores: (I) nessas duas falas, o empreendedorismo pode ser ensinado, no sentido de ser estimulado por alguém que medeia – em contraste, Dênis afirma que o empreendedorismo não pode ser ensinado e Maxuel acha os procedimentos de ensino muito “teóricos”; (II) o empreendedorismo tem que gerar algum impacto imediato, ele tem que ajudar alguém, nem que seja quem empreende.

Com relação a sua trajetória, Karla afirma que sempre empreendeu, que sempre esteve envolvida com alguma atividade dentro do empreendedorismo e, por essa relação, foi chamada para ensinar e ministrar essas disciplinas. Ela ainda teve uma passagem na gestão pública para montar um projeto que incentivava pessoas a empreender. Karla é formada em administração e, na sua fala, foi “quem incentivou o curso de administração da UFPE a adotar uma postura mais empreendedora”. De uma forma geral, ela entende que esse perfil empreendedor para os cursos de administração é um perfil fundamental, tirando o foco da gerência empresarial e do trabalho técnico imediato. Ela tem uma empresa que trabalha com *Marketing* e que realiza projetos por toda a cidade do Recife. Sua visão do empreendedorismo, seja nas atividades empreendedoras em si ou nas aulas que ministra, está muito associada a esse elemento mais individual, ou seja, de “perfil”. Cada pessoa tem um perfil específico que pode ou não ser compatível com a ação empreendedora, sua função na sala de aula é justamente potencializar esses perfis e aproximá-los dos projetos.

Duas noções se destacaram na sua fala, e são essas as noções que ganham um conteúdo moral mais claro. A noção de perfil, que a ponta para a mobilização individual – em consonância com outras entrevistas, o elemento da criatividade, da capacidade pró-ativa é central – e noção de projeto, o empreendimento em si – que na sua fala precisa estar relacionado com algum impacto, alguma característica de mudança na vida das pessoas –, pelo modo como ela narra, esse é o aspecto do bem comum. “Se um projeto não for para gerar impacto na vida das pessoas, nem me chame”. Como fechamento desse ciclo de entrevistas, Karla coloca o empreendedorismo, em termos valorativos, como um elemento em disputa que, de alguma forma, tem vinculações diretas com o contexto social em que está inserido. Não foi raro escutar a frase, em algumas entrevistas, “o que o Brasil precisa é de empreendedorismo” e, mais explicitamente Lucas, “eu acho que tem espaço para todo mundo empreender”. Pode-se então falar em *modelo de ação empreendedora* em termos de uma construção analítica?

O modelo de ação empreendedora, como construção ideal típica, evidencia a mobilização da criatividade como critério das justificativas das ações das pessoas. O conteúdo desse ponto varia de acordo com o grau de inserção no meio empreendedor e o modo como outro tipo de percepção entra como justificativa: o ideal do bem comum. Aqui, sem fazer referência às instâncias coletivas imediatas, esse elemento do bem comum se relaciona com a maneira que o empreendedorismo é percebido dentro de um contexto de mudança, ou seja, o empreendedorismo como critério de mudança social, seja na sua dimensão de trabalho ou no modo como outros aspectos podem ser associados, o impacto de um produto, por exemplo. Pode-se dizer que, a partir de sua relação com o espírito empreendedor, a percepção do empreendedorismo tem uma dimensão organizativa, ou seja, faz parte de uma compreensão mais ampla sobre projetos de sociedade, ou projetos de vida em relação à sociedade. Mas qual seria, então, em termos morais, a relação entre espírito empreendedor e modelo de ação empreendedora?

CAPÍTULO 3

Espírito e ação: ensejos de uma inscrição moral

Falar de um sentido moral para o empreendedorismo, na forma como as pessoas pensam e lidam com suas ações, é tentar elencar os valores presentes em uma configuração ideológica específica do capitalismo contemporâneo (o espírito empreendedor) e o modo como esses valores são pensados, ou não, a partir do momento em que as pessoas nararam seus atos e atividades (modelo de ação empreendedora).

A caracterização do espírito empreendedor, como recurso analítico, que aponta para uma abordagem desses valores, foi o objetivo do capítulo um. Com relação ao modelo de ação empreendedora, a imersão propriamente subjetiva para o empreendedorismo, ou seja, seu sentido, o capítulo dois teve como função a descrição mais ou menos densa das entrevistas, o momento mesmo onde as pessoas puderam falar de suas concepções sobre o empreendedorismo e seus empreendimentos.

O contexto moral, que a essa altura já pode ser entendido como um contexto de caráter hegemônico, no sentido de selecionar determinados valores e os apreciar de determinadas maneiras, está caracterizado por um tipo de literatura muito específica, a literatura produzida nas Universidades. Em um primeiro momento, essa escolha pode parecer excludente e mais limitada do que efetivamente se presumiu. O ponto fundamental, inclusive para justificar não só o número de trabalhos escolhidos, mas também as próprias escolhas, é entender que, quando se fala em configuração moral ampla, ou mesmo se tenta elencar alguns elementos de análise para ela, fala-se também no modo como essa

configuração se consolida, principalmente quando essa configuração moral passa a ser objeto de pesquisa nas Universidades.

Como característica ampla, os trabalhos apresentados têm, direta ou indiretamente, uma preocupação normativa, ou seja, exploram casos que podem servir como exemplos gerenciais. O recorte temporal, começo dos anos 2000 em diante, corresponde com a idade média das pessoas selecionadas para as entrevistas, ou seja, ambas as seleções acompanham a consolidação do empreendedorismo como modelo, como espírito⁶⁸.

No caso das entrevistas, essas sim, mais consolidadas enquanto justificativa das escolhas, o objetivo descritivo do capítulo dois foi seguir os pressupostos mais básicos da entrevista narrativa de que fala Jean-Claude Kaufmann. A reconstrução da narrativa a partir de uma linha lógica apresentada pela pessoa entrevistada é fundamental para que os sentidos das ações possam ser desenvolvidos e bastante explorados. O que efetivamente foi tomado como preocupação, muito mais do que a regularidade dos temas e das falas, foi a diversidade dos aspectos valorativos, ou seja, o modo como esses aspectos reverberam em dimensões morais amplas. Vale lembrar, contornando a ordem da escrita dos capítulos, as entrevistas foram as primeiras fontes de construção dos dados, isso significa que a própria seleção dos textos especializados dependeu dos elementos apreciados nas entrevistas.

Ainda associado ao elemento das entrevistas, existe também a dimensão da fala e a importância do sentido atribuído pela narrativa. Como desdobramento de alguns argumentos, também desenvolvidos no capítulo dois, a fala, enquanto instância de exterioridade do sentido

68 Boltanski e Chiapello, na justificativa da seleção dos textos em gestão empresarial para a consolidação de um terceiro espírito do capitalismo, cerca de 120 divididos em dois *corpora*, apontam para a importância desse tipo de seleção e para o modo como esses textos incidem, sim, em referências morais mais claras para as pessoas, no caso os executivos (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009: 83-84). Como exemplo, e também como uma espécie de lição, esse modelo de seleção ajuda a entender como os textos especializados, que lidam com um tema com algum objetivo aparente, mobilizam valores gerais que podem ser traduzidos como ações.

moral, foi apreciada como o momento de atribuição das avaliações fortes das quais fala Charles Taylor. Nesse sentido, o lugar da narrativa, independentemente do tema dessa narrativa, é o momento de reflexão mais imediato sobre as ações e sobre os valores que fundamentam essas ações. Talvez essa seja, assim, a dimensão mais específica que complementa, ou então contorne, o problema geral de lidar com o referencial da sociologia pragmática francesa.

Em ambos os momentos, a questão fundamental foi tentar montar um terreno descritivo para que, dentro do referencial adotado, a sociologia pragmática francesa, a análise pudesse se concentrar na associação entre valor e sentido e no modo como cada valor é mobilizado pelas pessoas. Como, então, elencar um conjunto de possibilidades valorativas para o empreendedorismo? Recuperar o argumento das *cités* é um bom caminho.

Como argumentado anteriormente, o modelo das *cités* é o recurso mobilizado, principalmente, por Boltanski e Thévenot, para a relação entre as configurações morais mais amplas e o tipo de valor que as pessoas mobilizam ao entrarem em uma ação específica, ou mesmo romper com uma ação existente. Em *De la justification*, os autores desenvolveram amplamente o modelo e seus seis desdobramentos, cada um deles fazendo referência a valores específicos. Os valores de cada um dos domínios das *cités* são relacionáveis, ou seja, como recurso analítico, são tipos ideais que dialogam entre si na tentativa de caracterização de cada justificativa apresentada, ou a possibilidade de justificativa, pelas pessoas. O modelo é útil para relacionar os aspectos morais mais gerais e a forma como esses aspectos influenciam o sentido das ações. Como elemento de análise, a *cité* ajudará na formulação dos ensejos valorativos do empreendedorismo. Mais uma vez, pelo caráter limitado da pesquisa e pelo pouco espaço presente em uma dissertação, o ponto aqui é apresentar os aspectos do sentido que possam ser investigados, e não seu diagnóstico amplo e geral.

Mas qual seria, então, a *cité* que estaria presente no espírito empreendedor e no modelo de ação empreendedora? Como mostram Boltanski e Chiapello (2009), a *cité* mais precisa seria a *cité* por

projetos⁶⁹. Para a formação dos valores por projetos, ou seja, do conjunto de justificativas morais mais amplo, derivadas dos projetos, Boltanski e Chiapello se concentram no fato de que, nos anos de 1990, existe uma multiplicidade de projetos e as pessoas, em termos de sua mobilização subjetiva, derivam seu engajamento dessa mesma multiplicidade (Ibid.: 121). A palavra da vez, portanto, dentro do contexto amplo de reconfiguração do modelo de empresa e da demanda de empregos por parte das grandes corporações, é a flexibilidade, ou seja, é a possibilidade de adaptação e da capacidade de assumir riscos. O tipo de demanda que, nos anos 1960, apontava para um engajamento dos executivos, nos anos 1990 aponta para um engajamento geral, inclusive dos empregados de cargos hierarquicamente menores (Ibid.: 122). Com o foco nos novos tipos de gestão empresarial nas grandes empresas, Boltanski e Chiapello mostram como essa valorização acaba se tornando geral, acaba virando uma questão empreendedora⁷⁰.

O que toda essa descrição, então, ajuda na compreensão da *cité* por projetos? O primeiro ponto    que, dentro do argumento empírico, a descri  o dessas transforma  es aponta também para uma transforma  o valorativa e um modo de imersão subjetiva que coloca outras questões no que tange o sentido de cada a  o para as pessoas. Assim, o aspecto fundamental dessa, digamos, “virada valorativa”, é o tipo de engajamento a partir da no  o de *projeto*. O significado, portanto, aponta para uma compreensão específica que as pessoas podem ter de suas trajetórias.

69 Na tradu  o de Ivone C. Benedetti, o termo *cité* foi traduzido para cidade, que    uma tradu  o possível. Para seguir o argumento do capítulo um, vou manter a palavra em francês para não misturar os aspectos apresentados.

70 Dois outros trabalhos podem ilustrar essa nova configura  o do ideário empresarial em rela  o ao empreendedorismo. A primeira delas, já comentada anteriormente,    a de Alain Ehrenberg (2010), na qual a chamada aventura empreendedora toma conta da empresa e essa mesma empresa empreendedora se torna um modelo social geral. A segunda delas    do próprio Boltanski, *Les cadres: la formation d'une groupe social* (1999), na qual o autor lida com processo de transforma  o valorativa que circunda os novos executivos e as transforma  es nas suas concep  es sobre o que    a própria empresa.

Em termos estruturais, Boltanski e Chiapello, na tentativa de mapear os valores presentes na nova configuração dos anos de 1990, apontam para uma relação relativamente mais próxima entre o tipo de percepção que as pessoas têm, pelo menos no meio gerencial e no mundo das empresas, com o liberalismo, na verdade com o neoliberalismo enquanto instância valorativa (Ibid.: 123). Esse diagnóstico é importante por colocar em evidência o tipo de demanda que é relacionada ao modelo gerencial, de empresa, dos anos de 1990. Dessa forma, os projetos incidem não só nos gerentes, como era comum nos anos de 1960, mas também em todo corpo de funcionários; todos são colaboradores (Ibid.: 125). E o aspecto fundamental da noção de projeto – que apareceu fortemente no argumento de Gilberto Velho apresentado no capítulo anterior – é a possibilidade de engajamento individual em termos subjetivos, ou seja, a produção de um sentido ao se integrar com uma atividade. É o que argumenta, por exemplo, Alain Ehrenberg ao falar de como o empreendedorismo virou uma espécie de norma de conduta das ações no capitalismo contemporâneo⁷¹.

O livro *O homem de negócios contemporâneo*, de Márcio Sá (2011), explora as características do engajamento, no empreendedorismo, a partir de uma noção de projeto. Seu argumento se concentra em vários estudos de trajetórias de médios e pequenos empreendedores nos quais, depois de uma grande revisão de literatura sobre empreendedorismo e análise do empreendedorismo como problema de investigação, o autor aponta certa convergência para a dimensão criativa das ações e para o modo como essas ações se localizam em um contexto onde o empreendedorismo é uma espécie de lugar comum nos negócios (SÁ,

⁷¹ No capítulo anterior, explorei um pouco essa pesquisa do autor onde o foco é o modo como, no empreendedorismo, as ações são direcionadas para o risco e a superação, seria uma espécie de heroísmo empreendedor. O ponto central é que, enquanto Boltanski & Chiapello lidam com as mudanças no modelo gerencial das empresas, na maneira como as próprias empresas se organizam e precisam ser organizadas, Ehrenberg, coloca seu foco no valor empreendedor em si, no que está em jogo ao se falar em empreendedorismo.

2011: 98-99). A questão central, portanto, é mostrar como a ação direcionada ao empreendedorismo tem várias nuances e aspectos, além de mobilizar uma série de valores que precisam ser elencados, e esse é o ponto fundamental para a operacionalização da *cité* por projetos, os valores que mobilizam no empreendedorismo, fundamentalmente, em termos analíticos, dentro de um espírito empreendedor que demanda uma modelo de a  o empreendedora.

E como entender o modelo de *cit  * por projetos? Como questão analítica, sendo adaptada ao problema aqui investigado⁷², a *cité* por projetos será interpretada como o regime valorativo em que, a partir da no  o de projeto, o espírito empreendedor e sua demanda por um modelo de a  o empreendedora serão analisados dentro dos valores que circundam o empreendedorismo, dentre eles, a liberdade/autonomia, criatividade/ino va  o e crescimento/emo  o. Os aspectos apresentados, portanto, precisam estar associados, em termos morais, aos ideais de bem comum e progresso individual.

3.1 O conteúdo do espírito empreendedor: autonomia, inova  o e progresso

Um conjunto múltiplo de valores faz parte da caracteriza  o de espírito empreendedor que venho desenvolvendo até então. Os valores que podem ajudar na análise da forma  o de um espírito empreender na sua dimensão moral mais ampla, por se repetirem na literatura especializada

⁷² A *cité* por projetos está completamente vinculada à análise do terceiro espírito do capitalismo no argumento de Boltanski e Chiapello, o que geraria um problema ao us  -lo em uma pesquisa de caráter tão limitado. O importante, para que faça sentido sua aplica  o enquanto modelo analítico, é o modo como os valores ligados aos projetos, os elementos do espírito empreendedor, demandam um engajamento individual específico, o modelo de a  o empreendedora, em termos de justifica  o do bem comum e do progresso individual. A rela  o entre espírito empreendedor e modelo de a  o empreendedora, conseqüentemente, entre bem comum e progresso individual serão os pontos centrais da análise.

e nos demais registro da cultura, são os de autonomia, inovação e progresso. Aqui, portanto, será desenvolvida uma análise da formação de uma *cité* por projetos de caráter mitigado, ou seja, será apontada muito mais uma tendência, ou caminho possível, do que necessariamente um diagnóstico preciso e abrangente.

3.1.1 A autonomia

Existiria, na literatura acadêmica especializada – teses e dissertações – uma definição específica de autonomia em relação ao empreendedorismo? Andrade Filho (2000: 17-18), ao explorar as teorias psicológicas sobre os valores para que as pessoas possam abrir seus próprios negócios, “autonomia”, “independência” e “liberdade” aparecem como centrais, superando em importância o ganho financeiro. Isso também se confirma quando o autor argumenta, a partir de outros trabalhos, que o perfil empreendedor também é pautado por essas quest   es (Ibid.: 20). Uma definição de autonomia também aparece claramente no trabalho de Bueno (2005: 130), no qual a dimensão do empreendedorismo, associada    uma reflexão sobre o aparato marxista,    que pode ajudar na superação do estado de alienação do trabalho; alienação do trabalhador.

A autonomia, portanto, é a garantia mais ampla de liberdade e de possibilidade da consolidação das capacidades individuais. Os dois trabalhos fazem essa passagem da autonomia para a independ  ncia⁷³

73 Como visto anteriormente, em termos filosóficos, a distinção entre autonomia e independência, também diz respeito ao debate sobre a distinção entre sujeito e indivíduo. Em uma outra obra de Renault, com foco exclusivamente no problema do indivíduo, o autor mostra como, enquanto estruturas valorativas, as distinções são necessárias para mostrar como, em algum grau, determinadas práticas mobilizam valores que sinalizam para essas noções, a própria percepção de si deriva, em maior ou menor peso, da compreensão dos aspectos (RENAULT, 1998: 25-38). A associação entre autonomia, independência e liberdade como sendo parte de uma mesma dimensão, a empreendedora, já pode sinalizar um outro tipo de concepção sobre as noções de indivíduo e sujeito.

como critério de liberdade, passagem essa que marca, possivelmente, a associação entre empreendedorismo e indivíduo.

Mesmo de uma perspectiva mais crítica, Coan (2011: 97-115), a partir da literatura mesma que versa sobre o empreendedorismo, coloca a autonomia e independência como aspectos não só da autorrealização individual, mas também da própria noção de liberdade enquanto um valor. A questão para o autor, preocupado com as implicações de uma educação empreendedora, é que o conjunto de aspectos que envolvem o empreendedorismo está voltado para o modo como essa noção ampla de autonomia/independência se torna fundante. Karam (2014: 120-122), ao falar das inovações sociais e sua contribuição para a reformulação dos modelos de gestão, lida, diretamente, com o calor de autonomia como a possibilidade de tomar as próprias decisões e como elemento característico do tipo empreendedor enquanto demanda para o ingresso em uma ação específica. Como o autor trabalha com o exemplo da inovação social, o engajamento em uma atividade empreendedora é condicionado pela busca de mais autonomia. No trabalho em questão, independência e autonomia estão mais separadas, no sentido de apontar para a inovação (autonomia) e a outra apontar para a não dependência de nenhum fator externo (Independência). Assim, a relação entre autonomia e liberdade ganha outros contornos, mais operacionais digamos assim.

Em termos mais cognitivos, Barlach (2009: 161) lida com autonomia associada ao processo criativo e à possibilidade de tocar o empreendimento próprio. Assim, a autonomia assume uma característica fundamental, ela é o que vai garantir não só o empreendimento, mas também é o suprasumo da inovação. No fundo, a autonomia é também autonomia do processo criativo como um todo. Em Pereira (2001: 60), o ideal de autonomia atinge um aspecto normativo mais forte, sendo, em princípio, separado da dimensão da liberdade propriamente dita, a autonomia aparece como um rompimento dos vínculos que poderiam entrar o desenvolvimento do empreendedorismo e que poderiam acabar com a disseminação do espírito empreendedor. É interessante como a autora explora algumas teorias políticas com o objetivo de marcar o terreno da autonomia como garantia de liberdade, e não necessariamente

sendo a liberdade. A autonomia, como característica externa, geraria a liberdade (Ibid.: 61-65). O que significa, então, separar autonomia e liberdade? Significa, em parte, entender o ideal de autonomia como constitutivo de uma determinada demanda, a possibilidade de exercer uma atividade empreendedora a partir do próprio esforço e colocar a liberdade, do outro lado, como terreno mais amplo para essa autonomia.

Azevedo (2015: 111), mudando um pouco o foco, pensa o ideal de autonomia dentro das questões referentes ao empreendedorismo social. Assim, com a clara preocupação em lidar com o modo como a empresa social também ganha características de gestão forte, a autonomia recebe uma conotação “jurídica” forte, ou seja, ele é o terreno institucional basilar para a gestão social. É interessante como a dimensão da independência enquanto valor já não aparece diretamente no trabalho. Em Cotrim (2010: 48-49), independência e autonomia não têm nenhuma menção direta, por palavra mesmo. O aspecto central, para ele, é a formação da noção de oportunidades empreendedoras e, com isso, a junção de várias características que o empreendedor precisa adquirir. E é pela ideia de oportunidade, seja ela criada ou aproveitada, que se concentram as questões sobre criatividade, capacidade decisória e liderança, aspecto que, indiretamente apontam para a autonomia. Aqui a questão fundamental, tanto em Cotrim como em Azevedo, foi explorar um elemento da autonomia que a coloque mais no campo da empresa, como demanda organizativa, ou seja, como questão formal ou como elemento criativo.

No trabalho de Melo (2008), sobre a formação do SEBRAE, a questão do empreendedorismo, que também não toca diretamente nos termos autonomia e independência como características, foca na maneira como formação, trajetória e fomento são importantes para um espírito empreendedor, e que a dimensão do risco, que condensa as habilidades do indivíduo que empreende, é que vai ser importante (MELO, 2008: 79). Risco e criatividade são os correlatos para a superação; assumir o risco e a possibilidade de superação pela criatividade. Moreno (2009: 43), ao direcionar todo o percurso valorativo para o empreendedorismo, associa empreendedorismo e independência, no

sentido de entender os dois elementos como espaços para exercer a condução da empresa, portanto, a formação da empresa, a capacidade de tocar ela para frente, de lidar com os desafios é o ponto mais fundamental. Nesse sentido, contornando os valores enquanto demandas para o espírito empreendedor, a autonomia/independência, seja no entendimento do processo de construção do SEBRAE, seja no condicionamento da construção da empresa, é o valor que, tendo ou não relação com o processo criativo, estará submetido ao desafio do risco. O que define, então, o espírito empreendedor é o risco.

No trabalho de Nascimento (2008: 77-90), por se tratar de um estudo de caso em um bairro popular em Teresina, o valor que aparece diretamente é o da independência, independência essa que aponta para uma questão financeira, afinal de contas o ponto é o empreendedorismo social como forma de superação de um determinado estado, mas é condicionado pelo mote da iniciativa, ou seja, o modo como se assume riscos, como se conduz um negócio é o elemento fundamental. Em Sant'ana (2005: 46-47), autonomia e independência, por serem elementos relacionados, na educação para o empreendedorismo, com o indivíduo, ganham contornos, na gestão, com relação ao princípio de qualidade, ou seja, para uma educação voltada para o empreendedorismo – que desenvolva autonomia/liberdade das pessoas – a noção fundamental é a de gestão de qualidade; a dimensão organizacional é mais fundamental, afinal de contas, o trabalho é estimular a criatividade das pessoas e estimulá-las a enfrentar o risco. E a questão organizacional é o grande problema para Souza (2009: 84). Embora também submetida a uma questão mais geral, o problema da inovação e do crescimento, a associação entre empreendedorismo e livre iniciativa, coloca, indiretamente, o valor da autonomia como a demanda mais elementar para um fomento e consagração do empreendedorismo. Assim, como elemento mais específico, sendo resultado de outros processos, o valor da autonomia/independência, para esses últimos trabalhos, é muito mais um resultado do empreendedorismo do que propriamente um terreno para ele, ou seja, enquanto questão valorativa que demanda uma ação, a livre iniciativa, a garantia da tomada de decisões, assim como a própria

criatividade são mais importantes. Como resultado, o quadro seguinte esquematiza a relação entre espírito empreendedor e autonomia.

Espírito empreendedor e autonomia		
<i>Autonomia como garantia de liberdade</i>	Autonomia e independência	Enquanto valor que demanda uma percepção sobre si, autonomia e independência são vistas como sendo a mesma coisa, quase como equivalentes.
	Autonomia diferente de independência	Enquanto valores diferentes, autonomia e independência apontam para questões diversas. A autonomia aponta para a inovação e a independência aponta para a ausência de fatores externos.
	Autonomia como liberdade	A autonomia é vista essencialmente como liberdade, ou seja, como associada à vontade individual e possibilidade de exercer suas possibilidades.
<i>Autonomia e criatividade</i>	Criatividade gerando autonomia	Como aspecto gerador de autonomia, de possibilidade de realização, a criatividade é o que define a própria autonomia.
	Risco como possibilidade de autonomia	A superação dos riscos, a capacidade mesma de enfrentá-los, é a demanda que caracteriza a autonomia.
	Iniciativa e demanda por autonomia	Iniciativa e proatividade são os aspectos constitutivos de um tipo de autonomia, demanda, que aponta para a capacidade adaptativa das pessoas.
	Autonomia organizacional	Tendo a empresa como modelo, a autonomia organizacional é a demanda fundamental na organização institucional dos empreendimentos e de outras instâncias da sociedade, das ONGs, por exemplo.

3.1.2 A inovação

Qual é o lugar da inovação na tentativa de caracterizar o espírito empreendedor como regime moral? A ideia de inovação pode ser entendida como um conceito operacional, ou seja, para que o ato de empreender possa acontecer, algum grau de inovação precisa existir.

A questão é que, pensando o espírito empreendedor como estrutura moral que demanda um tipo de ação específica, a inovação pode adquirir, também, conteúdos morais. É o que argumenta Andrade Filho (2008: 24) ao refletir sobre as habilidades necessárias ao empreendedor. Sempre em termos de “deve ser assim”, essas habilidades são demandadas para que a ação empreendedora possa se concretizar. Como sendo parte de um trabalho que lida com o empreendedorismo no mundo tecnológico, a inovação é entendida como tendo um aspecto de adaptação, ou seja, demanda criatividade e esforço para que se concretizem os projetos (Ibid.: 39). Bueno (2005: 56), ao refletir sobre os primeiros estudos sobre o empreendedorismo, começa a destacar o papel central que a noção de inovação tem para a caracterização do fenômeno. O apelo moral, que aparece logo depois, é no momento em que a inovação é associada a mudança, ou seja, quando o ciclo equilibrado do sistema de disputas é interrompido por uma ação inovadora que obriga todo um conjunto de readaptações e competições (Ibid.: 94).

O ideal de inovação, a demanda por um valor criativo, é associado a ideia mais geral de adaptação, no sentido de que a atitude inovadora se adapta ao contexto e precisa estar envolta por essa demanda específica. Ainda dentro desse corolário, a inovação é associada diretamente ao princípio de realização, ou seja, na realização de alguma inovação específica em um significado mais operacional, ou a sensação de realização, de um ponto de vista mais valorativo. Coan (2011) lida com essa dupla dimensão da noção de inovação, primeiro com o problema de entender o empreendedorismo como modelo educacional e, segundo, na seletividade da inovação, muito mais voltada, no argumento do autor, para a inovação na gestão de mercado. De toda forma, a inovação também pode, como valor, ser relacionada a criatividade e,

como demanda individual, ganhar conotações morais (COAN, 2011: 66). Karam (2014: 57) explora a inovação como elemento institucional, relacionada ao desenvolvimento econômico, sistemas de inovação, e coloca sua preocupação com foco na legitimação da inovação, ou seja, nos modos como a inovação é demandada e torna-se critério do empreendedorismo. Nesse sentido, ao relacionar inovação, criatividade e desenvolvimento como signos empreendedores, o autor entende cada sistema de inovação como valor, como questão moral. Em termos de demanda, a inovação necessita da criatividade. É importante, fora do contexto da teoria econômica e da teoria da administração, abordar o modo como o entendimento da noção de inovação passa por uma dimensão moral mais específica, ou seja, o apelo valorativo para a criatividade individual.

Inovação e apelo à criatividade, esse é o ponto central da abordagem de Berlach (2009). O trabalho da autora é um verdadeiro apanhado sobre a relação do empreendedorismo inovador, nas suas mesmas palavras, com a inovação enquanto aspecto constitutivo e causal desse mesmo empreendedorismo. O ponto, portanto, diferenciando inovação e criatividade, é como ela entende a inovação como resultado de um processo criativo que é inerente aos seres humanos, um valor produzido por uma característica quase natural. O problema da naturalidade da criatividade, que é a base para uma demanda por inovação, é abordado também por Pereira (2001), mas a partir do processo de formação do empreendedor. Aqui, o ponto central é entender como o valor “inovação” pode ser implementado em um contexto de formação de empreendedores e, com isso, incentivar e desenvolver a criatividade de cada pessoa. Mais uma vez, independentemente do modo de abordagem, a inovação sai do espectro de característica institucional e vai para o espectro de valores a serem demandados, valores que sugerem um tipo de ação específica.

Chegando ao empreendedorismo social, onde as demandas ganham contornos valorativos mais claros, Azevedo (2005) explora como a relação entre empreendedorismo e inovação é de fundamental importância, no sentido de não se poder pensar em empreendedorismo sem a mobilização de uma dimensão de inovação. Mesmo se

tratando de um tipo diferente de empreendedorismo, o autor reflete sobre as mesmas características das outras formas de empreender, inovação, adaptação e aprendizagem. A partir daí, o sentido de inovação ganha um elemento de bem estar social (AZEVEDO, 2005: 63), na medida em que o impacto dela é referente à melhoria de vida de alguém, mesmo que seja quem a fez; a empresa social sendo diferente da empresa propriamente econômica. Cotrim (2010) coloca todos esses aspectos em questão quando reflete sobre as oportunidades empreendedoras. O sentido operacional é bem mais presente no trabalho, apresentando não lidar com um valor específico. Essa valoração só aparece quando, enquanto demanda, o empreendedor é visto como um agente de inovação, sendo relacionado com suas capacidades inventivas e de cálculo da melhor forma possível de aproveitar e criar oportunidades. Tecnicamente, associado diretamente ao cálculo, o valor da inovação é uma demanda tipicamente racionalizante, ou seja, apela para a consciência direta das pessoas. Dois modos de entendimento da inovação aparecem aqui, reverberando em aspectos morais, à princípio, diferentes, o cálculo como elemento de controle emocional e o bem-estar social como efeito da inovação.

Mudança também é uma palavra importante, completamente relacionada com o ideal de inovação, mesmo que em tensão com a ideia de adaptação. Melo (2008) realça a relação entre inovação e mudança a partir da estruturação do SEBRAE. O que estava em jogo, tendo em vista o movimento empreendedor mundial (MELO, 2008: 3), é que os sistemas de inovação carregam um compromisso com a mudança muito concreto. Primeiro, a mudança de quem participa e, segundo, o tamanho do impacto que causa. O ponto, tomando toda a argumentação como exemplo, é mostrar como, mesmo não sendo entendida diretamente como valor, a inovação carrega alguns valores específicos, a mudança é um deles. Em Moreno (2009), o ponto central do empreendedorismo como possibilidade, ou seja, como elemento constitutivo de uma carreira e de uma reestruturação da própria atividade econômica, é o modo como a inovação é parte de uma característica individual, um aspecto do empreendedor enquanto agente de inovação. Ao caracterizar

os dados de sua pesquisa, o autor (MORENO, 2009: 74-75) mostra como a inovação, demandada, depende das expectativas e dos esforços das pessoas envolvidas nos cursos relacionados ao empreendedorismo e das atividades empreendedoras em si. O que esses aspectos deixam como mote, como elemento mais geral para o espírito empreendedor, é associar, quase que diretamente, a inovação a questões individuais, ou seja, a própria individualidade.

Mas a ideia de inovação, entendida como valor e mobilizando elementos morais concretos também é associada ao desenvolvimento econômico, na verdade ao desenvolvimento local. Nascimento (2008) deixa isso claro quando associa inovação com as oportunidades e ao modo como, dentro de um sistema de inovações específicas, o desenvolvimento local é atingido. O elemento mais importante, portanto, não é o sistema de inovação, palavra essa que mal aparece no texto, mas o modo como as oportunidades são aproveitadas e criadas. Assim, as oportunidades aproveitadas e realizadas, são questões para a gestão (NASCIMENTO, 2008: 46). O ponto propriamente valorativo, no argumento de Nascimento, é o modo como a gestão é a garantia do aproveitamento das oportunidades e da coordenação da inovação, ou seja, gestão como valor. Sant'Ana (2005) reflete e aponta exatamente isso, a relação entre inovação, gestão e oportunidades, principalmente, nos cursos superiores relacionados ao empreendedorismo. A estrutura fundamental de valor, portanto, da dimensão propriamente moral, é como a gestão precisa ser entendida como elemento constitutivo da ação no empreendedorismo, quase como um modo de ser do empreendedor. Na mesma linha, Souza (2009) coloca a inovação como critério do desenvolvimento e, dentre outras coisas, a trata como questão fundamental não só para o empreendedorismo, elemento operacional mais amplo, mas como constituição da ação de empreender, elemento valorativo direto. Assim, a relação entre inovação e empreendedorismo está permeada, também, por um tipo de percepção sobre a gestão que a coloca como critério constitutivo para o “ser empreendedor”. Como síntese, os ensejos dos valores podem ser elencados segundo o quadro que pode ser visto na próxima página.

Espírito empreendedor e inovação		
<i>Inovação como adaptação</i>	Inovação e realização	O elemento central é entender a inovação como capacidade de realização, seja pessoal, seja nos projetos dentro do empreendedorismo, dentro do contexto inserido.
	Inovação e processos adaptativos	Como processo, a inovação depende, então, da capacidade de a pessoa entender o contexto em volta e, a partir de seu próprio esforço, adaptar essa realidade a sua demanda empreendedora.
<i>Inovação como criatividade</i>	Inovação e legitimidade	A inovação é um valor legítimo, que necessita de uma legitimidade específica, no sentido de ser entendida como estímulo da criatividade individual e apontar para o modo como essa criatividade é mobilizada pelos projetos.
	Cálculo e inovação	Os sistemas de inovação precisam ser ponderados pelo cálculo racional de cada projeto. Nesse sentido, a racionalidade não seria, necessariamente uma característica, mas sim um modo de ação específico que é demandado do empreendedor. Ela tem valor normativo.
	Inovação e mudança	Dentro de um contexto criativo, a inovação se torna critério de mudança, no sentido de tornar possível a ação empreendedora e mexer com as estruturas de competição vigentes, a inovação é a criação de algo novo que muda determinadas práticas.
<i>Inovação como individualidade</i>	Inovação e oportunidade	A inovação, como resultado da concretização de uma oportunidade, é a efetivação do esforço individual e do modo como a individualidade entra no cerne da realização dos projetos.
	Inovação e gestão	A gestão é o valor da inovação, ou seja, no entendimento da gestão, é o aspecto mais importante do empreendedorismo que se cria um <i>ethos</i> gestor que demanda inovação o tempo todo.

3.1.3 O progresso

Dentre os vários aspectos apresentados pelos valores associados ao empreendedorismo, que constituem em algum grau o espírito empreendedor, existe uma dimensão que é recorrente na literatura apresentada, seja como promessa, seja como resultado. O progresso, na forma de suas várias nuances, econômico, social e pessoal é a grande carga para o empreendedorismo. Em termos de espírito empreendedor, na tentativa de consolidar vários sentidos possíveis, o ideal de progresso se destaca como promessa em cada trabalho. Assim, enquanto elemento balizador que perpassa o próprio ideal de empreendedorismo, o progresso é o ponto de convergência em todos os valores apresentados.

O que, então, pode-se entender como progresso? Tomando como base os sentidos anteriores, relacionados ao ideal de inovação e ao de autonomia, o progresso é o resultado da ação dimensionada por esses valores. Enquanto promessa, o progresso, dentro do espírito empreendedor, é mais que o simples crescimento, é a efetivação tanto da autonomia, da não dependência e da autorrealização, como da inovação, no sentido de ser o resultado de uma ação que busque elementos inovadores concretos, em qualquer âmbito. Nesse sentido, alguns pontos precisam ser ressaltados com relação ao progresso, sem necessariamente explorar a fundo os trabalhos, até pelo fato dessa dimensão ser recorrente em todos.

O primeiro ponto é em relação ao desenvolvimento econômico. Enquanto tarefa do crescimento, o desenvolvimento sempre foi pensado em termos macroeconômicos, como resultado do balanço de um sem números de setores industriais e com algum respaldo nas transações e especulações do mundo financeiro. Quando pensado como valor, quando rearticulado com a noção de progresso, o desenvolvimento entra no arcabouço do espírito empreendedor a partir da ideia de sucesso, como tarefa do empreendedor inserido em um contexto de empreendimento. Assim, o ideal de progresso se desdobra em um elemento que é resultado de um contexto no qual o empreendedorismo é a dimensão mais importante nas relações macroeconômicas. Portanto, como primeiro

ponto em relação ao progresso para o espírito empreendedor, ele é a garantia de desenvolvimento econômico.

O segundo ponto diz respeito ao sucesso enquanto instância de valor individual. Distanciando-se um pouco da noção de carreira, o espírito empreendedor mobiliza uma demanda para com o sucesso na condução do empreendimento, ou seja, a partir do próprio esforço, o empreendedor é o que atinge o sucesso sendo criativo, inovando e não dependendo de elemento externo algum. De toda forma, quando se fala em progresso individual, fala-se no modo como a condução do empreendimento é garantida por determinadas características que a pessoa precisa ter. O progresso individual é, portanto, o apelo fundamental do espírito empreendedor, sua promessa, para com o indivíduo.

Os conteúdos do espírito empreendedor apontam para o indivíduo e sua possibilidade de mobilização em uma ação empreendedora, efetivamente um modelo de ação que necessita de alguns sentidos específicos, todos eles relacionados ao empreendedorismo. Assim, quais seriam os conteúdos do modelo de ação empreendedora?

3.2 O conteúdo do modelo de ação empreendedora: liberdade, criatividade e emoção

As demandas dentro do espírito empreendedor passam por aspectos muito voltados para a dimensão de um progresso individual, ou seja, seriam justificativas que incidiriam, em maior grau, no modo como, inicialmente, o empreendedorismo caracteriza as ações e as promessas para as pessoas. De uma forma geral, o espírito empreendedor circunda valores individualmente localizados. Mas essas justificativas individuais, do ponto de vista moral, não são suficientes, elas precisam, como visto anteriormente, de elementos mais amplos que apontem, pelo menos indiretamente, para uma referência ao bem comum. Portanto, entre a demanda do espírito empreendedor e o sentido das ações para as pessoas existe a referência ao *modelo de ação empreendedora*, do qual tentarei explorar seus conteúdos. É importante lembrar, mais uma vez, que a

pesquisa teve a função de mapear, em termos bem limitados, as possibilidades do desenvolvimento das noções, no fundo, tentando dar fundamento para as condições de possibilidade do diagnóstico de ambas, sem nenhuma pretensão geral, ou mesmo universalizável.

3.2.1 A liberdade

O ideal de liberdade, enquanto valor que é orbitado por vários sentidos, tem uma relação direta com o modo como as pessoas entendem suas ações e as questões que elas colocam para a efetivação de suas atividades. Jordan, seja preocupado com a empregabilidade dentro do esquema dos escritórios de advocacia, seja investindo esforços no Instagram sobre bares e restaurantes, tem uma relação com a liberdade a partir da ideia de esforço, ou seja, a coloca como possibilidade de realização pelo engajamento próprio. Isso fica claro quando ele reflete, de forma mais direta, sobre os aspectos que envolvem a contratação de pessoas nos escritórios de advocacia, o famoso esquema de advogados associados, no qual a remuneração deveria depender mais do engajamento e esforço das pessoas. O esforço, portanto, é o critério de liberdade e exerce uma função organizativa; é no esforço e nas suas consequências que as coisas podem ser mais justas, no sentido de que os “prêmios” e as “vantagens” seriam distribuídas com mais justiça.

Esse é também o tipo de entendimento que Juliano tem do ideal de liberdade, a possibilidade de esforço e premiação individual. Ele o associa muito ao seu modo de fazer as coisas e o fato de não depender de ninguém para realizá-las. Juliano coloca na sua conta erros e acertos, além de entender que o jeito “certo” para empreender é a possibilidade de auto-organização e autofinanciamento; liberdade e esforço. Na narrativa de Juliano, liberdade, esforço e sucesso andam juntos, ou podem estar facilmente associados. E é por estarem relacionados que Juliano os coloca como critério de organização, ou seja, é a partir deles que as coisas podem ser mais justas e que as pessoas podem se desenvolver. A liberdade também ganha um peso grande na narrativa de Lucas,

a diferença é que, de um emprego estável no banco, de uma situação financeiramente confortável, ele quer ter a possibilidade de investir onde bem quiser e experimentar, diretamente, o empreendedorismo, que, para ele, como também para os outros, é a atividade de liberdade por excelência. A liberdade tem, para Lucas, um componente emocional; ao falar que o empreendedorismo é o que pode diminuir a desigualdade, além de aumentar as oportunidades para as pessoas, ele fala diretamente que a liberdade é, também, a felicidade, no sentido de juntar a atividade empreendedora e a possibilidade de sucesso. O sentido dado ao ideal de liberdade, dentro do contexto de empreendedorismo sempre tem um componente comum, ou seja, sempre visa a auto-organização e a integração entre as pessoas, além de um forte componente de sucesso.

Um tipo de percepção sobre o ideal de felicidade, na verdade um sentido voltado para o empreendedorismo, foi narrada por Abelardo. Tendo em vista seu escritório como uma rede de empreendedores, o ideal de liberdade que o alimenta está muito voltado para o modo como sua rede condiciona o engajamento pleno nas atividades empreendedoras e na própria rede. De uma certa forma, a liberdade, enquanto dimensão moral mais básica, é também uma liberdade dentro das atividades empreendedoras e a forma como essas atividades são voltadas para o “impacto”. É importante ressaltar que Abelardo entende a liberdade a partir da responsabilização da rede, da auto-organização do seu negócio:

Um exemplo é que, tudo aqui, é feito na base da confiança né, então, ali, por exemplo, nosso esquema de café, refrigerante, cerveja, está lá o preço no armário, as pessoas se servem e elas pagam, é um troço orgânico, autogerenciado. Nunca vai ter ninguém para te fiscalizar, nunca vai ter ninguém para te cobrar, nada do tipo. Então, se chegar alguma pessoa e dizer "ah e se eu quiser roubar?" Pronto, você vai roubar, aí a pergunta é 'Você vai roubar?'... Sabe... Então isso é tratar pessoas como pessoas. A partir do momento em que eu coloco, sei lá, uma câmera de segurança olhando para o negócio ali, eu estou partindo do pressuposto de que você vai querer me roubar. Se eu passo para esse

pressuposto eu deixo de te tratar como pessoa e passo a te tratar como suspeito. E aí a relação muda né?

A liberdade, então, estaria associada à responsabilidade, seu corolário de bem comum. O modo como o sentido de liberdade é associado ao ideal de responsabilização também aparece na fala de Dênis, mas a partir de outro aspecto. A responsabilidade em sua narrativa está associada ao modo como o investimento é conduzido, a liberdade e originalidade do planejamento e da efetivação do projeto. A espontaneidade do surgimento do projeto é compensada por um forte planejamento e por um grande esquema de consultoria, o que dá segurança nas suas decisões. Existe questão moral aí? A liberdade que Dênis mobiliza, muito parecida com a de Abelardo, é a liberdade em tocar um projeto, planejar e esperar os resultados; liberdade e responsabilidade são os pontos mais básicos para ele. A referência ao bem comum só aparece indiretamente, mobilizando sentidos em sua fala, quando a relação com a concorrência é colocada em evidência e, no geral, “a concorrência é boa para o mercado”, no sentido de forçar os melhores serviços.

Com Maxuel, as mesmas associações aparecem, a diferença é que, em termos de empreendimento, Maxuel toma a efetivação da liberdade no empreendimento como parte de um grande processo de informação, ou seja, não adianta planejar sem se informar. E a liberdade fica como? No modo como ele entende sua atividade, seu empreendimento, Maxuel toma a organização de suas empresas, sua constituição de horários e muitas outras coisas como os aspectos mais diretos para sua liberdade, para construir as coisas do seu modo. Ele aponta para o bem comum quando, a partir dessa liberdade, ele pode ajudar outras pessoas a tocarem seu empreendimento e, trabalhando, ajudar elas no processo de liberdade. Entre os elementos da liberdade e o modo como o sentido de bem comum aparece, a responsabilidade e a liberdade como princípio de ajuda parecem apontar para questões morais para além do indivíduo.

O modo como o modelo de ação empreendedora é entendido como uma questão, inclusive, que ajuda várias pessoas, que gera impacto, parece ser algo comum em muitas dessas entrevistas, Karla tem isso

muito claro em sua narrativa. O modo como ela associa o empreendedorismo à possibilidade de impacto em uma determinada realidade, seja lá qual for esse impacto, coloca o modelo de ação empreendedora, a partir de sua dimensão de impacto. A liberdade como princípio de ajuda, provavelmente, sua trajetória seja responsável por essa compreensão. Marcos, que participou de um projeto que efetiva a associação entre liberdade, responsabilidade e ajuda, volta, em termos morais, a colocar o empreendedorismo como critério de liberdade. O fato de, a partir de pequenos empreendimentos, as pessoas poderem se desvincular das relações salariais, dos programas de assistência financeira e coisas mais, é a grande vantagem do modelo de ação empreendedora, para Marcos, além de funcionar como justificativa mais ampla para suas próprias escolhas. Por fim, com uma preocupação valorativa mais direta, Gardênia coloca a liberdade na sua escolha por empreender no fato de ter uma preocupação direta com o seu vegetarianismo com o movimento de compra local, fazendo uma associação, também, com o ideal de responsabilidade antes mencionado em outras entrevistas.

O ideal de liberdade, como sendo parte do sentido das ações dado pelas falas das pessoas, é muito importante enquanto justificativa mais ampla para o modelo de ação empreendedora. Enquanto o espírito empreendedor demanda uma autonomia como característica, a liberdade é o correlato em termos de sentido, ou seja, é o valor que ganha significado quando as pessoas falam sobre suas atividades e suas ações. Assim, em termos morais, a liberdade carrega valores e características que a tornam associada também ao bem comum, no sentido em que ela só pode ser efetivada quando faz referência às questões mais amplas, como a possibilidade de mudança, ou mesmo sendo derivado do próprio empreendedorismo.

3.2.2 A criatividade

O espírito empreendedor tem a inovação como demanda mais imediata em direção aos indivíduos. O ideal de inovação é uma questão

fundamental na consolidação do empreendedorismo como possível regime valorativo no capitalismo contemporâneo. O sentido que ele adquire para as pessoas envolvidas com o modelo de ação empreendedora descola um pouco das nuances da inovação e vai, como questão de sentido, ao encontro da criatividade, não como simples característica, mas como dimensão de valor fundamental, ou seja, as pessoas, possivelmente, não apenas se sentem ou não criativas, elas se referenciam na criatividade na sua busca de sentido. Assim a criatividade é quase que um objetivo/modelo.

O valor da criatividade, o valor de criação de algo único e pessoal, é sentido por Jordan como constitutivo do seu Instagram. A sua percepção da atividade é ajudar no relacionamento entre os clientes e os donos de estabelecimentos, ou seja, seu entendimento de criatividade mobiliza aspectos que precisam estar conectados ao modo como as pessoas se relacionam umas com as outras, pelo menos na demanda por serviços melhores. Jordan entende esse ponto como fazendo parte de uma dinâmica mais ampla do empreendedorismo. A criatividade como sendo algo constitutivo da ação empreendedora. É interessante, tomando essa característica como exemplo, como a demanda do espírito empreendedor, a inovação, toma como referência a possibilidade de desenvolvimento do indivíduo, diferente do sentido de criatividade mobilizado por Jordan, que, a partir da narrativa, vai mais em direção à sua utilidade do que ao impacto pessoal. Por outras vias, Juliano associa o ideal de criatividade, a possibilidade de fazer as coisas do seu jeito e do modo que ele acha certo, ao entendimento de que, dentro de sua percepção sobre o empreendedorismo, as ações precisam gerar valor, independentemente de quais ações sejam. Assim, a ideia de geração de valor, que vai além do valor monetário, é o que torna o sentido de criatividade sentido por Juliano associado ao tipo de impacto, valor, que ela pode ter. Assim, para ele, o valor em si já é um elemento de bem comum. “Gerar valor” é infinitamente mais justo que “roubar valor”.

Lucas associa o valor da criatividade, o modo como as pessoas devem exercer sua liberdade e seus talentos, ao contexto mais amplo do empreendedorismo. Como antes, ele entende que o empreendedorismo

é o valor por excelência para a mudança de alguma realidade desigual e, assim, para exercer as competências de cada pessoa. Essas três pessoas têm um modo de atribuir sentido a criatividade muito parecido. Elas a colocam como fruto de desdobramentos do próprio empreendedorismo, do modelo de ação empreendedora, fazendo assim uma relação entre criatividade o potencial de bem comum que ela tem, ou deve ter.

Criatividade e impacto. Essa é a relação fundamental do valor da criatividade para Aberlardo, a sua possibilidade de gerar impacto, seja ele qual for. O interessante na sua fala é o modo como o impacto também está voltado para a constituição da rede, da comunidade defendida por Abelardo. O modo como a demanda por criatividade, o fato de pessoas fazerem coisas parecidas e ao seu modo, é parte integrante do seu empreendimento e aponta para uma dimensão fundamental, até então não tratada, o valor da criatividade é entendido como parte constitutiva não do espírito empreendedor de uma forma geral, mas sim da personalidade empreendedora, característica marcante do modelo de ação empreendedora. A criatividade seria, então, valor natural em empreendedores. O bem comum para essa dimensão está mais voltado ao impacto criativo do que ao tipo de atividade exercida. Algo parecido é entendido por Dênis, a criatividade, o valor da criação enquanto aspecto constitutivo do empreendedor, é o ponto natural do modelo de ação empreendedora. Ele chega a explicitar, “não se ensina empreendedorismo”, isso é algo que apenas aparece e faz parte dos empreendedores de uma forma geral. O bem comum em sua fala, ainda muito relacionado ao modo como seu investimento é tocado, só pode ser percebido, mais uma vez, quando a criatividade é entendida enquanto valor basilar para o controle de qualidade dos produtos e a concorrência justa.

Maxuel, muito próximo das visões de Dênis, também coloca o empreendedorismo e a criatividade como processo natural da atividade empreendedora, ou seja, o modelo de ação empreendedora necessita de um sentido de criatividade não só para mobilização da ação, mas também para a sua justificativa. Assim, quando ele fala em criatividade na hora de superação dos desafios, ele está falando no tipo de ação que é preciso ter para a manutenção do empreendimento. Maxuel associa,

quase que diretamente, a criatividade ao modo como o contato com outros empreendedores é importante e a formação de uma rede ampla e de ajuda mútua, o movimento associativista, seu elemento de bem comum. Nesse sentido, o valor da criatividade tem dimensões morais mais individuais, mas, mesmo assim, necessita de uma justificação externa a ele mesmo, seja como elemento de impacto das ações, seja como controle de qualidade, ou mesmo como a formação de redes de empreendedores.

Karla lança a criatividade para outros ares, ao colocar, associado ao impacto, o processo criativo como parte do desenvolvimento do perfil de empreendedores. A natureza prática do empreendimento, a possibilidade de aprendizagem e de reprodução do empreendedorismo, tem na criatividade o seu elemento mais central. Ela mobiliza a dimensão criativa não só como um valor essencial, mas também como uma característica passível de desenvolvimento e de apreensão. Como sentido, a criatividade é a maior justificativa que se pode ter em termos de modelo de ação empreendedora e o seu impacto a dimensão de bem comum. Marcos vai um pouco mais além, entendendo que sem empreendedorismo, a criatividade não pode ser desenvolvida, ou seja, é na gestão do próprio modelo de ação empreendedora que as pessoas podem desenvolver seu potencial criativo e liberarem, do ponto de vista valorativo, seus talentos. Não só o empreendedorismo aqui se torna critério de liberdade, ele também acaba sendo o fundamento da própria liberdade, liberdade essa enquanto aspecto criativo. No caso de Gardênia, que optou pelo empreendedorismo pelo fato de ser uma pessoa muito criativa e por procurar saídas para suas concepções de vida, a criatividade é modo de ela se relacionar com a atividade empreendedora, sendo seu sentido para o modelo de ação empreendedora. A criatividade, para ela, entra também como critério de justiça para seus clientes, no sentido de que as peças, exclusivas e feitas à mão, são pensadas para darem a sensação mais familiar possível para quem as compra. Assim, enquanto dimensão subjetiva, o valor da criatividade é refletido como critério não só para a ação empreendedora, mas também como forma de mudança e impacto mais amplo, o seu bem comum.

A característica marcante do sentido de liberdade para as ações das pessoas é, justamente, o modo como o modelo de ação empreendedora fundamenta uma ação criativa que, direta ou indiretamente gera impacto, e esse impacto/valor é a forma de bem comum que essa mesma ação assume na narrativa das pessoas que a praticam. Assim, é impossível pensar o empreendedorismo apenas como inovação que gera rendimentos individuais, ele precisa de um sentido subjetivo que coloque a criatividade como critério de impacto, como elemento de conexão, mesmo que indireta e em termos discursivos, com aspectos morais mais amplos.

3.2.3 A emoção

Existe, a partir do modo como as pessoas narraram suas atividades e suas respectivas concepções sobre elas, uma relação muito intrínseca entre as emoções, na verdade um regime moral que apele para as emoções, e o modelo de ação empreendedora, no sentido de fazer referência ao desenvolvimento do empreendimento e ao modo como esse empreendimento pode ser critério de sucesso. Esse regime de emoções, que vai muito além da aventura e do risco, aponta para um ideal de felicidade que justifica cada escolha e cada modo de ação, não só diretamente nos empreendimentos, como também nas demais atividades das pessoas⁷⁴.

Duas relações específicas com o ideal de felicidade podem ser exploradas, tomando como base a fala geral das pessoas. A primeira delas é o modo como felicidade está associada à realização, ou seja, dentro do contexto dos empreendimentos, ou mesmo do esforço em

⁷⁴ Aqui, como aspecto pouco desenvolvido nas entrevistas, a noção de emoção não pôde ser muito trabalhada, sendo apenas um ponto complementar no momento em que se explora as entrevistas. Assim, em termos gerais, o lugar das emoções como justificativas para a atividade empreendedora – felicidade – exercerá a função de elemento complementar, entrando nas limitações do próprio trabalho.

realizar esses empreendimentos. Uma conexão muito direta pode ser feita aqui: o sucesso, a forma como a condução dos empreendimentos é feita é a grande questão para o sentido de felicidade. Em seis, das nove entrevistas, a felicidade apareceu muito ligada a situação atual da pessoa e ao fato de que os projetos delas estavam sendo tocados da melhor forma possível.

A segunda relação é mais, digamos, abstrata. Ela aponta para o modo como a felicidade é vista em termos de sua relação com a liberdade. Marcos e Lucas associam diretamente felicidade ao ideal de liberdade. A liberdade de criar, a liberdade de se desvincular da relação salarial, o investimento, o ganho entre muitas outras coisas são os pontos mais fortes que definem o ideal de felicidade ao ser associado com a liberdade. No modelo de ação empreendedora, isso seria um outro sentido de felicidade para a ação no empreendedorismo, relacionada com o espírito empreendedor.

Juliano tem uma visão distinta das outras pessoas, ele acha que a felicidade não tem nada a ver com empreendedorismo, ele a coloca como fazendo parte de sensações físicas irrelevantes, que em doses muito altas podem até prejudicar. Sua relação com o seu empreendimento reflete essa percepção. Ele não conseguiu se sentir realizado com o que faz e, dentro da sua própria visão sobre empreendedorismo, teve a liberdade para investir em outros locais, tolhida. De toda forma, enquanto questão de sentido moral específico, as emoções, na verdade o conjunto de emoções que podem ser associadas ao ideal mais amplo de felicidade, representam parte muito importante para o modelo de ação empreendedora. É na mobilização por uma dimensão feliz da vida que esses empreendimentos são tocados e pensados, mesmo que isso inflija, em algum grau, o sistema de ganhos, como é o caso de Abelardo. Essa felicidade apresenta alguma relação com o bem comum? Se entendida como elemento que caracteriza uma ação que é vista como legítima, moralmente, no sentido de ser demandada e esperada, a felicidade tem seu bem comum circunscrito no modo como essas pessoas fazem o que fazem por serem felizes, ou para serem felizes, o que, como conexão lógica, contribuiria para a felicidade no maior número de pessoas.

3.3 *Cité* por projetos: ensejos de uma inscrição moral

Dois tipos de conteúdo foram desenvolvidos durante o capítulo, não com a preocupação de esgotar suas significações nem com o intuito de definir suas possibilidades. O objetivo imediato do capítulo foi elencar aspectos que possam fazer de uma dimensão moral mais ampla, relacionada com as características do capitalismo no mundo contemporâneo, dizer ou não alguma coisa sobre a forma como as pessoas refletem e narram suas ações. É inscrição por isso, por incidir na percepção imediata das pessoas. O caráter de ensejo – a possibilidade de surgimento, aparecimento ou mesmo diagnóstico – é justificado quando se pensa que, em termos de condições de possibilidade, o diagnóstico de questões como essa, uma referência moral ampla relacionada à configuração do capitalismo, necessita não somente de um fôlego maior, como também de um conjunto mais amplo de dados que combine métodos diferentes. O ponto, aqui, portanto, foi tentar localizar a narrativa sobre a ação em um quadro mais amplo onde as referências morais podem ser pensadas.

E como dar vazão para um questionamento como esse? O modelo da *cité*, desenvolvido anteriormente em duas oportunidades, é o grande esquema analítico que pode fazer a junção entre duas dimensões tão importantes da realidade social, as referências morais mais amplas e o modo como as pessoas as mobilizam a partir dos sentidos dados às ações. A *cité* por projetos, tão relacionada ao surgimento do empreendedorismo como elemento amplo de mobilização, como princípio organizativo mesmo do capitalismo, foi adaptada e desmembrada em duas vias: a primeira foi a exploração da noção de espírito, limitada à compreensão de um espírito empreendedor que é referência para muitos modos de ação e organização; a segunda foi para o sentido das ações, as avaliações fortes dos elementos morais que justificam as ações, um modelo de ação mais voltado para a produção de sentido por partes das pessoas que narram e refletem sobre suas ações.

E como ficam os ensejos dessa inscrição moral? A *cité* por projetos, dentro de uma dimensão onde o empreendedorismo tem

características de referência moral, pode ser formada por dois aspectos relacionados. O primeiro deles é o espírito empreendedor e os valores que o orbitam como demanda para as pessoas. Em termos gerais, a demanda do espírito empreendedor é direcionada ao modo como as pessoas podem se engajar no empreendedorismo e levar em consideração alguns aspectos, boa parte deles entendidos como promessas para a ação. A autonomia em suas mais variadas dimensões, todas elas como características e promessas para o empreendedor, a inovação como elemento constitutivo de um sistema de empreendedorismo que é fundamental, em termos valorativos, quando é pensado como critério de mudança social, além da concepção mais básica de que o progresso, o desenvolvimento e o crescimento são consequências quase que lógicas do ato de empreender. Portanto, tendo como base o modelo geral da *cité* por projetos, as demandas do espírito empreendedor, além de suas promessas, v  o em direção ao indivíduo, a possibilidade de justificação da ação empreendedora em termos individuais.

Como visto, por várias quest   es diferentes, as justificativas individuais, por não colocarem em cheque dimens   es fundamentais do espectro moral em que são solicitadas, não são suficientes para mobilizar as pessoas em ações específicas. O espírito empreendedor d   as referências morais mais amplas, mas não é o único que condiciona o sentido para as pessoas; entra-se no segundo aspecto da *cité* por projetos. O modelo de ação empreendedora   , em termos analíticos e ideal t  pico, a maneira como os sentidos dados às ações no empreendedorismo mobilizam determinadas características valorativas que fazem parte da narrativa direcionada a essas mesmas ações. Assim, o que efetivamente atinge o ponto reflexivo das pessoas, a partir do momento em que refletem e narram suas ações, é a maneira como as justificativas são pensadas e articuladas em termos morais, ou seja, quando elas necessitam de avaliações fortes. No caso do modelo de ação empreendedora, essas justificativas passam pelo ideal de liberdade como sendo o valor básico que condiciona determinada percepção sobre as ações, pelo ideal de criatividade, entendido como condição desejável para o ato de empreender e, por fim, ao menos como parte da análise em quest   o, pelo ideal

de felicidade e o conjunto de emoções que o orbitam. O que todos esses valores têm em comum, seja na mobilização efetiva da ação ou na forma como ela é narrada, é que todos apontam para uma noção de bem comum, no sentido de estarem contribuindo para alguma dimensão mais ampla da realidade. Dessa forma, espírito empreendedor e modelo de ação empreendedora dão os ensejos iniciais para uma caracterização do ambiente moral no capitalismo contemporâneo.

CONCLUSÃO

Moral da estória: de uma sociologia da moral a uma sociologia política

Qual o sentido moral presente na ação empreendedora? Depois de todo o caminho percorrido, dos desdobramentos das descrições presentes nos dois primeiros capítulos, do debate teórico subjacente a cada escolha, chega o momento de sintetizar todo o debate na tentativa de dar uma conclusão à argumentação desenvolvida até aqui. Uma coisa que fica clara ao trazer a pergunta central da dissertação como frase inicial do capítulo de conclusão é que o sentido moral da ação empreendedora não pode ser entendido no singular, existem sentidos morais presentes na ação empreendedora, relacionados não só às demandas que as pessoas recebem ao entrarem em contato com o empreendedorismo, como também ao modo como elas próprias conseguem dar sentido aos seus atos, aos seus empreendimentos. Dessa forma, a pluralidade de valores é evidente, mas também tem alguns limites, e são sobre esses limites que versam os ensejos desenvolvidos e caracterizados aqui.

O primeiro deles é a relação aparente, apontada pela revisão de literatura temática, entre o espírito empreendedor e o individualismo, entendido como regime moral que aponta para uma demanda do indivíduo. Todas as referências em termos de valores, o modo como cada aspecto associado ao empreendedorismo aponta para o engajamento individual e para as promessas desse mesmo engajamento, colocam em evidência um elemento muito característico do individualismo, dentro de um regime moral que tem o individualismo como mote central: é através do indivíduo, seu esforço, suas práticas e seu modo

de se responsabilizar que o ideal empreendedor pode se desenvolver. Como visto no primeiro capítulo, o tratamento dos valores, associados à reflexão sobre o empreendedorismo, ou mesmo às práticas empreendedoras concretas, está marcado por uma preocupação singular com o engajamento das pessoas nas atividades empreendedoras e com o modo como essas atividades podem ser universalizadas em dado espaço social. Desde a formação de cursos especializados, passando por inovações sociais e chegando ao desenvolvimento local, o ponto forte, em termos valorativos, é dar ao ato de empreender um elemento que justifique, em nível individual, o desenvolvimento e/ou o progresso. O espírito empreendedor, como característica possível da configuração do capitalismo contemporâneo no Brasil, busca, possivelmente, suas demandas a partir de um individualismo de caráter singular, aquele que tem como base não apenas o indivíduo, mas também o indivíduo empreendedor de si.

Quando colocado como justificativa, e aí incidindo diretamente no sentido dado pelas pessoas às suas ações, o espírito empreendedor, tendo elementos do individualismo, não é suficiente para o engajamento em atividades específicas, atividades empreendedoras. O segundo ponto fundamental, o outro limite dos ensejos morais do empreendedorismo, é o modelo de ação empreendedora e o sentido das ações para as pessoas. O que fica claro quando se toma essa dimensão como tipo ideal, é que os sentidos evidenciados nas narrativas ganham conotações que, em maior ou menor grau, fazem referência ao princípio de bem comum presente em vários momentos da filosofia moral do Ocidente. Assim, a questão fundamental é entender que, quando se fala em justificativas morais para as ações, quando se fala na possibilidade dessas motivações aparecerem reflexivamente, a narrativa das pessoas vai buscar motivos que vão além, direta ou indiretamente – como causa ou consequência do empreendedorismo – das alegações de progresso individual. A liberdade é vista, provavelmente, como elemento fundamental que coloca o empreendedorismo como saída para as pessoas que querem se desenvolver, e aí existe uma concepção muito clara do empreendedorismo como sendo associado à mudança social. A criatividade é o que vai garantir as ações de impacto, que geram valor e inovação, entendendo-as como

grandes vantagens da ação empreendedora. Por fim, o modo como as pessoas mobilizam as emoções, mas especificamente a felicidade, deixa essa referência mais clara. Mobilização para a ação, o sentido da ação através da narrativa, tem que, pelo menos inicialmente, apresentar alguma relação com o bem comum.

E qual seria, então, a melhor forma de elencar esses valores? A partir do modelo das *cités* é possível, em termos ideais típicos, elencar um conjunto de valores que dizem respeito a sistemas de justificação específicos, que apontam para o modo como determinada prática necessita de elementos morais que direcionam não só para um sentido de progresso e ganho individual, mas que também façam referência ao bem comum, ou seja, ao modo como as ações podem ajudar o corpo social como um todo. Falando especificamente de empreendedorismo e como esse mesmo empreendedorismo pode ser entendido dentro de um possível novo contexto do capitalismo no Brasil, o modelo da *cité* por projetos é o mais adequado para a investigação e o mapeamento dos valores e dos sentidos ligado a ação empreendedora e as pessoas que efetivam essas ações, trabalho esse realizado no capítulo três.

Mas, então, qual seria o motivo de lidar com esses ensejos como aspectos limitados dentro do próprio escopo da investigação? Como apontado no decorrer de todos os capítulos, a reflexão que desenvolvi até o momento se inscreve no quadro de uma sociologia da moral, no sentido de tomar os aspectos morais como objeto de reflexão sociológica. Existe uma tradição, principalmente na sociologia que foi produzida na França, em lidar com as questões morais como parte integrante de um sistema social que organiza práticas e representações. É o caso, por exemplo, de Marcel Mauss (2003a) em seu *Ensaio sobre a dádiva*, no qual apresenta uma teoria geral dos sistemas de troca que parte de uma ideia mais ampla de obrigação moral. As clássicas investigações de Durkheim (2010; 2011; 2013) também apontam para a construção valorativa enquanto aspecto constitutivo das sociedades, no sentido de elencar valores, normas, formas de conduta e significado em um contexto integrado de interação entre os membros. De forma geral, ao lidar com valores e com moral, a reflexão sociológica, entendo-a aqui como

uma reflexão que toma como base determinada manifestação social de alguns aspectos da realidade mais ampla, necessita colocar esses valores como sendo fruto de condições de possibilidades que escapam ao controle de uma abordagem mais sistêmica da realidade social.

A relação entre sociologia da moral, como campo específico que toma a moral como objeto, uma sociologia moral, que tem preocupações morais e éticas enquanto parte constitutiva da própria pesquisa, e uma filosofia moral nos é lembrada por *Vandenberghe (2015)*. O autor nos lembra que, quando se fala em análise sociológica, a sociologia da moral não pode ser separada de uma posição normativa, ou seja, que tenha preocupações concretas com a realidade estudada e que tenha posições e expectativas sobre ela, apontando para a mudança ou manutenção de determinados aspectos (VANDENBERGHE, 2015: 65). Até se pode argumentar que, em princípio, essas questões estão presentes em vários campos da sociologia, se não em todos, mas o ponto importante para o autor, que incita a reflexão mais detida sobre o aspecto da relação entre investigação de valores e os próprios valores, é que o campo da moral não pode, em hipótese alguma, deixar de se pensar enquanto parte de um conjunto de valores em disputa e que fazem referência a práticas específicas. Vandenberghe reflete sobre isso a partir da noção de sociologia moral, ou seja, uma sociologia que dá continuidade ao legado da filosofia moral em termos de reflexão sobre as práticas e, no limite, como condicionantes dessas mesmas práticas (Ibid.: 96-70). A preocupação com a mudança social, com a manutenção ou não de determinados valores se torna central, de fato.

Então, meu esforço seria entrar em uma sociologia moral, ao refletir sobre os ensejos de inscrição do empreendedorismo? Aqui aponto o limite mais visível da investigação que desenvolvi. Em todo o momento lidei com elementos referentes a uma sociologia da moral, no sentido de elencar valores e aspectos do ambiente moral que pudessem ser entendidos como características do espírito empreendedor. Tendo isso em mente, o ponto seguinte foi entender como esses valores ganham sentido nas narrativas das pessoas que exercem atividades empreendedoras ao falarem sobre suas ações. A conexão com as referências da

filosofia moral, como presente nos trabalhos que serviram de base para a análise, foi deixada de lado e, como consequência, as implicações da própria abordagem da moral também não puderam ser desenvolvidas. O modo como o empreendedorismo possivelmente se tornou a referência mais ampla para as ações no capitalismo merecia avaliações, de cunho analítico mais precisas. De toda forma, como tentativa de descrição valorativa, o passo dado nesse momento foi importante.

Como fazer, então, a passagem mais ampla de uma sociologia da moral para uma sociologia, que não seja necessariamente moral, mas, sim, política, dando espaço para os processos de construções valorativas e em disputa? Refletir sobre a moral é, também, refletir sobre política, pelo menos em um sentido amplo de política, que incida diretamente nas formas como valores e ações entrem em disputa e são legitimados em detrimentos de outros. Para tentar elucidar a relação entre moral e política, valem dois contrapontos. O primeiro deles é em relação ao argumento de Mauss, presente na obra sobre a dádiva.

A “obrigatoriedade” da troca como princípio moral e a ideia fundamental de entender como se constroem os vínculos relacionados ao “dom” têm, no diagnóstico da sociedade Melanésia, um aspecto problemático fundamental: o recorte de gênero. Esse é o problema abordado por Marilyn Strathern (2006) no seu *O gênero da dádiva*. Tendo em mente alguns dos principais pressupostos de Mauss, ela reflete a experiência etnográfica na Melanésia e o modo como as trocas incidem diretamente sobre as mulheres, no sentido de elas próprias serem mecanismos de trocas que coordenam o princípio da dádiva. Assim, o modo como a vida das mulheres entra no jogo moral é, visivelmente, constitutivo do que Mauss chama de “dom”. Nesse sentido, o que antes era visto como princípio moral, mesmo que relacionado com o seu contexto, passa a ganhar um contorno político fundamental, ou seja, o modo como o valor da troca subjugava a experiência das mulheres Melanésias, aspecto esse não tratado pelo autor da Dádiva.

O outro contraponto é com relação ao empreendedorismo enquanto característica do capitalismo contemporâneo. Todas as pessoas que trabalharam com essa questão mostram como determinados

valores ganharam destaque no capitalismo e, a partir do empreendedorismo, tornaram-se modelos de ação. Em termos morais, o empreendedorismo seria o grande apelo para a ação capitalista. A questão é que, de uma forma geral, os valores que se tornaram demanda do empreendedorismo são referentes às manifestações mais amplas sobre o trabalho e o modo como se vê esse mesmo trabalho. Richard Sennett (2004; 2009; 2014) faz um diagnóstico, com base na sociedade americana, que fica entre uma sociologia da moral e uma sociologia política. A premissa do declínio do homem público, do modo como determinados valores perderam espaço na esfera pública e foram sendo, gradativamente, escamoteados para o âmbito privado, vai em direção a transformações dos valores da dignidade e do bem comum em valores que estruturam uma concepção de indivíduo completamente responsável por si. Assim, como desdobramento, essa responsabilização reencontra um trabalho mais subjetivo, um trabalho de artífice, que sedimenta novas possibilidades para as demandas subjetivas do capitalismo. O ponto central, portanto, é mostrar o conflito, dentre os processos de transformação dos valores, entre elementos que justifiquem o engajamento no capitalismo e os que transformem ou rompam esse mesmo engajamento.

O caso italiano, mais especificamente a ascensão do modelo Benetton de gestão sem filiais (LAZZARATO; NEGRI, 2001), mostra, também, como as transformações e disputas que perpassavam os valores no capitalismo italiano, desde as demandas por melhores condições de moradia até o ingresso efetivo das mulheres no mercado de trabalho⁷⁵, transformaram-se em aspectos que seriam associados às novas dinâmicas capitalistas. A tese do trabalho imaterial, como apelo à criatividade, é um exemplo disso. O ciclo de produção passa a ser visto como integração

75 Vale a lembrança das lutas por moradia e as demandas por serviços públicos de qualidade, além das lutas feministas, que fizeram muito barulho dentro do contexto italiano. De uma forma geral, as lutas por direitos. Como consequência política dessas demandas, de alguma forma com um argumento operarista, Silvia Federici (2004) trouxe esses aspectos para a questão do feminismo em *Caliban and the Witch*.

do trabalho imaterial ao trabalho industrial⁷⁶, isso seria o equivalente a dizer que o sentido organizacional do trabalho estaria voltado para um tipo de manifestação que o tornou cada vez mais social e intelectualizado, no intuito de precisar cada vez mais do contato com outras pessoas, outras formas de trabalho (LAZZARATO; NEGRI, 2001: 28)⁷⁷.

Os exemplos que tentei desenvolver têm a função de mostrar que, quando se trata de uma investigação da moral, é importante ter em mente a forma como determinados valores se tornam hegemônicos e ganham outras conotações ao longo do tempo. No limite, pode-se dizer que o que conduz o processo de hegemonização dos valores é uma disputa que parte de um contexto social específico. Não levar em consideração é, como Mauss, negligenciar experiências que não são hegemônicas, beirando o mascaramento de situações de opressão e, como em algum momento se fez aqui, não atentar para o modo como alguns valores mudam de sentido e apontam para outras possibilidades.

Para finalizar, tendo como base a forma como os valores que cercam o empreendedorismo foram elencados, colocados no limiar entre uma sociologia da moral e apontando para uma sociologia política, a dissertação desenvolvida até aqui funciona como um passo inicial para a caracterização do espírito do capitalismo em desenvolvimento

76 Essa, talvez, seja a maior polêmica dentro do operarismo, na verdade em Negri, com relação ao marxismo mais clássico. As posições de Antunes (1999), e Fiori (2000), podem ser elucidativas nesse ponto, por tratarem essa dimensão do trabalho imaterial como uma questão de incompreensão da teoria do valor em Marx. Existe também um artigo de Turchetto (2004), bem categórico por sinal, que vai nessa mesma direção

77 Dentro de algumas análises sobre a estrutura do trabalho na Itália, recupera-se a ideia, marxiana por excelência, de *intelectualidade de massa* (Negri, 1991). A apreensão mais básica de que o trabalho necessita, cada vez mais, de uma imersão subjetiva, ou seja, uma mobilização subjetiva para o trabalho. Nessa tese, que acompanha muitos trabalhos correlatos, a subjetividade é associada a um tipo de personalidade voltada para o trabalho, para a atividade crítica que o envolve, a categorização de uma sociedade “pós-fordista”, conceituação essa que aponta para um rearranjo produtivo dentro da estrutura do capitalismo nos países europeus.

no Brasil, até pelo fato de o próprio debate sobre o Brasil ter ocupado pouco espaço na argumentação. Para que tudo isso possa ter um valor mais amplo e com dimensões efetivas na realidade social brasileira, uma pesquisa mais exaustiva na literatura sobre empreendedorismo, entrevistas mais amplas e com mais pessoas, além de um verdadeiro mergulho nos indicadores sobre o fenômeno. Dessa forma, como questionamento, vale a pergunta: em que medida debates como esse sobre o valor moral do indivíduo, o engajamento no empreendedorismo e a formação de um espírito do capitalismo precisam ser mediados pela realidade brasileira? Todas as perguntas demandariam uma nova pesquisa, pesquisa essa pautada nos aspectos levantados anteriormente. Sendo mais modesto, o que posso afirmar é que o capitalismo no Brasil tem, em alguma medida, um elemento moral fincado no empreendedorismo e esse mesmo elemento moral tem fundamentos políticos e são esses fundamentos que precisam de uma investigação mais profunda e completa.

REFERÊNCIAS

- AHMAD, N.; SEYMOUR, R. G. **Defining entrepreneurial activity**: definitions supporting frameworks for data collection. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD, 2008. (OECD statistics working papers, 2008/1). Disponível em: <http://www.oecd-ilibrary.org/economics/defining-entrepreneurial-activity_243164686763>. Acesso em: Jan. 2016.
- ANDRADE FILHO, Lauro. **Empreendedorismo**: desenvolvimento e interpretação de um modelo de ensino pela internet. 2000. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina: Centro Sócio-Econômico, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- AZEVEDO, Laercio Prates de. **As distintas percepções sobre o empreendedorismo social**. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, 2015.
- BARLACH, Lisete. **A criatividade humana sob a ótica do empreendedorismo inovador**. 2009. 278 p. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009.
- BAUER, Martin W.; AARTS, Bas. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.)

Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM. **Individualization.** Londres, Thousand Oaks, Nova Delhi: Sage, 2002.

BENDIX, Reinhard. Ideologia. In: OUTHWAITE, William;

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século xx.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

BOLTANSKI, Luc. **Les cadres:** la formation d'un groupe social. Paris: Minuit, 1999.

_____. **De la critique:** pécis de sociologie de l'émacipation. Paris: Gallimard, 2009.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **De la justification:** les économies de la grandeur. Paris: Gallimard, 1991.

_____. The sociology of critical capacity. **European Journal of Social Theory.** 2(3): 359-377. London: Sage Publications, 1999.

BOTTOMORE, T. et. al. (eds). Ideologia. In: **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BRANDÃO, Euler Alves; VASCONCELOS, Geraldo M. R.; MUNIZ,

REYNALDO Maia. Empreendedorismo e racionalidade. **Pretexto.** Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 47-66, jul./set. 2011

BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul/dez. 2010.

BRUNKHORST, Hauke. Ação e mediação. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século xx**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

BUENO, José Lucas P. **O empreendedorismo como superação do estado de alienação do trabalhador**. 2005. 167 p. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

CANTILLON, Richard. **An essay on economic theory**. Alabama: LvMI Misses institute, 2010.

CARRITHERS, Michael. An Alternative Social History of the Self. In:

CARRITERS, Michael; COLLINS, Steven; LUKES, Steven (eds). **The Category of the Person: Anthropology, philosophy, history**. Cambrige: Cup, 1999.

COAN, Marival. **Educação para o empreendedorismo: implicações epistemológicas, políticas e práticas**. 2011. 540 p. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

COPI, Irving. M. **Introdução à lógica**. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

COTRIM, Carlos Eduardo. **A visão da criação das oportunidades empreendedoras**. 2010. 70 p. Dissertação (Mestrado em Gestão Executiva – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, 2010.

CORREIA, Diogo Silva. De Luc Boltanski de la critique: précis de sociologie de l'émancipation. **Revista sociedade e estado**. Brasília, v. 25 n° 3, p. 589-600, set-dez 2010.

DUMONT, Louis. **Essais sur l'individualisme**: une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne. Paris: Éditions du Seuil, 1983.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **Lições de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

EHRENBERG, Alain. O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida, SP: Ideias & letras, 2010.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. In: **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

_____. **O processo civilizador**: Volume I: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995.

FERNANDES, Florestan. A reconstrução da realidade nas ciências sociais. **Revista mediações**. Londrina, v. 2 nº 1, p. 47-56, jan-jun 1997.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006.

FIORI, José Luis. A idiotia da novidade. **Correio Brasiliense**. 24 de Setembro de 2000.

_____. **O vôo da coruja**: para reler o desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FEDERICI, Sílvia. **Caliban and the Witch**. New York: Autonomedia, 2004.

FREUND, J. A sociologia alemã à época de Max Weber. In:

BOTTOMORE, T. & NISBET, R. (Org.). **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1980.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Criatividade e dependência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GÜELMAN, Martin. Las potencialidades del enfoque biográfico em el análisis de los procesos de individuación. **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social – ReLMIS**, N° 05, año 3: Abril-Setiembre. Argentina: Estudios Sociológicos editora, 2013 Pp. 56-68.

HAMLIN, Cynthia Lins. Uma hermenêutica das conversações interiores: a noção de sujeito em Margaret Archer e em Hans-George Gadamer. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 02, p. 13-47, 2014.

HÉBERT, R. F.; LINK, A. N. **The entrepreneur**: mainstream views and radical critiques. New York: Praeger, 1988.

HIRSCHMAN, Albert O. **As paixões e os interesses**: argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

KALBERG, Stephen. **Max Weber**: uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

KARAM, Carlos. **Legitimando uma inovação social**: o caso do corpo de bombeiros voluntários de Joinville. 2014. 404 p. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Administração) Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

KAUFMANN, Jean-Claude. **Le coeur à l'ouvrage**: théorie de l'action ménagère. Paris: Éditions Nathan, 1997.

_____. **Ego**: Para uma sociologia do indivíduo. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.

_____. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió: Edufal, 2013.

LAMEIRAS, Maria A. P. Da retomada do crescimento à crise financeira internacional (2004-2008). In: IBEIRO, Fernando José da S. P. **Economia brasileiro no período 1987-2013**: relato e interpretações da análise de conjuntura no Ipea. Brasília: IPEA, 2015.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARTUCCELLI, Danilo; SINGLY, François de. **Las Sociologias de Individuo**. Santiago: LOM Ediciones, 2012.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003a.

_____. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003b.

MCMAHON, D. M. O bem supremo. In: **Felicidade: uma história**. São Paulo, Globo, 2006.

MELO, Natália Maximo e. SEBRAE e empreendedorismo: origem e desenvolvimento. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2008.

MORENO, Alexandre Borges. **Mapeando horizontes**: nas trilhas do empreendedorismo. 2009. 89 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade

de Administração e Economia da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

MULGAN, Tim. Utilitarismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MUYIDER, Cristiana Fernandes de; DIAS, Alexandre Teixeira;

OLIVEIRA, Cláudio Luiz. É possível ensinar empreendedorismo? Análise comparativa com estudantes brasileiros. **Revista de ciências da administração**. v. 15, n. 37, p. 82-91, dez. 2013.

MYERS, Greg. Análise da conversação e da fala. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

NASCIMENTO, Isidro J. B. M. F. do. **Microempresa familiar e empreendedorismo no bairro São Pedro em Teresina-Pi**. 2008. 160 p. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Economia) – Universidade Federal do Ceará, 2008.

NEGRI, Antonio. **Marx beyond Marx: lessons on the Grundrisse**. New York: Autonomedia, 1991.

PEREIRA, Sonia Maria. **A formação do empreendedor**. 2001. 191 p. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

PLATT, Jennifer. The history of interview. In: **The SAGE handbook of interview research: the complexity of the craft**. SAGE publications, 2012.

PRADO JR. C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

RENAUT, Alain. **A Era do Indivíduo: contributo para uma história da subjetividade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1989.

_____. **O Fim da autoridade.** Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

SANT'ANA, Luiz Ernesto. **A visão acadêmica do empreendedorismo:** o caso do curso Superior de Tecnologia em Empreendedorismo do Instituto Superior Tupy, Joinville/sc. 2005. 105 p. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

sÁ, Marcio. **O homem de negócios contemporâneo.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalism, socialism and democracy.** London & New York: Routledge, 2003.

SCHUTZ, Alfred. **The structures of the life-world:** Volume I. Chicago: Northwestern University Press, 1973.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter:** consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **O artífice.** Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. **A cultura do novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **Juntos:** os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. **O declínio do homem público:** as tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SILVA, Maria de Fátima; MOURA, Layse Rocha de; JUNQUEIRA, Luiz A. p.. As interfaces entre empreendedorismo social, negócios sociais e redes sociais no campo social. **Revista de ciência da administração.** v. 17, n. 42, p. 121-130, agosto 2015.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

_____. O indivíduo e a liberdade. In: SOUZA, J.; OELZE, B. (Orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Ed. UnB, 2005.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Volume 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SOUZA, Maria Cristina de Andrade. **Crescimento econômico, inovação e empreendedorismo**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado profissional em economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova “classe média” ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problema com as mulheres e problema com a sociedade melanésia**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2006.

TAYLOR, Charles. Waht is human agency. In: **Human agency and language: philosophical papers I**. London: Cambridge University Press, 1985.

_____. **As fontes do self: A construção da identidade moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

THÉVENOT, Laurent. Métamorphose des évaluation autorisées et de leur critiques: l'autorité incontestable du gouvernement par l'objectif. In: DE LARQUIER, G.; FAVEREAU, O.; GUIRADELLO, A. (dir.). **Les conventions dans l'économie em crise**. Paris: La découverte, 2010.

TURCHETTO, Maria. Antonio Negri e o triste fim do “operarismo” italiano. **Crítica Marxista**. São Paulo: Ed. Revan, v. 1, nº 18, 2004, p. 84-99.

VALADARES, Josiel Lopes; EMMENDOERFER, Magnus Luiz. A incorporação do empreendedorismo no setor público: reflexões sobre o caso brasileiro. **Revista de ciências da administração**. v. 17, n. 41, p. 82-98, abr. 2015.

VANDENBERGHE, Frédéric. A era dos epígonos: a teoria social pós-bourdiesiana na França. In: **Teoria social realista: um diálogo franco-britânico**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.

_____. Prefácio à edição brasileira: metateoria, teoria social, teoria sociológica. In: **Uma história filosófica da sociologia alemã: Alienação e reificação**. Volume I: Marx, Simmel, Weber e Luckács. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. A sociologia como uma filosofia prática e moral (e vice e versa). **Sociologias**. Porto Alegre: Ano 17, nº 39, Mai/ago 2015, p. 60-109.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1989.

_____. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997a.

_____. Prestígio e ascensão social: dos limites do individualismo na sociedade brasileira. In: **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997b.

WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais In: **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

_____. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

APÊNDICE

APÊNDICE I – Roteiro de entrevistas

I - O Sentido específico da trajetória	a) Um relato sobre a profissão da pessoa e a função que ela desempenha
	b) Trajetória pessoal: escolhas, atuação profissional etc.
	c) A existência de um sentido de realização
	d) A associação da realização, ou não, com um aspecto mais vocacional
	e) A existência da relação entre esses aspectos com o ideal de felicidade
	f) A definição de felicidade para a pessoa
	g) As expectativas para o desenvolvimento da carreira
II - O elemento do progresso	h) os aspectos necessários para a realização desses planos
	i) A relação entre a realização desses planos e um sentimento de realização
	j) a importância da carreira na vida da pessoa
	k) A projeção para futuro: planos, expectativas etc.
	l) A associação entre o desenvolvimento da carreira e a felicidade
	m) O desenvolvimento seria uma questão de esforço individual

III - O lugar da competição	n) A competição na área de atuação
	o) O elemento da competição na relação com outras pessoas. As pessoas são competitivas?
	p) A forma como, ou não, se lida com a competição no cotidiano
	q) O aspecto que se leva dessa competição fora do ambiente de trabalho
	r) O espaço que o trabalho ocupa na vida da pessoa como um todo

APÊNDICE II – Resumo e apresentação das entrevistas

Entrevista 1 – Jordan – 24 Anos

Advogado em formação e toca um empreendimento

Entrevista realizada na sua residência

Jordan (24 anos) foi a primeira pessoa a ser entrevistada. A entrevista aconteceu na sua casa, à noite – por volta das 19:00h e durou trinta e um minutos. A característica mais marcante da interação foi o fato de que Jordan justificou suas duas atividades como complementares, é estudante de Direito, trabalhando com direito empresarial e mantém uma conta na Plataforma *Instagram*, na qual faz críticas e divulga estabelecimentos comerciais na cidade de Recife.

A conversa teve dois momentos distintos, no primeiro deles, Jordam explorou sua relação com o Direito, sua trajetória dentro da Universidade e a maneira como ele vê seu futuro atuando na área. Ainda relacionado a isso, seu projeto do *Instagram* entrou como mote para ele fazer uma ponte entre seus estudos em Direito e sua atuação no empreendedorismo. O ponto central foi o modo como a atuação com direito empresarial o incentivou ao empreendedorismo e como essas coisas se tornaram valores para ele. No direito, ele lida com a legislação, ajuda empresários e empresas a contornar, legalmente, suas dificuldades, no projeto, ele “aproxima clientes e estabelecimentos” para que os serviços possam melhorar e o reconhecimento de ambas as partes possa vir. É interessante, com isso, notar que ele divide sua vida profissional em duas: uma relacionada ao crescimento pessoal, afinal ele não abandona o direito e a outra está vinculada à possibilidade de empreender. O segundo momento da entrevista foi quando Jordam deu suas opiniões sobre o mercado de advocacia e a sua organização em escritórios associados. Ele argumenta que essa ideia de se associar em um negócio mascara o tipo de serviço que os sócios minoritários fazem e que são mal pagos. Dessa forma, ele mobilizou um argumento: não existe um empreendedorismo que deve ser pensado e feito e um outro que não

tem nada das características necessárias. No projeto do *Instagram*, ele reflete sobre a ideia de empreender e como isso é benéfico para todo mundo, para ele como uma das pessoas que tocam o projeto e para as outras pessoas que podem ter um serviço de qualidade.

Individualmente, Jordam entende que o empreendedorismo, nas suas mais variadas formas, garante uma certa liberdade para as pessoas, no sentido de que elas não precisam de vínculos trabalhistas imediato – sua situação de estagiário em um escritório e a tensão pela contratação pode refletir isso. Ele ainda argumenta que o mercado, enquanto instância regulatória, deve ter as condições necessárias para promover determinadas benesses e garantir o pleno desenvolvimento das pessoas. Nesse sentido, Jordam associa empreendedorismo com mudança social e a própria garantia do empreendedorismo como algo bom. Essa compreensão se tornou recorrente nas entrevistas.

Entrevista 2 - Juliano - 25 Anos

Dono de uma loja de informática

Entrevista realizada na UFPE

Apresentação e resumo

A entrevista foi feita em um espaço de convivência na UFPE, perto de um estacionamento. Ela foi realizada na parte da tarde, por volta das 13:00h; durou cerca de 61 minutos. Nessa segunda entrevista, a primeira com um empresário de fato, apareceram as primeiras categorias que definiriam a forma como as pessoas, de acordo com o recorte da pesquisa, percebem o empreendedorismo relacionado a questões morais mais gerais.

Essa entrevista, em especial, teve três momentos de conversa. O primeiro foi sobre o empreendimento específico, a maneira como a pessoa entrevistada narrou seu empreendimento e como ela associou essa ideia à sua trajetória de vida. Esse aspecto foi interessante pois, de uma forma ou de outra, o elemento vocacional do empreendimento ficou claro. O segundo momento foi um ponto mais reflexivo; como esse sentido vocacional está associado a determinadas instâncias do ideal de liberdade, de autonomia e de aventura, voltados ao empreendedorismo. Nesse ponto, as emoções envolvidas nas ações, nos riscos, nos erros e acertos, apareceram como elementos de interesse, ou seja, como aquilo que mobiliza de forma mais imediata o ato de *empreender*. O terceiro momento, mais importante em termos analíticos, caracterizou-se pela definição mesma de empreendedorismo. A pessoa entrevistada refletiu sobre o empreendedorismo dentro da ideia de gerar valor. Nesse ponto, na reflexão sobre a geração de valor, as respostas tentaram relacionar, de uma forma geral, essa geração de valor para além do campo material mais imediato. O esforço foi grande, mas a pessoa fez ligações que chamaram a atenção.

De uma forma geral, o argumento do ideal de empreendedorismo associado a maneira como a pessoa narrou suas ações ganhou

força. No decorrer da entrevista, vários exemplos foram usados, no sentido de tentar mostrar como esse empreendimento depende de alguma dimensão mais prática, ou seja, de uma experiência concreta, feita pela própria pessoa, na condução do negócio. Dentro desses exemplos, desde a relação com funcionários, até a forma como outros empreendimentos foram tentados, a questão fundamental era o esforço e a tentativa de empreender. Algumas afirmações ficaram bem claras, nesse sentido, outras foram contraditórias, como a opinião sobre o ganho financeiro, mas, mesmo levando isso em conta, o ponto foi o reconhecimento na tentativa de empreender, na geração de valor.

Entrevista 3 – Abelardo – 28 anos

CoWorking Recife

Entrevista realizada na própria empresa

Apresentação e resumo

A entrevista foi feita na própria empresa de Abelardo, no seu espaço de *coworking*, em uma sala ampla, de vários ambientes que não tinham salas derivadas. Ela foi realizada por volta das 9:00h; durou cerca de 22 minutos. O ponto que saltou aos olhos nessa terceira entrevista, foi a própria dimensão do espaço, tudo muito claro, sem paredes de concreto – os ambientes eram separados por vidro – com as mesas próximas e vários locais de convivência. O elemento central, dentro da entrevista, foi a ideia de ação de impacto, e como essa forma de agir conduz os empreendimentos.

Seguindo a estrutura mais geral do roteiro, essa conversa teve três momentos mais gerais. O primeiro foi a narrativa sobre a construção do espaço, a ideia de *Coworking* gerida no *Hub*. Esse ponto foi marcado pela maneira como esse empreendimento, dentro da narrativa da pessoa entrevistada, foi entendido a partir da noção de impacto gerado, ou seja, da maneira como essa dimensão passa a ser entendida como elemento mobilizador do negócio. A forma de organização diferente, o modo como essa organização entende a formação de uma “comunidade de interesse” foi o que ficou mais nítido no primeiro momento da entrevista. O segundo momento foi a dimensão reflexiva da ação, no espaço do *Hub*. Aqui, o ponto mais central foi a maneira como os valores, o elemento de fazer uma empresa que gere uma comunidade de interesses, que esses interesses possam se conectar em rede, como essa rede está relacionada à dimensão mais geral da organização da cidade, coisas assim. A ideia de impacto, sempre muito recorrente, assume aqui a característica mesma de modo de vida, da forma como esse tipo de empreendimento, o empreendedorismo em geral, é o ponto central em termos valorativos. O terceiro momento, relacionado a ideia de

empreendedorismo, mas com dimensões bem mais pessoais, assumiu um aspecto interessante, foi entendido a partir das emoções, mais especificamente da felicidade. Nesse sentido, não é um elemento moral imediato, mas está associado a forma como, realização, autonomia e essa ideia de comunidade se relacionam e produzem um sentido específico. No fundo, como na entrevista anterior, pode-se entender esse aspecto como uma geração de valor/impacto.

O mote dessa entrevista, curta em tempo, mas densa em conteúdo, foi a maneira como a pessoa expressou, abertamente até, a ideia de que o empreendimento está associado a dimensões morais mais gerais e como essas dimensões podem ter um aspecto generalizante – a pessoa fez uma análise da situação de Recife e suas tendências de negócios. O elemento do impacto, relacionado com coisas como comunidade de interesses, colaboração nos negócios etc., foi o valor mais central ao tentar entender o empreendimento dentro de uma dimensão moral mais geral. No fundo, o grande valor mobilizado por essa narrativa é de que, em algum momento, o empreendimento muda o mundo, a forma de ver as coisas.

Entrevista 4 - Gardênia

Marca de Bolsa/Loja CoWorking

Entrevista realizada no próprio espaço de trabalho

Apresentação e Resumo

A entrevista foi feita no espaço de *CoWorking* onde a marca e a loja estão localizadas. Uma grande, bem grande, com clima familiar e com bastante vegetação, pintura clara e com uma varanda enorme, que fica na frente da loja, aparentemente ela deve ter dois andares, na verdade um térreo e um primeiro andar. Um ponto interessante, antes da entrevista, é que, enquanto esperava, fiquei esperando e observando a movimentação da loja, as pessoas, conversei um pouco com o pessoal que estava circulando lá, etc. A entrevista mesmo começou por volta das 11:20h e durou cerca de 20 minutos. O elemento mais fundamental dessa entrevista foi a forma, bem diferente, que a ideia de empreendimento apareceu para a pessoa entrevistada, um elemento moral mais imediato, em um primeiro momento dissociado dos valores de empreendedorismo que tinham aparecido até o momento.

A estrutura do roteiro, que funcionou mais diretamente nas três entrevistas anteriores, nessa perdeu um pouco de efetividade, demandando uma reorganização mais rápida. Como as questões foram outras, como a dimensão da autonomia, que tanto foi evidenciada nas outras entrevistas, ganhou uma forma mais indireta, a entrevista, em termos da construção do roteiro, teve que tomar um rumo de caracterização mais geral, ou seja, de que a narrativa pudesse ser uma elucidação mais direta. Como o tempo foi mais curto, as perguntas tiveram respostas mais curtas, mas que levantaram muitas questões. A primeira delas foi a forma como, a partir da noção “BuyLocal”, compra local, a produção e o consumo de artigos obtiveram uma relação moral que apontava para um modo de lidar com o comércio que, até o momento, não apareceu. A produção menor, os artigos feitos em pequena escala, a ideia de vender para as proximidades da localização da loja, que é em Casa Amarela,

deram outros ares a ideia de empreendedorismo, que deixou de ser uma finalidade em si e passou a substanciar determinada maneira de agir e pensar o mundo, os produtos não têm materiais derivados de animais, a produção de resíduos é mínima etc.

Esse aspecto, dentro de uma reflexão mais geral sobre como o empreendedorismo possibilitou essa demanda específica, sobre como a ideia de compra consciente teve importância, tornou-se a novidade mais imediata da entrevista, tendo como base a maneira como todas essas coisas foram faladas e como cada momento da entrevista, sobre a marca e a loja, remetiam a esses pontos, que possivelmente podem ser entendidos como estruturantes.

Entrevista 5 - Denis - 34 Anos

Empresário do ramo de cafeteria

Entrevista realizada no escritório dele

Apresentação e resumo

A entrevista foi realizada no escritório da franqueadora da marca, dentro de um empresarial em um grande Shopping de Recife. Ela foi realizada na parte da manhã, às 10:00h e durou cerca de 34 minutos. Essa entrevista tem um elemento fundamental, que ajudou a caracterizar um outro grupo de empreendedorismo. A pessoa entrevistada tem investimentos grandes, valores consolidados nessa ideia de investimento e crescimento. De uma forma geral, alguns elementos ganharam importância.

Essa entrevista, como boa parte das entrevistas realizadas até aqui, teve três momentos mais visíveis. Antes mesmo de ser perguntada, a pessoa deu um panorama grande sobre seu negócio e sobre seu investimento. Fez uma apresentação visual e falou um pouco sobre os valores e sobre os lugares de investimento. O importante dessa apresentação foi o modo como a pessoa mobilizou determinadas justificativas que deixaram muito clara a forma como a pessoa entende não só o investimento em si, como também a própria maneira de entender o seu negócio. O segundo momento foi mais voltado para a formação pessoal, passagem que a pessoa fez de uma profissão mais convencional para uma atividade empreendedora de fato. O sentido que a pessoa deu à sua trajetória, como se passasse por uma mudança de valores. A questão de ter uma empresa, de como isso mobiliza um entendimento sobre o mundo, ficou clara. O último momento foi mais voltado para a maneira como o empreendimento entra na vida pessoal. Os valores, a interferência na vida pessoal, as emoções associadas ao ato de empreender. Aqui, o que ficou mais notável foi uma associação entre empreendedorismo e uma concepção de felicidade, onde trabalho e esforço são os pontos constitutivos.

A entrevista carregou muitas coisas que antes não haviam aparecido de forma muito clara. O crescimento, o investimento e seu

retorno, o risco e o sucesso. Essa entrevista apontou para outro entendimento sobre o empreendedorismo que vai em direção a uma grande empresa, embora a empresa em si ainda não seja tão grande. Os investimentos altos e a maneira como esses investimentos foram justificados, operacional e moralmente, saltaram aos olhos e consolidaram, na pessoa entrevistada, seu entendimento do empreendimento.

Entrevista 6 - Maxuel - 28 anos

Publicidade

Entrevista realizada em uma cafeteria próxima ao lugar onde a pessoa mora.

Apresentação e Resumo

Essa entrevista foi realizada próxima a residência da pessoa. Em um bairro da zona sul da cidade do Recife. Ela aconteceu no final da tarde e começo da noite, perto das 19:00h; durando aproximadamente 41 minutos. Algumas características, que vinham sendo desenhadas nas outras entrevistas, ganharam mais corpo depois desta sexta entrevista. A associação entre empreendedorismo e esforço individual, crescimento e elemento que orbitam um sentido de autonomia apareceram com mais força.

Uma coisa que chamou a atenção, no desenvolvimento da entrevista, foi o modo como os empreendimentos fazem parte, de fato, da vida da pessoa entrevistada. Esse aspecto foi ressaltado nos três momentos das entrevistas. Mesmo com perguntas formuladas para o entendimento da vida pessoal, a pessoa entrevistada direcionou as respostas explorando, a partir de associações, o modo como os seus dois negócios fazem parte da sua vida. Em termos de roteiro, a entrevista se manteve com três partes amplas. A primeira, que tem um desdobramento interessante, no sentido de ter sido difícil a separação entre trabalho e vida, foi sobre os trabalhos e a vida profissional. O segundo momento foi sobre o entendimento da trajetória individual. Nesse ponto, a pessoa explanou muito a forma como, na sua visão, o empreendedorismo está em “seu sangue”. Boa parte das respostas foram na direção dessa naturalização do elemento empreendedor, quase como inato. A última parte a entrevista, voltada para o modo como o empreendedorismo expressa uma dimensão valorativa, a pessoa falou muito sobre a dimensão de empreender, sobre a maneira como isso implica uma criatividade, a flexibilidade em trabalhar e coisas desse tipo.

Uma coisa que ficou clara foi, de uma muito direta, a associação entre empreendedorismo e felicidade.

O modelo do ideal empreendedor, com essa entrevista, ganhou uma dimensão afetiva mais ampla, na verdade uma dimensão emocional mais complexa. Pensando a partir de uma mobilização moral, o modo como o empreendedorismo foi pensado, aqui, é muito mais voltado para uma criatividade e esforço individual que o “blindam” de determinados aspectos, por exemplos a possibilidade de não dar certo. Esse ponto foi novidade.

Entrevista 7 - Lucas - 30 Anos
Bancário e empreendedor
Entrevista realizada no Shopping

Apresentação e resumo

A entrevista foi realizada no Paço Alfândega, no bairro do Recife, em uma cafeteria menos movimentada no estabelecimento. Ela aconteceu por volta das 14h30min, durando pouco mais de uma hora e vinte minutos, sendo assim, a entrevista mais longa da pesquisa. A característica mais marcante dessa entrevista foi o desenvolvimento dos temas. Depois de um longo período falando sobre as atividades bancárias, o entendimento delas e a forma como a profissão fez parte da pessoa entrevistada, os outros assuntos se desenvolveram bem mais e as respostas foram mais longas e reflexivas.

Uma coisa interessante, que ganhou força durante a entrevista, foi o modo como o entendimento da trajetória pessoal acabou se sobressaindo e, a partir desse ponto, as justificativas para a atividade empreendedora apareceram em dois registros básicos: primeiro como desdobramento de uma oportunidade pessoal e, depois, como possibilidade de mudança de vida. Dentre os três momentos da entrevista, o elemento da simbolização da trajetória foi o que teve uma grande importância. Ao desenvolver as atividades realizadas em seu emprego, ao falar do modo como chegou a trabalhar no banco, a pessoa começou a mobilizar uma série de argumento e percepções que justificaram a sua empreitada em um empreendimento. Dessa forma, o sentido moral dessas justificações ficou mais claro e forte. Já falando do segundo ponto, explorando mais esse elemento reflexivo das justificativas do empreendimento, o que chamou a atenção foi o modo como, quase que politicamente determinada, a visão sobre empreendedorismo ganhou aspectos organizativos, ou seja, foi vista como elemento de transformação e de liberdade. Isso ficou ainda mais evidente no último ponto da entrevista, quando, ao falar das emoções associadas a possibilidade de empreender,

a pessoa associou diretamente liberdade e felicidade, dando contornos muito específicos a ação empreendedora.

Essa sétima entrevista deu novos ares ao problema de pesquisa. Ele trouxe, pela primeira vez diretamente, elementos políticos que podem entrar na percepção moral sobre o empreendedorismo. Ao narrar as emoções, ao colocar claramente que o que move determinadas decisões e escolhas é a felicidade, essa entrevista direcionou o olhar para uma dimensão nova: as questões morais e políticas mobilizam uma imersão emocional, subjetiva até, que não pode ser deixada de lado.

Entrevista - Marcos - 26 Anos

Estudante de economia

Entrevista realizada na Universidade

Apresentação e Resumo

A entrevista foi realizada na Universidade que as pessoas estudam, no turno da noite, próximo das 19:00h e durou cerca de cinquenta e dois minutos. O ponto fundamental dessa entrevista foi a articulação entre o ideal de empreendedorismo e a percepção sobre mudança social. A narrativa inicial foi marcada por essa relação e pelo que, em todo o momento, a única saída para situações de desigualdade e desequilíbrio de renda foi o empreendedorismo.

A questão inicial foi a descrição das atividades exercidas, seu emprego no SEBRAE e as demandas do curso. Cada um desses aspectos têm uma importância crucial na percepção sobre o ideal empreendedor. Como consultor, ele adota uma postura de compreensão com seus clientes, visto que é a própria instituição que os procura e os escolhe. No curso, seja na empresa júnior ou nas atividades normais de um estudante de graduação em fase de conclusão, ele associa sua trajetória à descoberta do empreendedorismo e de atividades, relacionadas ao ramo, que possam ser desenvolvidas com o objetivo de mudar uma dada realidade. Foi assim que aconteceu o engajamento em um projeto de revitalização de um bairro em Olinda e, em outros termos, a justificativa da escolha do próprio curso, que acabou sobressaindo o ganho financeiro.

Essa oitava entrevista foi importante por abrir caminhos para uma compreensão mais ampla sobre os sentidos do empreendedorismo. Os tipos de associações entre a atividade empreendedora e a percepção sobre mudança social são muito complexos e múltiplos. Assim, o elemento importante que percorreu a fala, a mudança social, foi mediado por um entendimento de empreendedorismo que garante não só liberdade, mas, também, mudança.

Entrevista - Karla - 36 Anos

Professora e empreendedora

Entrevista realizada na instituição de ensino

Apresentação e Resumo

A entrevista foi realizada na instituição de ensino que a pessoa leciona. Ela aconteceu por volta das 10:30h e durou, aproximadamente, trinta e cinco minutos. O ponto alto da entrevista foi o modo como Karla compreende sua atividade de ensino e a trajetória particular dela, ou seja, que sua relação com a atividade empreendedora é completamente compatível com o fato de lecionar sobre empreendedorismo. Assim, como questão central, ela entende que existe um processo de aprendizagem e desenvolvimento da ação empreendedora.

Como vindo da Universidade, a entrevistada percebe o empreendedorismo como fruto do desenvolvimento de determinadas competências, associadas aos perfis das pessoas. Essas competências, assim, dividem as capacidades humanas e articulam todo o hall de possibilidades para o empreendedorismo. Ela ainda entende que a atividade empreendedora, em si, é garantia para a consolidação de intervenções que gerem algum tipo de impacto. O seu próprio empreendimento tem essa preocupação. Outra coisa importante foi que ela exerceu um cargo em uma prefeitura no qual tinha a função de gerir projetos em empreendedorismo social. Essa experiência marcou a maneira como Karla articulou empreendedorismo e impacto. Assim, como recorrência em outras entrevistas, a atividade para Karla só faz sentido enquanto permeada pela preocupação no impacto, seja ele qual for.

A nona e última entrevista fechou um quadro de percepções sobre o empreendedorismo que o tornou múltiplo e cheio de desdobramentos. As emoções que foram mobilizadas por ela sintetizam bem esses elementos. Karla coloca satisfação, liberdade e felicidade como sendo parte de aspectos muito relacionados, assim como fazendo jus ao empreendedorismo em si.

APÊNDECE III – Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE Mestrado e Doutorado

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio desse termo, que concordei em participar de uma entrevista referente à pesquisa de mestrado de Aloizio Lima Barbosa (aloizio.lima.barbosa@hotmail.com), discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, que é financiada pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa, fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Minha colaboração se fará através de entrevista, a ser registrada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados se farão apenas por ele e será utilizada preservando o anonimato.

Recife, _____

Assinatura do participante _____

Assinatura do pesquisador _____



ISBN 978-85-415-1156-8



9 788541 511568